

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 4 de Fevereiro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1314 • Director: José Casanova

**No Barreiro
Interesses
economicistas
contra
a vontade
das
populações**



■ Jorge Pires

Pág. 18

**Sobre
o comunismo
hormonal
e outros**

Há quem não compreenda como se possa ser comunista hoje. Não devemos ter a ilusão de que lhes possamos explicar por que é que somos comunistas, mas devemos, talvez, aceitar este desafio, que de outros vem, para nos lembrarmos por que é que somos comunistas.

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 20

**O XI Congresso do PS
O big show
do guterrismo**

Este XI Congresso é o desenvolvimento (previsível) das manipulações estatutárias e expedientes politiquieiros que caracterizam o controlo «guterrista» sobre o PS e o corolário (inevitável) das políticas prosseguidas.

■ Carlos Gonçalves

Pág. 19

**União Europeia
Fronteiras
herméticas
e caça livre**

■ Rui Paz

Pág. 24

**Fracassos de Blair...
Da terceira via
à sociedade
sem classes**

■ Manoel de Lencastre

Pág. 25

4.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP

CRESCER E INTERVIR

Pág. 5



**Carlos Carvalhas:
O país precisa virar à esquerda**

Centrais

A RAPINA DA GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA

Págs. 21, 22 e 23





A ORL reuniu a sua 4ª Assembleia

RESUMO

27
Quarta-feira

Greve dos maquinistas provoca longas filas de espera e grande congestionamento rodoviário ■ A paralisação dos trabalhadores da limpeza industrial regista níveis na ordem dos 75 por cento ■ É assinada a Convenção Penal do Conselho da Europa sobre corrupção ■ A Indonésia declara a sua intenção de se retirar de Timor-Leste se a população rejeitar a proposta de autonomia alargada ■ A Unita anuncia que tomou a cidade de Mbanza Congo ■ O parlamento gambiano autoriza o envio de tropas para a Guiné-Bissau ■ O Papa João Paulo II é recebido pelo presidente Bill Clinton, à chegada aos Estados Unidos ■ Um novo abalo sísmico abala o Nordeste da Colômbia.

28
Quinta-feira

O ministro dos Negócios Estrangeiros manifesta-se disponível para se encontrar com o seu homólogo indonésio e com o secretário-geral da ONU para uma reunião extraordinária ■ Toma posse a comissão parlamentar de inquérito às denúncias de corrupção na Junta Autónoma de Estradas ■ É aprovada na AR a lei que cria as polícias municipais ■ Os 16 países membros da NATO ameaçam intervir no Kosovo caso as partes não aceitem os planos de paz propostos ■ Dois caças norte-americanos largam três bombas sobre uma defesa aérea iraquiana ■ O construtor americano de automóveis Ford adquire a empresa sueca Volvo.

29
Sexta-feira

Inicia-se o julgamento do ex-corretor Pedro Caldeira ■ A reunião entre maquinistas e assessores do ministro Ferro Rodrigues termina sem acordo ■ A Federação Nacional dos Enfermeiros afirma que a greve no sector é irreversível e pode ser agravada ■ Uma facção protestante unionista reivindica um atentado bombista contra uma residência de católicos na Irlanda do Norte ■ Eduardo dos Santos assume pessoalmente o comando das operações militares contra Unita.

30
Sábado

A 4.ª Assembleia Regional de Lisboa do PCP reúne perto de 800 delegados no pavilhão multiusos ■ A Alemanha opõe-se a que Portugal beneficie de um tratamento especial na Agenda 2000 ■ A sociedade Porto 2001 - Capital Europeia da

Cultura toma posse na presença do primeiro-ministro, António Guterres ■ Eduardo dos Santos afirma que a prioridade do novo governo angolano é «fazer a guerra para atingir a paz».

31
Domingo

Termina o 13.º Congresso do Partido Popular espanhol ■ As autoridades iraquianas rejeitam uma iniciativa da ONU destinada a aliviar a pressão das sanções, e reclamam o levantamento imediato do embargo internacional ■ Aviões americanos e britânicos prosseguem mais um dia de bombardeamentos no Iraque ■ O Governo da República Democrática do Congo autoriza as actividades dos partidos políticos ■ Um estudo genético confirma que uma subespécie de chimpanzés da região ocidental da África equatorial está na origem do vírus da sida ■ Paulo Guerra vence pela quarta vez a Taça dos Clubes Campeões de Corta-Mato, realizada no Estádio Nacional.

1
Segunda-feira

O PCP promove mais um debate sobre «O estado do Estado» ■ O coordenador da CGTP-IN afirma que a Central está disposta a discutir e aceitar o projecto sobre trabalho a tempo parcial apresentado pelo governo espanhol, considerando-o mais positivo do que o do governo português ■ Os deputados comunistas João Amaral e Joaquim Miranda são impedidos de entrar nas instalações de Cacia da Renault, onde decorria um plenário de trabalhadores ■ Os confrontos reacendem-se na Guiné-Bissau provocando 15 mortos e duzentos feridos.

2
Terça-feira

Em entrevista ao jornal Público, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, afirma que a lei das férias «é uma agressão social» ■ Uma reunião conjunta de deputados comunistas no Parlamento Europeu e na Assembleia da República aponta medidas para imprimir um novo rumo à integração europeia ■ Na UE, a Região Lisboa e Vale do Tejo é riscada do dossier Fundos Estruturais por apresentar um rendimento equivalente a 75% da média comunitária ■ Prossegue o armamento de timorenses pró-integracionistas pelas forças armadas indonésias ■ Aviões de combate norte-americanos bombardeiam instalações de defesa aérea no Norte e Sul do Iraque ■ Um avião An-12 cai sobre um populoso bairro de Luanda causando trinta mortos e 28 feridos.

Ouçam bem!

O congresso do PS continua a ser a notícia para a generalidade da comunicação social. Artigos de opinião sucessivos, análises múltiplas, entrevistas com elementos de todas as tendências e sensibilidades existentes no partido, têm preenchido parte considerável do tempo e do espaço mediáticos. (Mas não terá sido por falta de espaço e de tempo que a maior parte desses *media* ignoraram, ou quase, o importante acontecimento que foi a Assembleia da ORL do PCP a qual, com cerca de oitocentos delegados e centenas de convidados, decorreu durante o dia de sábado em Lisboa...) O aparato e a avalanche de peças sobre o congresso levariam qualquer observador menos atento a concluir que estamos perante uma iniciativa carregada de novidades de vulto, de alterações mais ou menos profundas às orientações partidárias e à política governamental. Nada mais falso: de facto, quase pode dizer-se que estamos a rever um filme antigo, onde o preto-e-branco aparece artificialmente colorido com várias tonalidades rosa, sem que uma migalha de novo cintile no meio da feira de velharias que são as ideias expandidas, as propostas apresentadas, os caminhos apontados. É claro que há a «novidade» de as opiniões diferentes das de Guterres ocuparem lugar destacado nos noticiários sobre o congresso - mas sabe-se já que, na hora da verdade, tudo entrará nos eixos e a política de direita sairá triunfante do conclave. Com «terceira via» ou sem ela.

Na verdade, a «moção Guterres/Vitorino» limita-se a apontar a prossecução da política de direita praticada nos últimos três anos. Fá-lo, talvez, numa linguagem outra (não nova mas reveladora de incontestáveis progressos dos seus autores na utilização da novilíngua que hoje sustenta o discurso dessa política) o que se percebe na medida em que as eleições estão à porta e nada é de mais e tudo é justificável à luz da obsessão doentia pela maioria absoluta que percorre o PS.

É certo que há outra moção. É certo que essa outra moção expressa justas preocupações, coloca problemas reais, exhibe inegáveis intenções de boas intenções. Dir-se-á que isso já é alguma coisa. Será. Mas como toda a gente sabe, essa moção, mesmo que ganhasse (e independentemente da modalidade em que isso se verificasse) pouca ou nenhuma eficácia teria, pois o que conta, mesmo antes do congresso, é a posição de Guterres e a sua moção. E não será abusivo concluir que se ela tivesse qualquer hipótese de vir a ter eficácia... nem chegaria ao congresso. Assim, parece não restarem dúvidas de que se trata de uma iniciativa cheia de boas intenções mas objectivamente cheia, também, de utilidade para os objectivos dos que, no PS, querem continuar a política de direita: piscando o olho aos trabalhadores e fazendo a corte à esquerda em geral, de facto apela ao voto não em si mas na sua «opositora», pede votos não para a vitória das suas boas intenções mas para a vitória da política de direita.

Tema omnipresente, na enxurrada discursiva que empurra o congresso para a ribalta, é o PCP! Declarações sobre a matéria produzidas por vários dirigentes do PS, passaram já a incluir o anedotário político nacional. «O PCP já não é o que era» - «elogiam» uns; «O PCP continua na mesma» - res-

pondem outros. E deste fogo cruzado de tiros de pólvora seca, revelador de uma notável pluralidade de opiniões, emerge, comum a todos, a ideia de que «o PCP deve renovar-se» - significando isto para todos que o PCP deve deixar de ser o que é e passar a ser o que ao PS interessa e é útil que seja. Casos há em que, sem qualquer pudor e até com alguns fumos de provocação, o PCP é visto como um objecto utilitário, um instrumento que os executores da política de direita utilizarão a seu bel-prazer, consoante a serena aplicação dessa política o exigisse.

Tudo isto revela um profundo desconhecimento - real ou fingido - sobre o que é, por que existe e para que existe o PCP. E a verdade é que se há renovação necessária e urgente a fazer - e há! - é no PS: a renovação que torne coerente a política praticada no governo com a sua pretensão de se situar na área da esquerda.

Ouçam bem: «O PCP nunca será cúmplice de uma política de direita, não será cúmplice da política que tem sido conduzida pelo PS» - afirmou o Secretário-Geral do Partido em recente entrevista ao «Público». E com isto ficaria tudo dito se Carlos Carvalhas não achasse por bem - e muito bem! - explicar que, sendo o PCP um partido com vocação de poder, «não aspiramos ao poder pelo poder, não aspiramos a ter dois ou três ministros para prosseguir a mesma política, aspiramos, sim, a uma mudança de política, uma viragem à esquerda». Eis a diferença entre um partido coerente, sério e com princípios - e outro que se situa nos antípodas desta postura. Por isso a afirmação de Carvalhas, segundo a qual «não haverá viragem à esquerda sem o reforço» dos comunistas, ganha uma dimensão

e uma actualidade incontestáveis, e constitui um alerta para todos os homens, mulheres e jovens de esquerda, para todos os que, seja qual for a área político-partidária em que se posicionem, consideram que é necessário proceder a uma viragem à esquerda na política nacional.

«Nestes últimos anos, aquilo que aparece de mais fundamentalmente positivo tem a marca da pressão ou da proposta do PCP. Veja-se o rendimento mínimo, o pré-escolar, a lei de bases da floresta, a rede de apoio nacional aos toxicodépendentes, as alterações ao IRS» - disse, ainda, Carlos Carvalhas. E também esta afirmação expressa com grande nitidez uma prática interventiva, uma maneira de fazer e estar na política, uma noção de seriedade e responsabilidade, um respeito pelos portugueses, enfim um conjunto de características singulares no quadro político-partidário nacional. Os comunistas não são oposição por terem que estar e quererem estar sempre «no contra», não são oposição por ser oposição: sem dúvida, lutam como nenhum outro partido contra tudo o que consideram ser contrário aos interesses de Portugal e dos portugueses; mas, sem dúvida também, batem-se, como nenhum outro partido, por medidas favoráveis a esses interesses e avançam propostas no mesmo sentido. A experiência dos últimos três anos mostra com clareza que os interesses dos trabalhadores e do povo serão tanto melhor defendidos e os seus direitos serão tanto mais respeitados quanto maior for o número de deputados comunistas no Parlamento Europeu e na Assembleia da República.

Avante!

Proprietários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sotero Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sotero Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricul.: 47058.
NIF — 500 690 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintur
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintur
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Descalabro privado

A não promulgação pelo Presidente da República e a devolução na semana passada ao Ministério da Educação do texto de um decreto-lei que procedia à legalização, com carácter retroactivo, de vários estabelecimentos de ensino superior privado que têm vindo a funcionar ilegalmente nos últimos anos, constituiu um gesto político que não mereceu de vários órgãos de comunicação social o relevo que a matéria sem dúvida justificava.

O pano de fundo desta situação é conhecido. A proliferação de escolas e de cursos de ensino superior privado, em grande parte sem quaisquer condições e qualidade, que teve lugar com os governos do PSD a partir de 1985. Uma política de *numerus clausus* e de subfinanciamento do ensino superior público que impediu a sua expansão e que, simultaneamente, canalizou mais de cem mil alunos para as escolas privadas em pouco mais de uma década. E por parte do actual Governo, o incumprimento das promessas feitas pelo PS, quando se encontrava na oposição, de correcção da situação herdada no ensino superior privado, no sentido de assegurar condições

mínimas de qualidade e os direitos educativos dos seus alunos.

O descabro a que conduziu esta política, iniciada pelo PSD com Roberto Carneiro e não corrigida e continuada pelo actual Governo está agora à vista.

Há dois anos, das vagas que o Ministério da Educação aprovou para o ensino privado, foram ocupadas menos de metade. E a debandada dos alunos não tem parado, perante a amarga e cara experiência do "gato por lebre" que lhes é proporcionado em muitas (não todas, registre-se) das escolas privadas existentes.

No caso de "estabelecimentos de ensino" e de "cursos" que admitiram alunos e iniciaram "actividades escolares" sem se encontrarem sequer legalizados - a que se refere o gesto do Presidente da República - é legítimo perguntar por que deixou o Governo prolongar a situação durante vários anos e não impôs o cumprimento da lei?

É um facto que houve e há alunos e famílias enganados e que o Estado, por acção e por

omissão dos governos do PSD e do PS, é o responsável pela situação criada.

Em Março de 1997, há quase dois anos portanto, a Comissão Nacional do Ensino Superior do PCP defendeu, em conferência de imprensa, que em relação às "escolas privadas em que se verificasse um grave e continuado incumprimento das disposições legais vigentes e a qualidade do ensino ministrado e a credibilidade dos diplomas conferidos se encontrassem seriamente afectados", deveria "ser considerado o seu encerramento, antecedido da transferência dos respectivos estudantes para escolas do ensino público, com equivalências e planos de estudo a aprovar pelos órgãos científicos competentes e com a assunção pelo Estado da responsabilidade de criar condições para a finalização do percurso escolar dos alunos".

Esta solução, que não pactua com interesses ilegítimos e negociatas, não será a única forma de assegurar aquele mínimo de qualidade do ensino, de credibilidade dos diplomas, que são básicos nos direitos educativos dos alunos atingidos?

■ Edgar Correia

Absoluta e inequivocamente idênticos

Por mais que se esforcem por o iludir, a semelhança de política e de comportamentos entre o actual governo e o seu antecessor é um facto. Questão, aliás, repetidamente testemunhada por um leque não desprezível de comentadores e analistas e que mais recentemente, por razões da conjuntura ou tática militante, alguns deixaram de sublinhar.

Com mais ou menos sorrisos, mais ou menos conversa, mais ou menos oratória social, o que se pode afirmar é que identificar diferenças entre as políticas, orientações e opções deste governo e do que o precedeu constitui, senão tarefa irresolúvel, pelo menos exercício difícil de resolver.

Neste mimetismo de políticas e comportamentos, incompreendido seria se a actual maioria, em período final de mandato, não cultivasse o seu próprio tabu. No caso presente o da chamada "maioria inequívoca" eufemismo inventado esforçadamente pelos teóricos da terceira via para designar a já gasta e conotada expressão da "maioria absoluta". Expressão que como se sabe aparece repetidamente inscrita na principal moção presente ao congresso do PS, a de Guterres e Vitorino, a única aliás para levar a sério.

Pelos comentários que suscitou, pelo contorcionismo verbal que exigiu a quem pretendeu explicar que o que ali se dizia não era obviamente o que dali se inferia, a expressão ganhou forma de poder vir a constituir-se no tabu do PS.

O verbo está proposadamente conjugado no condicional porque esta coisa de tabus tem os seus rituais e ciência, não ao alcance de qualquer. Daí que por inabilidade ou irreprimível intenção, Vitorino tenha deixado a boca fugir-lhe para a verdade ao tornar claro, numa recente entrevista, que aquilo mesmo que a expressão inequívoca queria significar era absoluta. Claro que uma maioria absoluta exigida e

reclamada de modo distinto à do PSD, sem arrogâncias e com muita humildade, como apressadamente quis esclarecer. Só que com os mesmos pressupostos, a mesma lógica, o mesmo objectivo.

Também a recente entrevista de Assis parece revelar que um pouco à revelia da tática prevista há quem não resista a trilhar os caminhos da mesmíssima chantagem e coacção política sobre os eleitores desenvolvida em torno da teoria da estabilidade e do caos.

Sejamos claros. Quando Assis pretende atribuir aos eleitores a noção de mais fácil governabilidade com uma maioria absoluta está sobretudo a pensar no que para o governo tal objectivo representaria. Mãos livres para prosseguir sem resistências e obstáculos a sua política de enfeudamento ao grande capital e de satisfação mais acelerada dos interesses do grande patronato.

Se há algo que esta legislatura veio revelar é que foi a inexistência de uma maioria absoluta que permitiu impedir ou limitar o que de mais negativo e atentatório o governo tinha em vista promover, e aprovar o que mais positivamente contribuiu para atenuar injustiças e desigualdades e consagrar direitos.

Bastará trazer à memória matérias como a da legislação laboral ou dos impostos no último Orçamento para se concluir que uma maioria absoluta do PS seria, como a do PSD foi, um obstáculo ainda maior à defesa dos interesses de quem trabalha, ao aprofundamento de direitos, a mais justiça social, a uma melhor distribuição da riqueza. E seria, absoluta e inequivocamente, contrária à necessidade de uma viragem e de uma política de esquerda. E inequivocamente impulsionadora da continuação e acentuação da política de direita.

■ Jorge Cordeiro

BALCÃS

luta pela paz

Tambores de guerra voltam a soar nos Balcãs. Uma vez mais a Jugoslávia é o alvo a abater. Desmembrada por ínvios processos em 1991-92; imposta à Bósnia, depois de ensanguentada e retalhada, a "pax" americana de Dayton em 1996, ficando até hoje (e até quando?) sob a tutela do vice-rei Westendorp, apoiado por 30 000 militares estrangeiros; após manobras várias para desfazer por dentro Sérvia e Montenegro - sobreveio então o tempo de activar a "bomba" do Kosovo, mantida anos cuidadosamente de reserva, para agora desmembrar ainda mais a restante Federação da Jugoslávia. Cujo pecado capital, imperdoável, é teimar em manter a sua soberania e não querer incorporar-se nas malhas da NATO, como os seus submetidos vizinhos foram levados a fazer.

Auto-arvorados intérpretes duma pretensa "comunidade internacional" arrogam-se o "direito", que também dizem "dever", dito "humanitário", de exercer o que chamam "diplomacia". À boa maneira antiga da cenoura e do cacete, mais este que aquela: ameaças, chantagens, subversões, provocações, sanções, boicotes, força militar, etc. Isto é voltar ao tempo dos "diktats" e agressões de má memória na região, e não só. À vez ou em grupo, ora esta ou aquela, sempre as mesmas grandes potências imperialistas lutam por recuperar ou ganhar velhas ou novas "zonas de influência" na geoestratégica região dos Balcãs. Com olhos postos também mais além, no Próximo Oriente e no Cáucaso e no Cáspio, em suma, no petróleo... E fechando o cerco militar da NATO à Rússia - a qual com razão se inquieta com tais exemplos e vizinhos às suas portas. Como sempre, montam-se convenientes episódios chocantes e orquestra-se uma avassaladora campanha desinformativa nos media para confundir e anestesiar a opinião pública. E repetem-se os factos consumados para banalizar uma autêntica subversão do direito internacional.

São os bandos terroristas kosovares, postos em acção em 1996, e desde então alimentados por abundantes apoios externos (incluindo da mafia que domina o narcotráfico na Suíça, na Albânia, na Alemanha, nos países nórdicos, e outros países do leste da Europa - vejamos-se repetidos relatórios do *Observatório Geopolítico da Droga*), com bases de apoio e agressão na Albânia e na zona fronteiriça da Macedónia, sob a cobertura de forças militares da NATO - são esses bandos, hoje UÇK ("Exército de Libertação do Kosovo") forte de 15 000 homens devidamente armados, que recusam intransigentemente a negociação e provocam a escalada da guerra. Para esses, vai o reconhecimento de facto, e prestes de jure, da dita "comunidade internacional". A Jugoslávia, Estado independente cuja integridade deve ser inviolada, há muito e repetidamente se propõe negociar uma solução pacífica para a região do Kosovo, com larga autonomia no quadro soberano do seu Estado. Pois é para a Jugoslávia que vai o insulto, a ameaça, e em breve as bombas "humanitárias", alegadamente para a obrigar a negociações que são os terroristas kosovares que não permitem... Uma vez mais, dois pesos e duas medidas.

Não é infelizmente situação única no mundo, como justamente assinala a resolução da última reunião do CC do nosso Partido. Os bombeiros - pirómanos que se acobertam sob o manto diáfano da "comunidade internacional" para impor os seus interesses imperialistas nus e crus, estão a instalar no mundo a desordem sob o nome de nova ordem. Motivo de justa inquietação para quem tem memória histórica de outras hecatombes bélicas deste século. Razão ainda maior para dar mais força à luta pela paz, pelo desarmamento, pela dissolução dos blocos militares. E para, no nosso país, reclamar do "governo português que respeite o direito internacional e a Carta da ONU, com uma clara demarcação dos propósitos agressivos dos EUA e da NATO".

■ Carlos Aboim Inglez



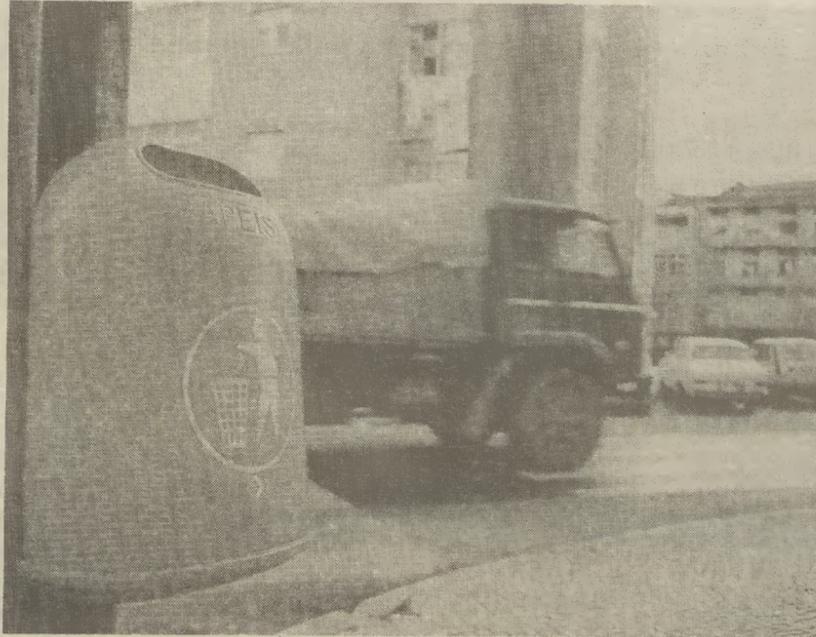
Foto: Jorge Caria

Trabalhadores opõem-se na Amadora à privatização da recolha do lixo

Cerca de 150 trabalhadores dos serviços de recolha de lixo e varredura da Câmara Municipal da Amadora ameaçaram esta semana entrar em greve contra a intenção manifestada pelo executivo camarário do PS de privatizar o sector. Fernanda Campos, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, acusa o executivo da Câmara de «estar a levar o sector para o caos, para depois dizer que a privatização do sector é a única solução». «Há nove viaturas paradas

por falta de reparação, num total de 16 existentes, não compram fardamentos nem contratam mais pessoal», acusa também Fernanda Campos, que trabalha na Câmara Municipal da Amadora. Nas suas declarações recolhidas pela LUSA esta dirigente sindical afirmou ainda que «a privatização da recolha de lixo e varredura torna mais caro o serviço para a população e não o melhora em nada», dando o exemplo de Alcabideche: «Há pouco tempo, a população esteve para cortar as

estradas porque a empresa privada que fazia a recolha esteve semanas sem recolher o lixo». A dirigente sindical acrescentou que «o pré-aviso de greve dá cerca de um mês e meio aos responsáveis para tomarem medidas que travem o processo de privatização» e que, se não houver resposta, os trabalhadores avançarão mesmo com a greve. A paralisação está marcada para entre os dias 2 e 5 de Março.



Não aos medicamentos nos hipermercados

A Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC) manifestou o seu «desacordo total» relativamente aos projectos tendentes à venda em hipermercados de medicamentos não sujeitos a prescrição médica obrigatória. «O medicamento, ainda que não sujeito a receita médica obrigatória, não é um produto qualquer que se venda num lugar de secos e molhados. A dispensa do medicamento tem de ser feita nos locais próprios - as farmácias de oficina - e pelo único especialista do medicamento -

os farmacêuticos» - sustenta o presidente da APDC. Numa nota divulgada em Coimbra, o jurista Mário Frola, especialista nas questões da defesa do consumidor através da APDC, frisa a in-

xistência, na Europa, de situações «do estilo das que se querem impor em Portugal». «Não se percebe a razão por que em Portugal se pretende ser mais papista que o Papa», observa ainda a

APDC, adiantando que os «cidadãos-consumidores não beneficiarão com medidas que tendem a banalizar os medicamentos, ainda que não sujeitos a receita médica obrigatória».

Entretanto, a sociedade científica de intervenção, que se dedica à promoção dos interesses e protecção dos direitos dos consumidores, lembra, igualmente através da LUSA, que «o medicamento pode fazer bem se bem administrado e pode fazer muito mal se mal administrado», sublinhando ainda que não são «critérios científicos que estão a presidir à elaboração de listas de medicamentos sujeitos e não sujeitos na receita médica obrigatória», mas sim «critérios económicos ou economicistas».



Chimpanzés na origem do vírus da SIDA

Uma subespécie de chimpanzés com habitat na região ocidental da África Equatorial foi identificada como estando na origem do HIV-1, o vírus responsável pela pandemia mundial da SIDA. A descoberta saiu de um estudo financiado pelo Instituto norte-americano NIAID, que foi dirigido por Beatrice H. Hahn, da Universidade de Alabama, em Birmingham, e o símio agora identificado como portador genético do vírus da SIDA é uma subespécie do chimpanzé conhecido cientificamente por *Pan troglodytes troglodytes*, um tipo de primata que é em 98% aparentado ao homem e está, presentemente, ameaçado de extinção. Anthony S. Fauci, director do NIAID, comentou esta descoberta afirmando: «Temos agora espécimes isolados do vírus da

imunodeficiência de símios (SIVcpz) que revelaram, através de cuidadosas análises moleculares, ser intimamente relacionados com o HIV-1. Além disso, este vírus infecta uma espécie primata que é em 98% aparentada ao homem. Isto poderá permitir, se o processo for feito com cuidado e em colaboração com primatologistas que trabalham na protecção desta espécie em risco, estudar chimpanzés infectados na Natureza para descobrir o motivo por que não adoecem. Esta informação poderá ajudar a encontrar formas de proteger melhor o homem para não desenvolver a SIDA». Os autores deste estudo, segundo comunicado do NIAID, crêem que o HIV-1 foi introduzido na população humana quando caçadores foram contaminados por sangue infectado.

Timor: novas promessas e as mesmas repressões

Alguns membros do governo indonésio do presidente Habibie surgiram esta semana, para surpresa geral, com uma estranha promessa de «concessão imediata da independência» a Timor-Leste caso a sua população se manifeste maioritariamente nesse sentido, embora a representação oficial indonésia que participou em mais uma ronda de negociações com Portugal, sob mediação da ONU, não tenha formalmente assumido o facto nem, sequer, abordado como e quando tenciona realizar essa consulta popular aos timorenses. Ao mesmo tempo, as tropas de ocupação indonésia continuam a assassinar e a reprimir o povo maubere, enquanto procedem ao armamento maciço de timorenses pró-Indonésia, facto que foi assu-

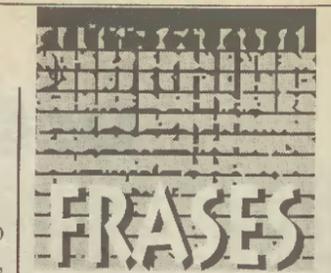
mido por uma alta patente do Exército indonésio, general Subagyo, afirmando tratar-se da criação de milícias civis para «manter a paz e a ordem», ponto de vista que é radicalmente desmentido pela resistência timorense, que vê nesta acção uma manobra para criar um clima de guerra civil, exortando a ONU para que pressione o Governo de Jacarta a recolher as armas distribuídas. A par disto, e inserido na mesma aparente estratégia de fazer «abrandar» as críticas internacionais em relação à questão de Timor-Leste, o regime de Habibie anunciou, igualmente, a sua intenção de colocar Xanana Gusmão em prisão domiciliária num anexo à prisão de Cipinang, onde se encontra encarcerado.

Bissau de novo em guerra aberta

A guerra voltou à martirizada capital da República da Guiné-Bissau, com o desencadear de novos tiroteios com armas ligeiras e pesadas trocados entre as tropas da Junta Militar, que cercam completamente Bissau, e as tropas senegalesas acantonadas na cidade em apoio ao presidente Nino Vieira. Ambos os lados responsabilizam a outra parte pelo reacender das hostilidades, enquanto as vítimas mortais e os feridos aumentam diariamente. Entretanto, a população volta a fugir como pode para os arredores da capital, atitude, aliás, que

está a ser aconselhada desde o princípio desta semana pelo próprio presidente da Junta Militar, brigadeiro Ansumane Mané, o que é interpretado pelos observadores como um sinal de que a Junta Militar prepara uma ofensiva de grande envergadura contra as tropas estrangeiras de ocupação que se mantêm na capital do país a sustentar o presidente Nino Vieira no poder. Um navio francês, transportando o primeiro contingente internacional de tropas de interposição que iria substituir as forças de ocupação senegalesas para a norma-

lização da situação, recebeu já ordens para adiar a operação de desembarque e se colocar ao largo de Bissau, havendo acusações por parte do governo de transição, entretanto nomeado por acordo entre as duas partes em conflito, de navios franceses terem disparado canhões de longo alcance contra as posições da Junta Militar, pelo que pedem a Portugal que envie, rapidamente, forças navais para o local a fim de evitar estas pretensas ingerências da França. O governo francês desmentiu, de imediato e formalmente, estas acusações.



“A história das políticas de direita do PS não é nova. É, pelo contrário, tão velha como a democracia.”

(António Ribeiro Ferreira, «Editorial» - «Diário de Notícias», 29.01.99)

“Quem não se lembra da célebre “lei Barreto”, que liquidou a reforma agrária tão querida ao PCP? Quem não se lembra dos contratos a prazo e das alterações à lei laboral, matérias tão queridas do patronato e que o PS se encarregou de pôr em prática com zelo e fervor?”

(idem)

“A “vampirização” da direita começou com Soares, continua com Guterres e não será esquecida pelo seu sucessor. Mal ou bem, o PS foi, é e será sempre uma empregada fiel e dedicada da direita. Arruma os quartos, limpa as casas de banho, passa a roupa a ferro, vai às compras, leva os meninos à escola e ainda tem tempo para cozinhar pratos requintados, servidos com desvelo a todos os que têm o privilégio de se sentar à mesa do orçamento.”

(idem)

“(…) os “boys” estão intranquilos. Eles jogam sempre pelo seguro e, pelos vistos, não têm grande confiança na capacidade do líder para manter o PS no Governo e para continuar a garantir-lhes vencimentos e mordomias. Por isso, enquanto estão sentados à mesa deste orçamento, curam já de acautelar o futuro, movendo influências e cumplicidades, sem contemplicações nem sombra de pudor.”

(Fernando Madrinha, «Página Dois» - «Expresso», 30.01.99)

“Sendo um congresso de um partido ao centro (o PS) mas de raiz da esquerda socialista, são naturais as teses defendidas na moção da sua componente histórica e ideológica. Naturais mas, ao que se sabe, nem tanto assim, porque foi necessário um acto de ousadia para apresentá-las.”

(Victor Cunha Rego, «Os Dias de Amanhã» - «Diário de Notícias», 29.01.99)

“Se o poder que comanda o PS cair na tentação de minimizá-las como algo “respeitável” mas exótico ou circunscrito a um mero atestado de presença dos seus subscritores, teremos razões acrescidas para lamentar ainda mais o atraso de vida ideológico em que caímos.»

(idem)

“Nem de propósito, os milionários ganhos cambiais obtidos pela Portugal Telecom a partir da recente crise no Brasil vieram tornar mais patente à opinião pública a ausência de fundamento para os novos preços (das chamadas telefónicas) que agora entram em vigor.”

(Adelino Gomes, «Editorial» - «Público», 01.02.99)

“A ausência de fundamentos da PT e de razões convincentes do Estado para autorizar o novo tarifário reforçam no consumidor os traços - para muitos portugueses crescentemente irritantes - de uma empresa que se comporta como operador privado que ainda não é e que coloca no primeiro lugar dos seus objectivos os interesses dos accionistas.”

(idem)

4.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa

Um esforço colectivo para crescer e intervir



Conscientes do actual contexto político e das dificuldades objectivas que ele coloca à afirmação do projecto de sociedade do PCP, os comunistas do distrito estão dispostos a lutar para alterá-lo e manifestam-se convictos de que existem condições para «crescer, ultrapassar obstáculos e vencer este desafio», conforme proclama a Resolução Política aprovada pela 4.ª Assembleia da ORL, realizada no passado sábado em Lisboa.

Nos trabalhos participaram 782 delegados e muitas centenas convidados que encheram quase por completo a espaçosa sala Tejo, do Pavilhão Multiusos. Durante todo o dia, foram feitas 37 intervenções, mas muito ficou por dizer já que não houve tempo para dar a palavra a 47 dos delegados inscritos para falar. Não obstante, foi feito um exaustivo balanço da organização, da sua intervenção actual, das medidas toma-

das no último ano com vista ao seu reforço, e definidas as orientações e prioridades de trabalho para os próximos tempos.

A ideia de luta e confiança, que atravessa toda a Resolução Política aprovada com apenas um voto contra e três abstenções, resulta sobretudo dos «avanços importantes» que, como sublinhou Carlos Carvalhas no encerramento da Assembleia «devem continuar para abrir mais decididamente o trabalho das organizações locais do Partido para os problemas concretos dos trabalhadores e das populações».

Como salientou o secretário-geral do PCP (ver **intervenção nas páginas centrais desta edição**), «as medidas tomadas pela ORL, nomeadamente a criação de organismos específicos para a ligação aos trabalhadores, o contacto com trabalhadores em centenas de empresas do distrito, mostraram ser um caminho muito positivo e de grandes potencialidades que é necessário prosseguir».

Visão realista

Na opinião de António Andrez, membro da Comissão Política do PCP e

do executivo da DORL, que interveio na abertura dos trabalhos, a Resolução Política propõe «uma visão realista, mesmo aceitando como referem alguns camaradas, que tenha uma dose de algum voluntarismo».

Depois de reconhecer como «uma verdade indiscutível» que o Partido tem perdido influência social, política e eleitoral, muito embora continue a ser uma força determinante no distrito de Lisboa, Andrez afirmou que «temos condições para travar este processo, temos condições para crescer (...) podemos trabalhar melhor».

As deficiências a superar passam sobretudo pelo aproveitamento das capacidades, pela responsabilização de quadros e das organizações, pela criação de espaços de debate e de iniciativa política, pela ligação às empresas e sectores da classe operária, pelo aumento geral da participação dos militantes na vida do Partido e pelo seu rejuvenescimento.

O «segredo» para uma maior eficácia, como referiu Andrez, está na própria Resolução Política: «o Partido (...) é uma construção colectiva que existe também na medida em que cada comunista se associa à procura colectiva das

soluções e ao esforço para a sua concretização».

Para tanto, a ORL conta essencialmente com um «forte e influente núcleo activo, composto por muitos milhares de camaradas com uma grande capacidade e uma grande experiência». Como explicou António Andrez, são militantes «com um grande capacidade e grande experiência, que têm como campo de intervenção prioritária o trabalho de organização do Partido, a intervenção no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores, nas colectividades e nas mais diversas organizações, associações e movimentos de massas, a intervenção nos órgãos de poder local e noutras instituições».

Junto dos trabalhadores

Em síntese, a Assembleia definiu principal prioridade a concentração de meios e energias no reforço da organização e da intervenção do Partido na classe operária e entre todos os trabalhadores. Neste sentido foi decidido dar especial atenção aos sectores e células de empresas; aos grandes pólos de concentração de trabalhadores e de futuros trabalhadores; às jovens gerações de trabalhadores; ao desenvolvimento e reforço da natureza de classe do movimento sindical unitário; à necessária alteração do estilo e conteúdo de trabalho das comissões concelhias, a quem cabe um papel importante nesta área.

A par do rejuvenescimento e renovação da organização, que implica não só o recrutamento de jovens como a sua integração e responsabilização a todos os níveis da estrutura partidária, grande importância é ainda dada aos núcleos de contacto através dos quais se tem estabelecido uma «efectiva rede de contactos» que une todo o Partido, bem como

aos plenários mensais a dia certo, e ao funcionamento regular dos colectivos.

A valorização do *Avante!* e de *O Militante* são ainda aspectos salientados pela Resolução Política, que apela à intensificação do trabalho nas frentes da informação e propaganda e dos fundos, esta última como base material indispensável à concretização das resoluções políticas aprovadas.

A Assembleia deu particular realce às comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, tendo aprovado como objectivo recrutar até lá 250 novos membros do PCP.

O apoio às populações

Num distrito altamente povoado e com graves carências em várias áreas, os comunistas são desde há muito aqueles que têm apoiado e dinamizado os mais diversos movimentos populares em torno de reivindicações concretas para melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, a Assembleia aprovou um documento que afirma a necessidade de uma política de esquerda, «que só o reforço do PCP poderá assegurar», e apresenta um vasto conjunto de medidas nas mais diversas áreas: direitos laborais; cuidados de saúde, educação e ensino; cultura e património cultural; cultura física e desporto; habitação; ambiente; rede viária e acessibilidades; rede pública de transportes; comunicações e telecomunicações; acesso à Administração e Justiça; toxicoddependência e combate ao narcotráfico; segurança e tranquilidade pública, entre outras.

Este documento, juntamente com o projecto de Resolução Política, foi submetido ao debate de todas as organizações da ORL, que envolveu milhares de militantes, de que resultaram centenas de alterações e contribuições que enriqueceram a versão final.

A nova direcção eleita reflecte um esforço de rejuvenescimento e destaca-se a significativa percentagem de mulheres eleitas (30,2%). Refira-se ainda que aumentou o número de operários (de 34 para 37%), estando igualmente representados empregados (31%), quadros técnicos e intelectuais (26,3%), estudantes (4,9%), e um agricultor e um empresário. O novo organismo conta agora com 129 camaradas, mais dez do que na anterior direcção, dos quais, 39 são mulheres, 18 têm menos de 30 anos, o que contribui para uma média de idades de 44,1 anos.

REBOLEIRA Estação já!

A população da Reboleira continua a ser prejudicada pelo adiamento da abertura da estação que, por decisão do Presidente da Câmara da Amadora, «só abrirá quando estiverem prontas todas as infra-estruturas». Entretanto, a Estação Damaia/Santa Cruz, muito mais atrasada que a da Reboleira, encontra-se aberta desde o dia 24 de Janeiro. A Comissão de Freguesia da Reboleira do PCP, preocupada com as razões que estarão por detrás deste adiamento, admite que ele se deva à vontade do Governo PS de aguardar pela véspera das eleições, para daí tirar os respectivos «dividendos políticos» e exige a abertura imediata da Estação da Reboleira.

AVEIRO CM prejudica agricultores

«Sem diálogo» nem «informação prévia», a Câmara Municipal de Aveiro proibiu a venda de produtos agrícolas junto ao mercado Manuel Firmino que, há décadas, ali se processava mediante o pagamento de uma licença à Câmara. A venda directa de produtos frescos e de qualidade permitia que centenas de consumidores estabelecessem semanalmente uma relação pessoal e de valorização dos produtos da região. Assim, o afastamento forçado e sem condições para o interior do mercado é uma manifestação de «atraso e ignorância culturais» por parte da Câmara e prejudica consumidores, agricultores, vendedores e comerciantes já estabelecidos no Mercado, denuncia a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP, exigindo a suspensão da proibição e a adopção de soluções com base no diálogo entre todas as partes envolvidas.

VILA FRANCA DE XIRA PS despeitado

«O PS deu um tiro no pé», diz a Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, referindo-se às acusações que lhe são feitas de procurar «protagonismo», quando da ida de uma delegação sua às instalações da CP para discutir a segurança, as bilheteiras automáticas e o acesso dos utentes ao cais de embarque da Estação da Póvoa.

A verdade é que, não tendo ainda a responsabilidade da estação, a CP comprometeu-se a resolver, juntamente com a REFER, todos estes problemas. Esperava-se, por isso, dizem os comunistas, que o PS «viesses a público dar os parabéns à população pela vitória alcançada e mostrar disponibilidade para ajudar». Mas, em vez disso, criticou a população e o PCP, numa atitude «sectária e politicamente desastrosa».

COIMBRA Têxteis em crise

Depois de, em Setembro passado, ter chamado a atenção para as dificuldades que algumas empresas têxteis do concelho estão a passar, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP vem agora alertar para a necessidade de se encararem medidas urgentes por parte dos vários poderes, no sentido de viabilizarem estas empresas, designadamente a Mondorel, e defenderem os respectivos postos de trabalho.

A Câmara Municipal, concretamente, não se pode alhear desta realidade e deve desde já declarar que não viabilizará qualquer construção nos terrenos ocupados pelas empresas em situação difícil, uma vez que se teme que, por detrás da crise da Mondorel, se possam esconder projectos de construção imobiliária.

Quando as empresas dão lucros estes vão para os proprietários mas quando atravessam dificuldades são os trabalhadores que pagam os custos, denuncia o PCP, solidarizando-se com os trabalhadores têxteis, em particular os da Mondorel, e apelando à sua luta, «insubstituível» na defesa dos postos de trabalho e pela viabilização da empresa.

SOUSELAS PCP da Cimpor com a população

A célula do PCP da Cimpor em Souselas, apoiando incondicionalmente a população na sua luta contra a queima de lixos nos fornos da empresa, veio a público denunciar a queima de lixos internos da empresa que ali se processa, há cerca de dois anos, e a existência no interior das instalações fabris, há cinco anos, de centenas de toneladas de detritos de borracha que aguardam ordem de queima.

Esta atitude «constitui já um ensaio para a realização dos objectivos do Governo», sublinha o PCP, denunciando ainda a manobra em curso na empresa, no sentido de comprar «por uns míseros tostões» direitos fundamentais dos trabalhadores e pôr em vigor um contrato «fantoche» que lhes retira.

Serviços dos notários e transportes Aumentos são escandalosos

Os aumentos das tabelas dos serviços dos notários, em vigor desde os finais de 1998, estão a gerar «uma onda de indignação à medida que vão sendo conhecidos», diz o Gabinete de Imprensa do PCP, em nota à comunicação social.

O PCP considera «escandalosas» as novas tabelas de serviços notariais, tanto no registo civil, como no registo predial, no registo comercial ou de automóveis. É, porém, na tabela de emolumentos do notariado que os aumentos são «mais chocantes», indo dos 50% aos 500%! Uma escritura, por exemplo, que custava 1.600 escudos custa agora 10.000 escudos e «até pelo simples reconhecimento de assinatura se desembolsa agora 500 escudos quando anteriormente eram 180 escudos».

«Mas a tabela é também injusta porque, a par dos benefícios com que brinda os grandes empresários, faz recair sobre o cidadão comum a injustiça de pagar o que àqueles dispensa.»

Assim, enquanto uma fusão de sociedades que envolva, por

exemplo, 30 prédios pode, «por simples requerimento, nos termos do Orçamento do Estado, ficar isento do pagamento de quaisquer emolumentos», uma escritura de partilha de dois prédios pagará 20.000 escudos de emolumentos.

Para o PCP estes «aumentos escandalosos» estão relacionados com a intenção do Governo PS - com o apoio do PSD e do PP, já expressos em debate parlamentar - de «privatizar os serviços públicos de notariado, privando o Estado de receitas públicas importantes».

Onerando principalmente os cidadãos comuns, o Governo prepara «manifestamente a privatização no notariado», ainda «com o cinismo de querer inculcar que é a sua actual natureza pública que é responsável pelos

aumentos», quando a privatização «é feita principalmente para servir os interesses daqueles que se dedicam a grandes negócios».

Ao mesmo tempo que «denuncia e protesta vivamente contra estes injustificáveis aumentos», o PCP assegura que tudo fará para que «as actuais tabelas sejam objecto de alterações e para que a justiça seja reposta».

Transportes públicos

Em relação ao aumento dos transportes públicos, que entraram em vigor a partir de 1 de Fevereiro, o PCP considera que «o Governo não teve em conta na decisão dos valores das tarifas a importância dos transportes públicos no plano social, na qualidade de vida, na protecção do ambiente e os níveis de preços já praticados. Os aumentos decididos - acima da taxa de inflação quer em bilhetes quer em passes sociais - inserem-se antes

«numa política de fazer recair os encargos sobre aqueles que vivem do seu trabalho».

«Se tivermos em conta que de 95 a 98 (no fundamental correspondendo ao período de governação do PS) os passes sociais tiveram um aumento de 14,8% e no mesmo período a inflação, segundo os números do IPC/INE, registou um valor de 12,4%, concluímos que, sem contar com o aumento de 1999, o agravamento dos passes já ficava acima do verificado no índice de preços ao consumidor.»

Apesar desta situação, diz o PCP, reclamando uma política de preços de transportes públicos que se insira «na promoção do transporte colectivo», o Governo PS decidiu agravar o custo dos passes sociais acima da previsão da inflação para 1999, «situação tanto mais crítica quanto se verificou uma redução dos preços da electricidade e do gásóleo, reduzindo por esta via custos de exploração».



PCP recebe AJAP...

Uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas, Secretário-geral, e Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, recebeu, na quinta-feira passada, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP).

CAMARADAS FALECIDOS

António Henriques

Faleceu recentemente, com 86 anos de idade, o camarada António Henriques, operário vidreiro reformado, natural de Brenha e residente em Canitos, Figueira da Foz. Era conhecido pela sua combatividade, firmeza e activismo associativo e político, características que manteve até ao final dos seus dias. Era militante do Partido desde 1974, embora tivesse ligação ao PCP desde antes do 25 de Abril.

Arnaldo Augusto Pereira

Faleceu, no passado dia 29 de Janeiro, com 90 anos de idade, o camarada Arnaldo Augusto Pereira, natural de Salcelas, Macedo de Cavaleiros. Ingressando muito jovem nos Caminhos-de-Ferro, empenhou-se muito cedo no combate político e aderiu ao PCP, tendo sido três vezes preso pela PIDE. Reformou-se em Chaves cidade onde a policia política o confinara após a saída da cadeia. Veio mais tarde para Lisboa, militando actualmente na célula da Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço. Após o 25 de Abril, fez parte da Comissão Administrativa da Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço e durante vários mandatos foi membro da Assembleia de Freguesia. Muito estimado, deixou uma imensa saudade em quantos o conheciam.

Inácia Maria Catarro

No passado dia 29 de Janeiro,



... e Associações Juvenis

Na sexta-feira, foi a vez de Luísa Araújo, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, e Bernardino Soares, deputado na Assembleia da República, receberem a Federação Nacional das Associações Juvenis Locais, representada pelo seu presidente, Vítor Mendes.

faleceu em Faro, vítima de acidente, a camarada Inácia Maria Catarro, de 65 anos de idade, natural de Alcorrego (Avis). Integrava a organização do Partido em Évora, sendo sempre um quadro activo, com particular destaque no MDM. Ultimamente pertencia à direcção do MURPI em Évora.

José Pedro Maria Mira

Faleceu recentemente, com 64 anos de idade, o camarada José Pedro Maria Mira. Estava organizado na Comissão Local de PIA/Raposo, no concelho de Almada.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Faleceu João Pessoa

Vítima de doença prolongada, faleceu, no passado dia 31 de Janeiro, com 58 anos de idade, o camarada João José Pinto Pessoa, operário electricista.

Antes do 25 de Abril, participou activamente pela Oposição Democrática nas campanhas eleitorais de 1969 e 1973.

Militante do Partido e dirigente da Organização Regional de Castelo Branco desde 1974, tornou-se funcionário do PCP em 1975, passando a desenvolver trabalho de direcção junto de diversas organizações do Partido, designadamente no concelho da Covilhã e na frente de trabalho autárquico.

Foi dirigente associativo na cidade da Covilhã, nomeadamente no Grupo Educação e Recreio

Campos Melo e pertenceu à comissão promotora da visita de Ferreira de Castro à região.

No seu funeral, onde se integraram muitos camaradas e amigos, estiveram presentes Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política, Sérgio Teixeira, da Comissão Política, camaradas das Direcções das Organizações Regionais de Castelo Branco, Guarda e Coimbra e das Comissões Concelhias de Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Belmonte e Idanha-a-Nova e, ainda, jovens da JCP.

Na ocasião, Armando Morais, membro do Comité Central e responsável da DORCB, pronunciou algumas palavras, caracterizando a vida e a luta de João Pessoa.

Vila Franca de Xira Sector de Empresas reúne Assembleia

Com a presença de cerca de 40 delegados e convidados e a participação de António Andrez, membro da Comissão Política, e de outros membros do Comité Central, realizou-se, no passado dia 16 de Janeiro, no Centro de Trabalho de Alhandra, a 1.ª Assembleia da Organização do Sector de Empresas do concelho de Vila Franca de Xira do PCP.

A Assembleia, onde intervieram militantes das várias células, dirigentes e delegados sindicais e membros de CT's, fez uma análise à situação social e partidária nas empresas, elegeu os delegados à IV Assembleia da ORL e um novo organismo de direcção composto por 13 camaradas.

Durante o debate, foram definidos os objectivos de trabalho para 1999, tendo sido dada prioridade ao reforço do Partido e das estruturas unitárias e ao acompanhamento regular da luta e dos problemas dos trabalhadores.

O balanço do trabalho realizado nos últimos nove meses de 1998 foi positivo. Para além dos contactos com milhares de trabalhadores quando das lutas contra o Pacote Laboral - mais de 90 por cento da organização foi contactada -, a recolha de quotizações ultrapassou a meta estabelecida e houve uma recuperação das quotas atrasadas, sendo que o recrutamento verificado permitiu à Assembleia concluir pela possibilidade de atingir e mesmo ultrapassar a meta estabelecida para este ano. Também, apesar de algumas dificuldades no trabalho, se concluiu existirem condições para dinamizar algumas células e criar outras, desenvolvendo, a nível do Partido, um trabalho positivo.

António Andrez encerrou os trabalhos da 1.ª Assembleia do Sector de Empresas do concelho de Vila Franca de Xira, salien-

do, entre outras questões, a necessidade de prosseguir o trabalho em curso para reforçar a organização e a influência do Partido no seio da classe operária e dos trabalhadores e a existência de condições para se darem novos passos em frente no trabalho do Partido nas empresas.

Trânsito pesado

Também em Vila Franca de Xira, na semana passada, cerca de 40 militantes comunistas distribuíram à população um comunicado a propósito da abolição das portagens e dos atrasos na construção dos nós do Sobralinho e dos Caniços.

Estas obras, pela sua importância para a população do concelho - hoje atravessado por pesado trânsito que com os nós seria imediatamente desviado -, têm vindo a ser reivindicadas por todos os partidos, comprometendo-se o secretário de Estado das Obras Públicas, em Setembro de 1997, numa das muitas reuniões entre o anterior Executivo e o Governo, a dar resposta rápida à construção destes nós.

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP afirma que a importância dos nós do Sobralinho e dos Caniços é tal que a então candidata do PS e actual Presidente da Câmara, a um mês das eleições, prometia «desenvolver esforços



junto do governo para acelerar o processo de elaboração do projecto de execução» destas obras. Mas «já tirou o pé do acelerador», dizem os comunistas, e agora evita falar sobre o assunto, o mesmo acontecendo em relação à abolição das portagens.

Entretanto, quando da discussão do PIDDAC/99, face à

proposta do PCP de atribuição de verbas para a construção do nó do Sobralinho, o PS votou contra e o PSD e o PP abstiveram-se.

Considerando que não se pode recuar «naquilo que já estava certo», o PCP apela à população para que obrigue o Governo e a Câmara a cumprir o que prometeram.

Portugal 2000 Debates prosseguem



No âmbito da iniciativa política «Portugal 2000 - debates por uma política de esquerda», o PCP prossegue a discussão ampla e alargada de questões que preocupam sectores diversos da sociedade portuguesa e tem contado com a participação de destacadas personalidades das áreas em debate.

No dia 26 de Janeiro, os temas discutidos foram «Qualidade para o sucesso do ensino superior» e «Advogados e Advocacia - presente e futuro», respectivamente no Centro Jean Monet e no Hotel Continental, em Lisboa. O primeiro contou com a participação de Luísa Veiga, Manuela Esteves, Simões Lapa, Sousa Lopes, Taborda Duarte e Tiago Oliveira e o segundo com a de Alfredo Gaspar, Fernando Fontinha, João Correia, J. Manuel Galvão Teles, Lopes de Almeida e Luís Sá.

Na segunda-feira passada, o debate, que também se realizou no Hotel Continental, centrou-se em «O estado do Estado» e teve a participação de Alberto Martins, António A. Avelãs Nunes, João Caupers, Luís Sá e Manuel Carvalho da Silva.

ÉVORA AM aprova Plano de Urbanização

A Assembleia Municipal de Évora aprovou, no dia 22 de Janeiro, o Plano de Urbanização da cidade de Évora, que prevê um investimento total de 24 milhões de contos a realizar pela Câmara, Governo e particulares.

O Plano, estabelecendo os principais objectivos e as áreas estratégicas de intervenção, contempla na cidade extramuros - onde vivem 74% dos eborenses - a melhoria da ligação e articulação entre Bairros e entre estes e o Centro Histórico, assim como a estruturação, organização e animação dos próprios Bairros, e, na cidade intramuros, a continuação da recuperação, revitalização e animação do Centro Histórico. Ao nível de equipamentos urbanos, está previsto o investimento na construção de espaços para grandes acontecimentos de carácter social, cultural e económico e o alargamento das zonas verdes e, no que respeita à habitação, a revitalização da construção, apontando para a edificação de cerca de 8.000 novos fogos.

Porém, o Plano - que havia sido elogiado e votado por unanimidade na Câmara Municipal -, quando chegou à Assembleia Municipal, mereceu a abstenção do PSD e o voto contra do PS. Este último partido justificou a sua atitude com o facto de a CDU estar em minoria na Câmara e em maioria na Assembleia Municipal, demonstrando, afinal, que vota não de acordo com o conteúdo das propostas mas conforme a correlação de forças.

SEIA Assembleia elege Concelhia

Com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política, a Organização de Seia reuniu recentemente a sua 5.ª Assembleia de Organização, onde discutiu e aprovou o Relatório de Actividades e Contas da Comissão Concelhia cessante e elegeu a nova Comissão Concelhia, composta por 22 elementos.

Poucos dias depois da realização da 5.ª Assembleia, a nova Comissão Concelhia, reunindo pela primeira vez, elegeu o seu novo Executivo, coordenado por Fernando Paninho.

UISEU Reajustamento requer condições

A recente aprovação dos projectos de lei de reajustamento da área urbana de Viseu, veio transformar esta na maior cidade do interior, com os seus mais de 50.000 habitantes, distribuídos por 14 freguesias.

Sem prejuízo de uma posterior e mais aprofundada avaliação, a Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP chama, contudo, a atenção para alguns aspectos que considera centrais, designadamente no âmbito dos transportes e acessibilidades e da Saúde.

O reforço de médicos nos centros de saúde e a reorganização dos seus serviços, a abertura de SAPs, a funcionarem pelo menos até às 24 horas em todos os centros existentes, são alguns dos aspectos que, a par da necessidade do alargamento da rede de transportes públicos, da criação de um plano de criação de lugares de estacionamento - com a devida salvaguarda dos interesses dos residentes - e da ligação continuada de Viseu à linha de caminhos-de-ferro da Beira Alta, são considerados prioritários pelos comunistas de Viseu.

ALMADA Estaleiro da Rocha - que caminho?

As células do PCP das empresas Lisnave, Gestnave, Estaleiros Navais de Viana do Castelo e Arsenal do Alfeite estão preocupadas com a estratégia do Governo e do Grupo Mello, de agruparem o Arsenal e os E.N.V.C. e I.P.E. no sentido de accionar o Estaleiro da Rocha, depois de este ter passado por uma fase de desactivação em que foram gastos muitos milhares de contos.

Tudo aponta, dizem os comunistas, para que um dos grandes objectivos desta operação seja o de fazer do Estaleiro da Rocha um trampolim para a privatização dos estaleiros do Arsenal e Viana do Castelo, dado o valor em jogo para a renovação da frota da Marinha - cerca de 500 milhões de contos. Renovação que, na sua opinião, deveria constituir uma oportunidade para modernizar as empresas e criar postos de trabalhos. Tratando-se de dinheiros públicos, o «lógico é que a renovação seja feita pelas empresas públicas», porém, «não parece ser esta a perspectiva do Governo». Daí que o PCP apele aos trabalhadores dos Estaleiros para que impeçam que o «seu futuro seja marcado pela insegurança», exijam o desenvolvimento e modernização do sector e lutem pelos seus postos de trabalho.

Carlos Carolhas no Porto

Dezenas de militantes comunistas reuniram, na sexta-feira passada, no Porto, com a presença de Carlos Carolhas, Secretário-geral do PCP.

Foi uma grande reunião que contribuiu de forma muito positiva para debater a actual situação política e que forneceu, mercê das intervenções de Carlos Carolhas e de outros camaradas, designadamente Honório Novo, deputado do Parlamento Europeu, uma vasta gama de informações e argumentos para demonstrar a completa utilidade do voto na CDU nos actos eleitorais deste ano, desde logo para o Parlamento Europeu, em Junho.

O reforço da organização do Partido e a sua mobilização, a intervenção junto dos trabalhadores, particularmente na luta contra a legislação laboral do governo do PS, e junto de outras camadas da população, constituem factores fundamentais para travar com confiança e ganhar as batalhas eleitorais.

Foram também anunciadas algumas das iniciativas programadas pela DORP, de onde se destacam o comício de aniversário do Partido, em 14 de Março, no Rivoli, e a comemoração dos 25 anos do 25 de Abril com um megajantar, em 17 de Abril, no Pavilhão de Congressos de Matosinhos, ambas com a participação do Secretário-geral do PCP.

TRABALHADORES

Hotelaria

Junto à Associação dos Hotéis de Portugal tem esta manhã lugar uma concentração de trabalhadores da hotelaria, inserida na quinzena de luta que o Sindicato do Sul convocou e que decorre até final da próxima semana. Esta acção, que envolve ainda a distribuição de um folheto em três idiomas aos clientes dos hotéis de Lisboa e a realização de plenários, tem por objectivo exigir uma alteração da posição patronal na negociação dos contratos colectivos de trabalho nos hotéis, cantinas e refeitórios. O sindicato admite que, a prolongar-se a recusa dos patrões, poderão ser convocadas greves no período da Páscoa.

Autarquias

Um plenário nacional de dirigentes e delegados do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, convocado para esta manhã na Casa do Alentejo, em Lisboa, vai analisar a negociação salarial, face ao acordo entre a Fesap/UGT e o Governo, repudiado pela Frente Comum, que aqueles sindicatos integram e que exigiu a abertura de um processo de negociação suplementar. Após o plenário, com encerramento previsto para as 15 horas, depois de debater também a aplicação da revisão do regime de carreiras, os representantes dos trabalhadores das autarquias desfilarão até ao Rossio, para se integrarem na manifestação da CGTP-IN (ver última página).

Alqueva

A comissão intersindical da obra de Alqueva deverá ser formada hoje, dia em que ali se deslocam dirigentes do Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, que vão também reunir os trabalhadores do turno da noite. Na nota de imprensa em que anuncia mais esta acção no empreendimento, o Secretariado refuta as afirmações feitas num comunicado da empresa responsável por todo o projecto e insiste, citando um inquérito que a própria EDIA encomendou, que ali se verificam irregularidades e atropelos à lei, e não meras questões de pormenor. Os sindicalistas criticam a Inspeção do Trabalho por não dar a conhecer a verdadeira dimensão do problema e consideram «lamentável» a actuação de alguns responsáveis do IDICT.

Lear

Trabalhar apoiados num pé, enquanto o outro acciona o pedal da máquina, é a posição a que mais de dois mil operários da Lear Corporation, em Palmela, estão obrigados. Ao denunciar esta situação «desumana», o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul sublinha que a maioria daqueles trabalhadores são mulheres e lembra que a multinacional está a violar as normas de higiene e segurança constantes do contrato colectivo de trabalho. O sindicato acusa ainda a Lear de colocar na produção, durante três meses, pessoal pago com dinheiros públicos para formação profissional que apenas dura duas semanas.

Em greve, mas contra o «agente único»

CGTP demarca-se do SMAQ

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses recusa qualquer responsabilidade pela greve convocada pelo Sindicato dos Maquinistas para o período de 27 de Janeiro a 5 de Fevereiro.

No entanto, a estrutura da CGTP, numa nota que distribuiu no primeiro dia da greve do SMAQ, reafirma que «os ferroviários têm razões acrescidas para lutarem» e mantém um pré-aviso de greve ao trabalho em regime de «agente único» até ao fim do mês. Informa ainda que está a mobilizar os trabalhadores para a jornada de luta desta semana, nomeadamente para as manifestações de ontem e de hoje.

A concentração de tarefas e responsabilidades no maquinista é a principal alteração que resulta da implementação de um acordo entre o conselho de gerência da CP e o SMAQ. A troca de um irrisório aumento salarial, o sindicato paralelo aceitou que os maquinistas passassem a circular sem o segundo elemento da equipa até agora responsável pelas composições em movimento (o condutor, no longo curso, ou o revisor, nas marchas em material vazio).

Para a federação, o regime de «agente único» põe em causa a segurança dos trabalhadores e da circulação, conduz ao acréscimo de funções dos trabalhadores da carreira de condução e cria condições para redução de postos de trabalho. O pré-aviso de greve, em

vigor desde 25 de Janeiro, permite que até às 24 horas de 28 de Fevereiro qualquer trabalhador da carreira de condução (ferrovia) possa recusar todos os serviços que impliquem a condução de circulações em regime de agente único.

Além deste motivo de luta dos maquinistas, a FSTFP/CGTP aponta como «razões acrescidas» de protesto e combate por parte de todos os ferroviários as propostas que a gerência da CP e as administrações da EMEF e Refer apresentaram na **revisão dos acordos de empresa e do Regulamento de Carreiras**, as quais, «se viessem a ser postas em prática, punham em causa postos de trabalho, os direitos dos ferroviários, e não conduzem à melhoria salarial reivindicada pelos trabalhadores, numa perspectiva de aproximação à média dos salários europeus».

Afirmando-se «empenhada numa postura de negociação, sem abdicar da luta quando ela se justificar», a federação previne que «não aceitará que, de qualquer processo grevista, resultem novas situações de discriminação dos trabalhadores».

De má-fé?

O CG da CP decidiu pôr fim, a partir de 1 de Janeiro, ao direito dos ferroviários (no activo ou reformados, e respectivos familiares) a concessão de transporte nas empresas rodoviárias que ficaram a assegurar os

percursos de linha férrea desactivados entre Viseu e Sernada do Vouga, Aveiro e Espinho (por Sernada do Vouga, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira), Viseu e Nelas, Pocinho e Barca d'Alva, Beja e Moura, Amarante e Arco de Baulhe, Viseu e Santa Comba Dão, Vila Real e Fortunho, Mirandela e Bragança, Évora e Vila Viçosa, Évora e Reguengos, Estremoz e Portalegre.

A circular da gerência levou a comissão de trabalhadores da CP a escrever ao ministro da tutela e ao presidente da empresa, protestando contra a «grosseira violação dos compromissos solenemente assumidos». A CT, numa nota à comunicação social, lembra que o ministro João Cravinho, «em sessão pública, perante todas as organizações representativas dos trabalhadores ferroviários», declarou que «os direitos dos trabalhadores serão rigorosamente acautelados». Também o direito às concessões de transporte foi assegurado «sem qualquer reserva», acrescenta a CT, citando um ofício do presidente do conselho de gerência da CP enviado em Maio ao governador civil de Viseu.

«Quando, onde e a quem foi dito que os direitos adquiridos estavam acautelados só durante alguns meses» é o que a CT exige que o ministro revele «preto no branco». «Se esta resposta não for dada num prazo razoável, reservamo-nos o direito de considerar que o eng.º João Cravinho agiu deliberadamente de má-fé, enganando conscientemente os legítimos representantes dos trabalhadores», diz a comissão de trabalhadores.

Luta na Petrogal vai continuar

A forte adesão dos trabalhadores à greve realizada na Petrogal no final da semana passada «veio comprovar o grande descontentamento existente», afirma a Fequimetal/CGTP. A federação intersindical, num comunicado que divulgou na tarde do primeiro dia de greve, realça

que, «ao contrário da intransigência da administração, os sindicatos mantêm uma posição flexível e aberta para, através de uma negociação séria das suas reivindicações, encontrar uma solução para o conflito».

A estrutura sectorial da CGTP sublinha que «as reivin-

dicações são justas, os trabalhadores estão firmes na greve e a luta vai continuar». No comunicado, a Fequimetal apontava para uma adesão global à greve «superior a 80 por cento», na produção e distribuição de combustíveis, levando a que ficassem «praticamente paradas» as duas refina-

rias, bem como os parques de enchimento.

Chefias dos parques de Aveiro, Porto Brandão e Faro foram acusadas pela Fequimetal de comportamento «altamente irresponsável» pela federação, uma vez que tentaram operar sozinhos os equipamentos de enchimento, colocando em risco a segurança de pessoas e instalações. No parque de Perafita (Porto) a operação dos equipamentos de enchimento de gás ficou entregue a pessoal subcontratado por empreiteiros, denunciou ainda a Fequimetal.

A administração da Petrogal, acusou a federação, não só foi conivente com as atitudes de irresponsabilidade das chefias, como «até forçou a situação», chegando ao ponto de chamar a GNR para intimidar um piquete de greve.

A «grande unidade dos trabalhadores, patente na muito elevada adesão à greve», foi saudada dia 28 pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, que considerou esta «uma boa oportunidade para que as outras forças políticas, que ultimamente se dizem muito preocupadas com as condições sociais dos que vivem do seu trabalho, manifestassem o seu apoio à justa luta dos trabalhadores da Petrogal», «pela melhoria das suas condições de vida e contra 7 meses de impasse nas negociações».

O «assinalável êxito» da greve foi igualmente saudado num plenário conjunto de militantes comunistas da freguesia de Gaio-Rosário e da célula da Petrogal.

Gás dia 9

A realização de uma greve no próximo dia 9, terça-feira, foi aprovada por unanimidade num plenário geral de trabalhadores do Grupo Gás de Portugal (GDL, Driftal e Carbolis).

O Sindicato da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas, não comunicado em que dá nota da decisão do plenário de 25 de Janeiro, aponta como principais motivos da paralisação a defesa do emprego, a garantia dos postos de trabalho efectivos e a manutenção dos vínculos laborais às empresas do Grupo GDP.

As inquietações dos trabalhadores prendem-se com a forma como está a ser conduzida a substituição do gás de cidade pelo gás natural e com a pretensão de alienar ou encerrar a Driftal e Carbolis.

A greve foi convocada depois de várias reuniões com a administração e duas audiências com o secretário de Estado Vítor Ramalho, sem que o Governo ou a administração da GDP adoptassem as medidas reivindicadas pelos trabalhadores.

CTs marcam para Abril encontro nacional

A luta contra o pacote laboral, a defesa da Segurança Social, a eleição de comissões de Saúde, Higiene e Segurança e de Comités de Empresa Europeus, e as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio foram os principais temas em debate na reunião das comissões coordenadoras de Comissões de Trabalhadores, realizada na semana passada em Lisboa.

Um comunicado conjunto saído da reunião de 25 de Janeiro - em que participaram representantes das coordenadoras de CTs das regiões de Lisboa, Porto, Setúbal e Braga e dos sectores da banca, indústria naval, comunicações e caminho-de-ferro - informa que, depois de analisar «o ano político e social de 99 e o desenvolvimento das acções de cooperação e intervenção do movimento das Comissões de Trabalhadores», foi decidido levar a cabo, em Abril, «um grande encontro nacional» de CTs.

As comemorações dos 25 anos do 25 de Abril e do 1.º de Maio em liberdade são consideradas como «grandes acontecimentos do ano», e as CTs vão «participar activamente nos actos comemorativos, com uma mensagem forte e dirigida aos jovens trabalhadores,

afirmando Abril como acto e processo libertador, mas inseparável das suas realizações e transformações económicas e sociais, que estão hoje seriamente ameaçadas por uma política ao serviço do capital». O comunicado recorda que o próprio movimento das CTs «constitui uma das obras e conquistas mais genuínas dos trabalhadores e da revolução de Abril».

Na reunião foi expresso o empenhamento das coordenadoras regionais e sectoriais na mobilização das comissões de trabalhadores, a par da disponibilidade para cooperar com o movimento sindical, na luta para «travar e derrotar» o pacote laboral e o ataque ao sistema público de Segurança Social. Aqui se incluem as acções da jornada nacional de luta, a decorrer durante esta semana.

Para favorecer «uma estreita cooperação e coordenação» entre as CTs e o movimento sindical nos processos de eleição de comissões de Saúde, Higiene e Segurança nos Locais de Trabalho e de Comités de Empresa Europeus, as coordenadoras decidiram propor um encontro com a Comissão Executiva da CGTP-IN.

Contra salários de miséria Têxteis, vestuário e calçado optam pelo caminho da luta

Os patrões insistem em aumentos salariais de 50 ou 60 escudos por dia, em empresas que dão elevados lucros, recebem milhões de incentivos e pagam menos de 400 escudos à hora a mais de 70 por cento dos trabalhadores.

O bloqueamento da contratação colectiva, arrastando a actualização salarial que já deveria vigorar desde 1 de Janeiro, foi denunciado na semana passada pela Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal. Em conferência de imprensa dada na sua sede, no Porto, a Fesete/CGTP chamou a atenção para alguns números que falam por si, e bem alto, denunciando como «um escândalo» o facto de que «empresas que gerem centenas de milhares de contos de lucros pretendem manter salários de miséria».

Decorridos dois meses de negociação, o patronato dos diferentes subsectores não apresentou propostas para além de 2 ou 2,8 por cento, o que significaria ajustamentos salariais entre 50 e 60 escudos por dia. Simultaneamente, as associações patronais procuraram desvalorizar os contratos colectivos e insistem na linha de desregulamentação dos direitos sociais e contratuais, mantendo em muitos casos a exclusão ilegal das pausas na contagem do tempo de trabalho.

A federação considera que o comportamento do Governo «não é alheio» a esta atitude do

patronato, «quer pelos indicadores de *tectos* salariais, directos ou indirectos, e a sua postura relativamente à Lei 73/98», «quer pelo conjunto de medidas legislativas preparadas com vista a favorecer ainda mais o patronato».

Salários e lucros

As posições patronais na actualização salarial deste ano são traduzidas pela Fesete num exemplo: «Se um trabalhador reduzisse o consumo de 3 cigarros, um café ou meio litro de

leite por dia, podia perfeitamente abdicar dos «aumentos salariais» e permitiria que os patrões pudessem tomar mais uns *whiskyzitos*, comprar mais umas vivendas ou uns *ferraris* e engordar as suas contas bancárias.»

A federação reclama aumentos mínimos na ordem dos 5 contos mensais, apresentando contas que mostram ser esta uma reivindicação «perfeitamente realista», para fazer face a uma inflação que ultrapassa os 3 por cento, com as rendas de casa.

A par de aumentos de produtividade de, em média, 4,4 por cento, as empresas beneficiaram ainda da recente redução das tarifas da electricidade em dez por cento. Os apoios financeiros, no âmbito do PEDIP e outros programas, contemplam investimentos globais que

ultrapassam um bilião de contos nas indústrias têxteis, de vestuário e calçado.

A aceitação das propostas sindicais, refere a Fesete, teria uma incidência «absolutamente insignificante» na facturação (de 0,9 a 1,4 por cento, de acordo com os exemplos apontados na conferência de imprensa) e permitiria que os custos salariais das empresas se mantivessem este ano a um nível inferior ao de 1992/93.

É também feita a comparação das remunerações vigentes no sector com os salários praticados na indústria da União Europeia, em média, nos anos de 1993 e 1995. Na Alemanha e na Dinamarca, os ganhos médios horários brutos chegam a ser 6 vezes superiores. A diferença é ainda maior se for tido em conta que, nos têxteis, vestuário e calçado em Portugal, cerca de 70 por cento dos trabalhadores estão nos últimos grupos da grelha salarial e auferem salários que ficam entre 8 e 10 por cento abaixo da média nacional, ou seja, ganham cerca de 370 escudos por hora.

Nesta situação, não resta aos trabalhadores «outra alternativa que não seja a luta para obrigar o patronato a mudar de posição», defende a Fesete, prevenindo que «a luta pela negociação vai ser prolongada e não daremos tréguas aos patrões nas empresas, sendo da sua responsabilidade os conflitos que certamente se irão desenvolver».

Ruptura no calçado

Ao fim de oito reuniões de negociação, a associação patronal do calçado manteve a sua proposta de aumentos salariais em 1,9 por cento. Segundo a Fesete, a APICCAPS propunha que os salários actuais, situados entre 45 200 e 141 300 escudos, passassem para um mínimo de 49 mil escudos e um máximo de 144 mil. O subsídio de alimentação, na proposta patronal apresentada pela última vez na passada sexta-feira, seria aumentado em dez escudos.

Os representantes dos trabalhadores deram esta fase por concluída e solicitaram a passagem à fase de conciliação, no Ministério do Trabalho. «Lutar é o único caminho», proclama a federação no comunicado que emitiu anteontem.

Conciliação nos CTT acabou com 3 por cento

Terminou quinta-feira a negociação entre os sindicatos e a administração dos Correios e Telecomunicações de Portugal, ficando acordados aumentos salariais de 3 por cento e redução do horário de trabalho sem contrapartidas de flexibilidade. Foi ainda criada uma nova categoria profissional, mas com contornos muito diferentes da proposta de desqualificação dos carteiros, que a administração inicialmente apresentou.

As negociações do Acordo de Empresa iniciaram-se em Junho (a actualização salarial deveria efectuar-se em Julho, tendo agora efeitos retroactivos). Para demover a administração, os trabalhadores e as suas estruturas tiveram que desencadear um processo reivindicativo, com pontos altos nos plenários de 14 de Outubro e na greve a 15 e 16 desse mês, e na vigília de dois dias, com dirigentes e activistas, junto à sede dos CTT, em Novembro. Che-

gou a estar marcada uma greve de três dias para antes do Natal, desconvocada depois de os responsáveis da empresa terem feito algumas cedências.

«Este foi o resultado da luta dos trabalhadores, nomeadamente da forte adesão à greve, e da firmeza do SNTCT»,

comentou ao «Avante!» um dirigente do Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações. Vítor Narciso salientou que, contrariamente ao que se pode depreender das afirmações feitas à Lusa pelo responsável dos Recursos Humanos dos CTT, a redução da semana

de trabalho de 40 para 39 horas foi feita sem quaisquer contrapartidas na adaptabilidade dos horários. Ficou apenas aberta a possibilidade de, na futura negociação de uma maior redução do horário, serem também discutidas propostas de adaptabilidade.



A luta dos trabalhadores em defesa de direitos, estabilidade, melhores salários e menores horários foi acompanhada por fortes críticas à administração dos CTT, presidida por Norberto Pilar (foto da vigília de 26 de Novembro)

O primeiro euro e a IN-CM

«No dia em que se iniciou a produção do euro em Portugal, chamamos a atenção dos representantes governamentais e da comunicação social para a situação do trabalhador que cunhou os primeiros euros, o qual auferia um salário de 138 mil escudos, enquanto na Irlanda esse mesmo trabalhador ganharia 315 mil escudos, na vizinha Espanha 348 mil e, por exemplo, na Alemanha, 638 mil», afirma a Comissão de Trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, numa exposição que divulgou anteontem.

A CT considera que este é um «momento histórico» para a IN-CM e para Portugal, interpretando a escolha para a cunhagem de euros como uma consagração do prestígio construído ao longo de anos. Contudo, expressa o seu protesto por continuarem sem resposta as questões que a CT colocou a responsáveis do Governo e da empresa, a propósito do despacho do ministro das Finanças, de 5 de Setembro, sobre as orientações estratégicas da IN-CM para o período até 2001, e onde Sousa Franco perspectiva a alteração do estatuto de empresa pública para sociedade anónima, «abrindo o caminho, como já aconteceu em outras empresas, à privatização».

Tal posição do Governo é, para a CT, «surpreendente», uma vez que o próprio despacho considera que a IN-CM «não é uma empresa-problema», «tem mantido rentabilidade (suportando mesmo esforços de capitalização, como o fundo de pensões), tem conservado e, por vezes, melhorado padrões historicamente elevados de segurança e qualidade, vem mantendo um bom clima social e presta serviços positivamente avaliáveis ou mantém posições fortes e prestigiadas no mercado». O ministro afirma mesmo, acrescenta a CT, que a IN-CM «no âmbito da União Europeia e, claramente, também em muitos casos a nível mundial, ocupa um dos primeiros lugares em várias actividades».

A privatização, reafirma a CT, «põe em causa os direitos dos trabalhadores e o serviço prestado pela IN-CM», «pelo menos, não nos foi demonstrado o contrário».

Por menos cegueira na Telecom

A Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom faz «votos para que 1999 liberte a gestão da cegueira em que caiu em 1998», trazendo «mais humanismo, mais democracia interna, mais e melhor qualidade de vida e de trabalho» para todos os funcionários da empresa. No seu primeiro comunicado deste ano, a CT considera o ano de 1998 como aquele em que a convergência na acção por parte de todos os organismos representativos dos trabalhadores da PT permitiu dar passos importantes na resolução de problemas que há muito se arrastavam, como a

redução de mais uma hora de trabalho por semana ou várias medidas de harmonização das condições de trabalho entre pessoal proveniente das diferentes empresas que se fundiram na PT, em 1994.

«É imprescindível que em 1999 os ORTs mantenham a convergência na acção e, com o apoio dos trabalhadores, encontrem as melhores soluções para a negociação de matérias como a tabela salarial, uma nova estrutura de carreiras, a semana de trabalho de 35 horas, a harmonização dos regimes de trabalho.»

Reestruturação e negócios na JAE

As alterações previstas pelo Governo para a Junta Autónoma de Estradas «não resolvem qualquer problema de funcionalidade da actual JAE e do aproveitamento técnico e científico do mais velho e qualificado serviço público para o desenvolvimento económico do País».

Na recente reunião da Federação da Função Pública com trabalhadores da JAE, para preparação do parecer sindical sobre o documento de reestruturação entregue pelo Ministério do Equipamento, foi defendido que a criação de dois novos institutos públicos (IEP e ICERR) e a alteração do nome da «JAE-Construções, SA» para «EPOR, SA» «vão apenas criar mais novos tachos, com mais dois conselhos de administração, dois presidentes de conselhos de administração, duas comissões de fiscalização e um conselho consultivo, todos pagos com vencimentos fabulosos»; além disso, «vão ser transferidos conhecimentos técnicos e científicos para fins que pouco terão a ver com as funções sociais do Estado».

O projecto do Governo não assegura direitos de participação dos trabalhadores nos novos institutos e não dá garantias quanto a funções e remunerações de funcionários da JAE que optem pelo contrato individual de trabalho e a perda de vínculo à Função Pública. Na reunião foi ainda rejeitada a ideia de um «quadro especial transitório» na secretaria-geral do Ministério, «que volta a lembrar o extinto quadro de excedentes», refere o comunicado da FNSFP/CGTP.

Resíduos perigosos A luta vai continuar

A contestação da opção da ministra do Ambiente pela incineração de resíduos perigosos prossegue agora centrada em Coimbra. Enquanto novos dados vão sendo divulgados que, no mínimo, põem em causa a pressa e a transparência de todo este processo.

Na noite de sábado, o Fórum «Coimbra viva» - uma reunião destinada a divulgar a opinião de diferentes cientistas e a esclarecer as populações sobre os perigos da co-incineração - prolongou-se por quatro horas.

Quatro horas de debates marcadas por sérios alertas, e em que foi decidido, nomeadamente, pedir uma audiência ao Presidente da República. A iniciativa contou com a presença especial da população de Souselas e também com uma representação de Maceira.

Um dos perigos salientados foi o de a situação dos ventos poder vir a provocar uma situação catastrófica para Coimbra em caso de libertação de gases da cimenteira de Souselas.

O reitor da universidade de Coimbra, Fernando Rebelo, ao intervir na qualidade de geógrafo, afirmou que apenas em 10 por cento do ano Coimbra não tem ventos e a localização de Souselas, a noroeste, coloca em risco a cidade.

Nesta situação - que corresponde a 40 por cento dos ventos - os gases produzidos na

cimenteira de Souselas serão dispersos pela cidade e arredores. Quando os ventos tocarem de sul e de sudoeste - o que acontece em 27 por cento do ano - os gases serão levados para o distrito de Aveiro. Em caso de ausência de ventos, serão as populações que vivem nas imediações da fábrica as atingidas.

Os debates ficaram marcados por um incidente provocado pelo presidente da Scoreco (empresa criada por duas cimenteiras para gerir os resíduos), que pretendeu intervir no Fórum, ao mesmo nível dos convidados. A organização rejeitou tal possibilidade, concedendo-lhe o mesmo tempo atribuído a qualquer interveniente da assistência.

Um facto em si significativo, pelo que reflecte do receio da pressão popular face ao muito dinheiro envolvido. Isto mesmo foi sublinhado pelo sociólogo Boaventura Santos, dirigente da Pro-Urbe, que considerou que o comportamento do presidente da Scoreco foi de «grande impaciência,



Também no Barreiro, a luta continua. Agora com a entrega, sexta-feira, de uma petição ao parlamento para agendar a discussão em torno da estação de tratamento de resíduos tóxicos

porque há muito dinheiro nisso». Também Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, considerou que a posição assumida pelos representantes da Scoreco é sinal de que «estão impacientes, porque as coisas estão a ter efeito».

Na «Declaração de Coimbra», documento aprovado no final do fórum, afirma-se o propósito de continuar a luta, «por todos os meios democrá-

ticos», até se alcançar a revogação da decisão governamental de co-incineração em cimenteiras.

Nesse âmbito, é criada uma «comissão sombra» para acompanhar os trabalhos da comissão científica, a instituir ao abrigo de um diploma legal, para avaliar os riscos da co-incineração para a saúde.

Na declaração final faz-se apelo a «todos os portugueses para que ampliem, das mais variadas maneiras, o protesto contra a política do Ministério do Ambiente em matéria de resíduos sólidos».

Saúde em causa

Novos factos vêm entretanto a público, testemunhando dos perigos para a saúde pública que a opção da queima de resíduos perigosos em cimenteiras comporta. Com a agravante de não terem sido divulgados.

A queima de resíduos tóxicos em cimenteiras levará a um aumento de riscos de dermatoses (doenças da pele) nos trabalhadores da construção civil. Este o alerta que surge num parecer independente pedido pela Comissão Técnica

de Avaliação (CTA), que consta dos anexos do relatório entregue à ministra do Ambiente, mas que não foi oportunamente divulgado.

O parecer em causa, da autoria do ex-presidente da Associação Portuguesa de Engenheiros de Ambiente, Manuel Pinheiro, especialista em análise de riscos ambientais, sublinha que «o tálio e o crómio podem originar, na fase da hidratação do cimento, alguns problemas alérgicos, em caso de contacto directo, especialmente nos trabalhadores».

O texto recomenda, por outro lado, que «nos ensaios de pré-qualificação sejam também contemplados ensaios ambientais de lixiviação e toxicidade ao cimento assim produzido com co-incineração». Testes que, entretanto, não foram exigidos pelo Ministério do Ambiente.

De salientar que a fonte de informação do parecer de Manuel Pinheiro é a indústria cimenteira alemã que, devido aos problemas registados, já colocou no mercado um cimento com referência explícita aos baixos teores de crómio.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a introdução de resíduos industriais nas cimenteiras será a principal fonte contaminante de metais pesados com efeitos alérgicos.

Vila Franca de Xira JCP exige nova escola secundária

A falta de uma escola de ensino secundário e a importância da gestão e promoção do património, são duas questões a que a JCP de Vila Franca considera urgente dar resposta.

«Diariamente deslocam-se da freguesia de Vialonga cerca de 500 alunos para estudarem em escolas secundárias na área administrativa do concelho de Vila Franca de Xira e em concelhos vizinhos, por falta de um estabelecimento de ensino secundário», refere a JCP. Isto apesar de os terrenos para a construção da escola terem sido cedidos, gratuitamente, pelo anterior executivo camarário.

Face a esta situação, os jovens comunistas exigem a imediata resolução do problema e apelam à participação dos jovens da freguesia na promoção de um abaixo-assinado.

Pela salvaguarda do património

Os jovens comunistas de Vila Franca analisaram o Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano de 1999 e consideraram haver nesse plano grandes debilidades no que diz respeito à salvaguarda do património histórico edificado do município.

A JCP afirma que ficou comprometida, para este ano, a recuperação e dignificação de diversos locais históricos e refere alguns exemplos de espaços históricos degradados e não considerados no plano de intervenção da Câmara. É o caso dos moinhos de vento, do moinho da maré de Adarse, das fortificações das linhas defensivas de Torres Vedras.

Os jovens comunistas denunciam o facto de nenhuma verba ter sido atribuída à preservação



de espaços arqueológicos, como sejam a necrópole megalítica de Monte Serves ou o povoado antigo de Castanheira do Ribatejo. Lembrem, por outro lado, que o local do terraço Quaternário, pela sua importância geológica, deve ser protegido da actividade extractiva da Cimpor. E defendem que «as iniciativas de intervenção nas áreas de tauromaquia, arqueologia industrial e pesca fluvial devem ser continuadas para a efectivação dos núcleos museológicos das referidas áreas».

A concluir, a JCP exige «a concretização de uma política cultural de salvaguarda do património edificado no concelho de Vila Franca de Xira para garantir a fruição e apropriação dos espaços históricos pela comunidade».

Quinta do Cabrinha com novos equipamentos

Uma nova sede da Junta de Freguesia de Alcântara e um polidesportivo rehabilitado são os dois novos equipamentos disponíveis para os moradores da Quinta do Cabrinha, desde sábado passado.

O objectivo é, antes do mais, proporcionar o apoio de um órgão autárquico na resposta a algumas necessidades sociais básicas da população realojada do Casal Ventoso, como a procura de emprego e a assistência domiciliária a idosos.

Com estes objectivos, estão a ser inventariadas as famílias realojadas e está a ser feito um levantamento dos desempregados e das suas habilitações.

A assistência domiciliária a idosos fica também a cargo da Junta de Freguesia de Alcântara, através de uma instituição de apoio social, a União dos Pensionistas da Segurança Social.

O polidesportivo, que foi rehabilitado, vai passar a estar aberto às várias actividades desportivas que queiram praticar, tanto os moradores e colectividades da freguesia de Alcântara como

os da Quinta do Cabrinha, nomeadamente futebol, andebol ou basquetebol. Responderá ainda a iniciativas, quer da cidade quer das colectividades, para organizar jogos.

Todo este processo de mudança se insere também na transformação do Vale de Alcântara, que inclui o Casal Ventoso, e que irá transformar-se numa zona com muitos espaços verdes e árvores, conjuntos de edifícios com 1100 fogos de realojamento e equipamentos colectivos.

O plano, elaborado por uma equipa coordenada pelo arquitecto Eduardo Marinho e activamente acompanhado pelo vereador Vítor Costa do PCP, é para aplicar no vale e encostas de Alcântara, entre Sete Moinhos e os acessos à Ponte 25 de Abril.

Quinta do Mocho

Um Gabinete de Intervenção Local (GIL) abriu, sexta-feira passada, na Quinta do Mocho, em Loures, para preparar o realojamento das famílias que

a Câmara quer deslocar para novas casas antes do final deste ano.

O gabinete conta diariamente com várias técnicas sociais da Câmara de Loures, cujo trabalho é fundamentalmente preparar e organizar o realojamento, contribuindo também para a integração das pessoas na comunidade.

No acto de inauguração do gabinete, o presidente da Câmara de Loures, Demétrio Alves, convidou estudantes ou investigadores portugueses a montar um laboratório de observação na Quinta do Mocho para acompanharem o processo de realojamento e de integração social.

Hernane Nogueira, da Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, disse aos jornalistas ser esta «a forma mais consensual para que a integração se faça com a maior qualidade possível».

A Câmara prevê realojar ainda este ano 120 famílias e, até ao final do ano 2000, cerca de 3500 pessoas em 680 fogos.

Agricultores da Madeira exigem apoios

Cerca de uma centena de agricultores da zona oeste da Madeira, vítimas dos estragos causados pelos temporais do início do ano, concentraram-se frente à Assembleia Legislativa Regional (ALR) da Madeira, no passado dia 27 de Janeiro.

Uma iniciativa apoiada pela CDU, no âmbito da discussão do orçamento regional para 1999, e que foi fruto de contactos estabelecidos desde os temporais, que culminaram num périplo de avaliação e mobilização, do grupo parlamentar da CDU, pelos concelhos de Calheta, Ponta do Sol e Câmara de Lobos.

Os agricultores, descontentes com a ineficácia e inércia do governo regional em apresentar planos concretos que visem apoiar a agricultura e fazer face aos enormes custos dos danos provocados pelos temporais, entregaram ao chefe de gabinete da presidência da ALR uma carta, na qual propunham que no Orçamento para 1999 constasse uma dotação orçamental de um milhão e 450 mil contos, tendo em conta as estimativas sobre os prejuízos apresentadas pelo Secretariado Regional da Agricultura.

Em conferência de imprensa realizada dias antes, o grupo parlamentar da CDU apresentou

o quadro da situação e denunciou o desinteresse do governo regional pelos problemas vividos pelos agricultores.

Os temporais que fustigaram recentemente a Madeira causaram elevados prejuízos à agricultura regional e deixaram muitos agricultores numa situação crítica, dado que muitas culturas já estavam quase na fase de colheita. Mais ainda – uma das culturas mais afectadas pelas chuvas, ventos e granizo foi a da banana, pedra basilar da subsistência de muitas famílias de agricultores.

É neste quadro que a CDU denuncia a posição assumida pelo governo regional que, mais uma vez, à semelhança do que aconteceu por altura dos temporais de 1993 e de 1995, anuncia recorrer à União Europeia e ao governo da República, em busca de apoios compensatórios. A verdade é que, até agora, os agricultores nada receberam, pois o governo regional nunca



A produção de frutas da Madeira, em particular de banana, foi seriamente atingida pelas intempéries

se esforçou a sério na defesa da agricultura e dos agricultores.

Por outro lado, quando a CDU apresentou, na Assembleia Municipal, no momento da discussão dos orçamentos regionais de 1997 e de 1998, propostas de indemnização aos agricultores lesados com os temporais, a maioria PSD chumbou qualquer tipo de apoio.

Face a esta situação, o grupo parlamentar da CDU apresentou, dia 19 de Janeiro, na ALR, a proposta de criação de uma Comissão Eventual para analisar formas de apoio aos agricultores, sublinhando que, mais do que quantificar os custos, «importa definir um conjunto de outras medidas complementares de apoio aos agricultores face às consequências dos temporais verificados na região».

Contra novas incineradoras

O deputado da CDU-Madeira, Edgar Silva, manifestou-se

contra a criação de três novas incineradoras de resíduos na freguesia de Camacha.

Salientando que a incineradora «não é a melhor solução para a Madeira», Edgar Silva acusou o governo regional de querer fazer da Camacha a lixeira e o esgoto da região.

O deputado da CDU fez estas afirmações durante um encontro com a população do Rochão, no alto da freguesia da Camacha, onde fica situada uma Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, alvo de críticas devido aos escorrimentos de águas lixiviadas, que estarão a contaminar as águas da localidade, e devido aos maus cheiros.

Edgar Silva assegurou que a CDU vai «dar força» à população e questionar, na sessão pública da Câmara Municipal de Santa Cruz, sobre o que a presidência social-democrata tem feito para defender a população da Camacha e os interesses do concelho.

Moradores exigem abertura da estação da Reboleira

Cerca de dois mil moradores da Reboleira, na Amadora, concentraram-se domingo, pela segunda vez, junto à estação da CP, para exigir a sua abertura imediata, ainda que a título provisório.

Os moradores da freguesia da Reboleira – que contam com o apoio da Comissão de Utentes da Linha de Sintra – não aceitam que a estação permaneça fechada, alegadamente por não ter os arranjos exteriores prontos, quando a de Santa Cruz/Damaia já abriu, nas mesmas condições.

Os utentes da CP manifestaram também a sua indignação pelo facto de o presidente da Câmara ter ignorado os pedidos para participar na reunião entre o presidente da autarquia, Joaquim Raposo, e a administração da Refer (Rede Ferroviária Nacional) para debater o problema.

A comissão, que representa os utentes da estação da Reboleira, entregou 300 cartas e um

abaixo-assinado com 500 assinaturas de protesto.

João Bernardino, vereador da CDU na Câmara da Amadora, apelou às pessoas para «continuar a luta», salientando o papel da «acção organizada da população».

Na reunião da Câmara, os vereadores da CDU apresentaram uma moção onde registavam «o natural e justo descontentamento das populações, quer da Damaia, quer da Buraca, pela ausência de condições do novo equipamento e da população da Reboleira obrigada a um alongamento em cerca de mais de 250 metros para usar o comboio de que necessita, com uma estação praticamente concluída à sua porta e que não pode usar».

Na moção, a CDU solicita à Refer que «dê desenvolvimento à conclusão das infra-estruturas das estações de Santa Cruz/Damaia e Reboleira» e ainda que «proceda à abertura urgente e parcial da estação da Reboleira».

Barreiro em luta

Autarcas do Barreiro vão entregar sexta-feira uma petição ao parlamento para agendar a discussão em plenário da decisão de instalar uma estação de pré-tratamento de resíduos tóxicos no concelho.

Estão já reunidas, pelo menos, as necessárias quatro mil assinaturas.

JCP/Setúbal Encontro Distrital

A Juventude Comunista Portuguesa de Setúbal irá realizar, na tarde do próximo sábado dia 6, nos Penicheiros, concelho do Barreiro, o seu 6.º Encontro Distrital.

Com o lema «JCP em luta por um Distrito com futuro», procura-se reunir os jovens comunistas do Distrito de Setúbal para a discussão dos problemas que abrangem os jovens de todos os meios e sectores, desde os estudantes secundários aos estudantes do ensino superior e aos jovens trabalhadores, que se sentem lesados e ultrajados por uma política faz-de-conta do governo do PS.

Os jovens comunistas apostam na necessidade de delinear uma estratégia política em que os jovens da nossa sociedade tenham uma oportunidade real de poderem utilizar as suas capacidades para o desenvolvimento do país.

APD critica Orçamento de Estado

As despesas com a reabilitação e educação do sujeito passivo ou dependentes deficientes passam, segundo o Orçamento Geral do Estado para 1999, a ser dedutíveis em 30%, quando até à data eram dedutíveis na totalidade. Um facto denunciado pela Associação Portuguesa de Deficientes (APD), que exige a imediata revogação de tal medida. A APD sublinha que «o investimento do Estado na reabilitação, inserção, educação, saúde e acção social dos cidadãos portadores de deficiência é escandalosamente baixo» e que se pretende «amealhar alguns tostões à custa de quem já é suficientemente penalizado por um sistema que ignora as necessidades específicas de um milhão de cidadãos e em sectores tão essenciais como a reabilitação e a educação».

JCP/Algarve protesta

A JCP/Algarve repudiou o comportamento «ignorante e antidemocrático de dois agentes da PSP de Vila Real de Santo António que, na passada semana, obrigaram um grupo de jovens a retirar uma banca da via pública.

Na ocasião, um grupo de militantes contactava os jovens da escola secundária local, no âmbito da campanha «Educação Sexual já, sem medos», em banca situada no exterior da escola, sem que afectasse a circulação automóvel ou pedestre.

«Quando um dos agentes da PSP interpelou os militantes da JCP, estes explicaram-lhe o que estavam a fazer. O agente da PSP pareceu que não ouviu, que não quis ouvir, ou que lhe disseram para não ouvir, exigindo que abandonássemos o local, por não termos autorização para estar ali», afirma-se em carta enviada ao Governador Civil de Faro.

A JCP lembrou ainda aos agentes «que a liberdade de expressão é um direito constitucional e que as organizações políticas não necessitam de autorização de ninguém para levar a cabo as suas iniciativas na via pública».

Café-debate sobre o racismo

A JCP de Viana de Castelo realizou no passado sábado, dia 30 de Janeiro, um café-debate sobre Racismo e Xenofobia. Esta iniciativa enquadrou-se no quadro preparatório do 6.º Congresso da JCP.

No debate ressaltou a preocupação dos jovens pelos exemplos de racismo e pelo aparecimento de organizações fascistas, bem como pela política de exclusão a que leva o Acordo de Schengen e o Tratado de Amesterdão.

No encontro falou-se também do abaixo-assinado «Por uma Lei de Estrangeiros que respeite a liberdade e os direitos dos Imigrantes».

Está marcada uma próxima iniciativa para 13 de Fevereiro, que terá como tema «Café-Concerto contra as Provas Globais e os Exames Nacionais».

Poceirão reivindica Escola C+S

A população do Poceirão vai manifestar-se no próximo dia 12 de Fevereiro para reivindicar a construção de uma escola C+S, naquela localidade do concelho de Palmela.

Os pais e alunos, que têm diariamente de se deslocar para escolas de outras localidades, pretendem chamar a atenção dos poderes instituídos para a necessidade de dotar a freguesia do Poceirão de novos equipamentos educativos, face ao aumento da população escolar. A manifestação deverá terminar junto à sede do Governo Civil de Setúbal, a exemplo de acções de protesto que têm sido levadas a cabo pelos agricultores do distrito.

Apoio às colectividades

O Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa anuncia, dia 8 de Fevereiro, em sessão pública que terá lugar no Fórum de Lisboa, o processo de candidatura aos apoios para as colectividades do concelho para o ano de 1999.

O montante global dos apoios é de 150 mil contos e será atribuído às colectividades do concelho que nos prazos previstos fizerem chegar as suas candidaturas.

As áreas contempladas são diversas, desde os Jogos de Lisboa aos planos de desenvolvimento de modalidades até outras actividades desportivas e, ainda, para pequenas obras em infra-estruturas desportivas ou sedes sociais e projectos ou eventos especiais.



CDU/Madeira Campanha pelos direitos da mulher

A CDU/Madeira preparou uma campanha regional sobre os direitos da mulher e contra os maus tratos à mulher.

Esta campanha, já apresentada e em fase de realização, visa sensibilizar as comunidades regionais para os problemas graves de violência e agressão à mulher, pretende motivar para a mudança das mentalidades e dos comportamentos e tem como objectivo garantir a aplicação de medidas concretas na defesa da mulher e dos seus direitos.

No âmbito da campanha, a CDU/Madeira realizou um encontro regional sobre a violência contra as mulheres, a 4 de Dezembro, e teve diversos encontros de trabalho com diferentes instituições regionais, nomeadamente com responsáveis pela PSP e por serviços médicos e sociais, sobre a problemática da Mulher na região.

Construção de tribunais



Revogar a disposição vigente que impõe aos municípios os encargos com a aquisição, urbanização e

cedência à administração central de terrenos destinados à construção de tribunais judiciais, eis, em síntese, o objectivo visado com um projecto de lei do PCP entregue na semana transacta no Parlamento. Com esta iniciativa legislativa, que vai ao encontro das expectativas da Associação Nacional de Municípios, os deputados comunistas pretendem corrigir uma norma que consideram iníqua e que tem contribuído para o agravamento da situação financeira das autarquias locais, sobretudo nos municípios urbanos que, não dispondo de bolsas de terreno para aquele fim, são obrigados a recorrer ao mercado de solos ou à expropriação, o que, em qualquer das situações, representa sempre verbas na ordem das dezenas ou centenas de milhares de contos.

Caso JAE



A Comissão Parlamentar de Inquérito à Junta Autónoma de Estradas (JAE) tomou finalmente posse. Foi na

passada semana, após um longo período de espera. Presidida pelo deputado José Junqueiro (PS), a comissão de inquérito analisará as suspeições existentes quanto a casos de corrupção na JAE, envolvendo o financiamento ilícito de partidos políticos. A comissão terá 21 deputados, distribuídos da seguinte forma: 10 do PS, 7 do PSD, 2 do PP e 2 do PCP, prevendo-se que os seus trabalhos se prolonguem durante quatro meses. O escândalo em torno da JAE, recorde-se, foi despoletado no início de Outubro na sequência de uma entrevista ao «Expresso» do antigo presidente da empresa, Garcia dos Santos.

Sonae favorecida



As conclusões do inquérito parlamentar ao negócio da Torralta celebrado entre o Governo

e o Grupo Sonae foram finalmente votadas na Assembleia da República. Da autoria do deputado comunista António Filipe, o documento, a que já fizemos referência em anteriores edições, conclui pela existência de dois casos de alegado favorecimento do Grupo de Belmiro de Azevedo no acordo celebrado com o Estado para aquisição da Torralta. Um, refere-se à alienação dos créditos por valor muitíssimo abaixo da estimativa real, reportando-se o outro à criação de uma situação de excepção para a concessão da Zona de Jogo de Tróia.

Carreiras da administração pública Contra a arrogância do Governo em defesa de propostas justas

O Grupo Parlamentar do PCP vai rerepresentar em sede de debate na especialidade as propostas da sua autoria sobre a estruturação de carreiras da Administração Pública que a Assembleia da República já aprovou mas que o Governo recusou incorporar no decreto-lei que elaborou sobre a matéria. O anúncio foi feito pelo deputado comunista Alexandrino Saldanha, na passada sexta-feira, no decorrer da apreciação parlamentar (ratificação) suscitada pela sua bancada ao referido diploma.

Ao ignorar as alterações que a Assembleia da República entendeu aprovar, o Governo, no entender do Grupo comunista, evidenciou um completo desrespeito pelas competências e atribuições que estão constitucionalmente cometidas àquele órgão de soberania.

Em causa, recorde-se, estão três alterações do PCP aprovadas pelo Parlamento a uma autorização legislativa que veio a materializar-se na Lei n.º 77/98, alterações essas que o Governo decidiu não acatar quando redigiu o decreto-lei n.º 404-A/98, invocando, para

o efeito, custos alegadamente incomportáveis. Tal argumento acabaria por cair por terra, como demonstrou Alexandrino Saldanha, ao lembrar que os custos reais ficarão bastante aquém dos dois milhões de contos, de acordo com as contas feitas pela Federação dos Sindicatos da Função Pública, número este significativamente muito abaixo dos 50 milhões de contos anunciados pelo Executivo.

Introduzindo todas as melhorias significativas nas relações dos trabalhadores da Função Pública, uma das pro-



O Governo fala em diálogo mas despreza a vontade dos trabalhadores e, inclusive, a vontade política do Parlamento

postas consubstancia a garantia de acesso ao final da carreira com a inclusão da dotação global, deste modo eliminando as anomalias e injustiças relativas existentes.

Relevo merecem igualmente a proposta que antecipa de quatro para três anos o período necessário para efeitos de progressão automática nas carreiras horizontais, havendo ainda a destacar a proposta que prevê que a aplicação da alteração aos corpos e regimes especiais da Função Pública seja retroactiva a Janeiro de 1998.

No debate da semana transacta, em que repudiou a atitude do Governo por considerar que a mesma configura um manifesto desprezo pela «von-

tade política manifestada pelo Parlamento», Alexandrino Saldanha anunciou ainda uma quarta proposta da sua bancada relativa à aplicação do novo regime às autarquias locais. Trata-se da transferência de verbas necessárias ao aumento das despesas resultantes da aplicação do diploma, uma vez que a aprovação deste foi posterior à aprovação dos orçamentos das autarquias e estas não podem afectar mais de 60 por cento das despesas com o pessoal.

Para inverter degradação em curso PCP exige medidas que salvem a TAP

O acordo celebrado com a Swissair e o grupo Qualifyer no quadro do processo em curso de reprivatização da TAP é atentatório dos interesses da nossa companhia aérea e do País, denunciou o deputado comunista Alexandrino Saldanha, em intervenção política proferida faz hoje oito dias no plenário da Assembleia da República.

Os motivos próximos para esta tomada de posição da bancada comunista prendem-se com recentes notícias vindas a público sobre a situação da TAP,

pondo em evidência já não apenas os problemas sociais como, também, a própria sobrevivência da empresa.

Em causa está, sobretudo, o processo de privatização prosseguido pelo Executivo do PS, traduzido, mais recentemente, sob a forma do diploma que aprova as 1.ª e 2.ª fases de reprivatização, bem como em medidas do conselho de administração que, no entender de Alexandrino Saldanha, «degradam a imagem pública da TAP e afrontam os seus trabalhadores».

Lembrado pelo parlamentar do PCP, a este respeito, foi a entrega do sistema de reservas à Swissair, com a alteração de horários tidos por convenientes para os passageiros, o encerramento de linhas e de balcões nos países onde actuam outras empresas do grupo suíço, informações incompletas e deficientes, tudo em prejuízo da TAP e consequente instabilidade e insegurança nos trabalhadores.

O resultado desta política está, aliás, à vista, como tratou de sublinhar Alexandrino Saldanha ao recordar a diminuição drástica e generalizada do número de passageiros, enquanto aumenta a oferta de companhias concorrentes e, em paralelo, se vai degradando o ambiente de trabalho.

Neste quadro, para o Grupo comunista, importa, pois, a urgente adopção de medidas que «invertam a degradação», a primeira das quais é a manutenção da TAP como empresa de capitais públicos.

Garantir uma gestão que «dinamize e desenvolva a empresa, sem excluir acordos de parceria estratégica, mas sempre no sentido da valorização da TAP e da complementaridade da prestação de serviços e não da sua dependência», constitui outra das medidas reclamadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, que exige ainda o respeito pelos direitos dos trabalhadores.



O PCP entende que a TAP deve ser uma companhia de bandeira, capaz de assegurar um elevado nível de emprego e a prestação de serviços de qualidade

Reforçar direitos Contra ameaças e violações

Foi aprovado faz hoje oito dias o projecto de lei do PCP que regula os procedimentos judiciais correspondentes ao direito consagrado, visando a tutela efectiva de direitos como sejam o direito à liberdade de reunião, de manifestação, de associação ou de expressão. Trata-se de assegurar a efectivação desses direitos, liberdades e garantias pessoais, sempre que eles sejam ameaçados ou, mesmo, violados, como tantas vezes já sucedeu na história da nossa democracia através da destruição de propaganda com objectivos políticos ou da proibição de manifestações a pretexto de regulamentos municipais ou de governos civis.

Com este diploma, segundo Odete Santos, preenchida fica assim a lacuna existente desde a última revisão constitucional respeitante à regulamentação de procedimentos judiciais céleres e prioritários destinados a tutelar direitos, liberdades e garantias pessoais.

Ao dar cumprimento a essa garantia introduzida na mais recente revisão da Lei Fundamental por propostas do PCP e do PS, como explicou Odete Santos, o Grupo comunista procura assim que «contra arbitrariedades, os cidadãos possam intervir activamente na vida política», reforçando também por esta via a democracia participativa.

A bancada comunista manifestou já, entretanto, total abertura para introduzir aperfeiçoamentos ao diploma em sede de especialidade, defendendo para o efeito a realização de audições com várias entidades, entre as quais os Conselhos Superiores das Magistraturas, os seus organismos representativos e a Ordem dos Advogados.

O projecto de lei do PCP acolheu em votação na generalidade os votos favoráveis do PCP e do PEV e a abstenção das restantes bancadas.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em causa negócio de milhões

Processo nebuloso na privatização da ANA

Existem fortes razões para crer na falta de transparência do processo que envolve o desmembramento e privatização da Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea. Abundam as interrogações e adensam-se as nuvens à volta do assunto, sugerindo a existência de interesses obscuros indissociáveis do negócio dos terrenos do Aeroporto da Portela e da construção do novo aeroporto.



Fortes interesses movimentam-se à volta do negócio dos terrenos do Aeroporto da Portela e da construção do novo aeroporto

Preocupado com a situação está o Grupo Parlamentar do PCP que chamou à Assembleia da República para ratificação o diploma que prevê a cisão e privatização da ANA, apresentando simultaneamente um projecto de resolução no qual propõe a sua cessação de vigência.

Na apreciação parlamentar do diploma realizada no final da semana transacta, Lino de Carvalho invocou três ordens de razão para justificar a discordância da sua bancada relativamente a um processo que considera estar longe de ser normal.

A primeira, sublinhou, reside na «ausência de fundamentação para a decisão de cisão e privatização da ANA e suas eventu-

ais consequências em matéria de manutenção de controlo do espaço aéreo por Portugal». Com efeito, num quadro em que a empresa apresenta «muito boa performance económica, com resultados crescentemente positivos» e onde avulta a sua reconhecida «qualidade e eficácia do serviço», não se vislumbram razões que sustentem a decisão numa perspectiva de salvaguarda do interesse nacional. Tanto mais que, como assinalou Lino de Carvalho, «desdobrar a empresa em duas, com estatutos jurídicos diferentes, uma das quais com o objectivo de privatizar a seguir, levará necessariamente à introdução de factores de instabilidade, sobreposição e confu-

são em funções onde hoje reina a estabilidade e a clareza».

«O negócio do século»

A segunda razão avançada pelo deputado do PCP prende-se com a «precipitação e falta de transparência» que em sua opinião são flagrantes no processo. A testemunhá-lo, entre os vários exemplos por si citados, está o

facto de o valor patrimonial da ANA nem sequer estar avaliado oficialmente, designadamente quanto aos terrenos afectos à sua exploração no Aeroporto da Portela.

Muito embora não estejam ainda determinados os valores exactos destes terrenos, nem mesmo esclarecida a questão da sua titularidade, o que se sabe com segurança é que estão em

causa verbas na ordem das centenas de milhões de contos. «É o negócio do século», como já lhe chamam.

«Como é que se vai transferir um tão valioso património para uma empresa a privatizar com um tão alto grau de indefinição?», inquiriu, perplexo, Lino de Carvalho, que admitiu não compreender igualmente «como é que se atribui desde já à

empresa a privatizar a concessão do serviço público aeroportuário sem estarem sequer previamente definidas as condições da concessão nem haver, consequentemente, sido celebrado o respectivo contrato».

Críticas neste processo de cisão e privatização da ANA - e este foi o terceiro fundamento aduzido por Lino de Carvalho em apoio da posição assumida pela bancada do PCP - são ainda dirigidas para os aspectos respeitantes à garantia de manutenção dos direitos dos trabalhadores e quanto à distribuição das responsabilidades e encargos no que se refere à cobertura dos Fundos de Pensões.

É no mínimo insólito que o Governo, para resolver o enorme «buraco» de 12,566 milhões de contos dos Fundos de Pensões da ANA, observou Lino de Carvalho, tenha decidido imputar à empresa que cria para ser privatizada um encargo de 9,363 milhões de contos que não lhe pertencem e que dizem respeito aos fundos de pensões de trabalhadores (controladores de tráfego aéreo) que ficam na outra empresa.

Criação de polícias municipais

Governo confunde competências

A Assembleia da República deverá aprovar hoje, na generalidade, a proposta de lei do Governo que cria as polícias municipais. A viabilidade do diploma está em princípio garantida face à posição revelada pelo PSD no debate realizado faz hoje oito dias, no decorrer do qual Carlos Encarnação, antigo secretário de Estado da Administração Interna, deixou claro que a sua bancada vai «com certeza» votá-lo favoravelmente, não obstante o que considerou serem «alguns disparates» que

carecem de ser corrigidos em comissão.

Para o Governo, de acordo com a exposição de motivos da proposta, a actuação das polícias municipais deve ser «complementar às forças de segurança», situando-se as suas principais competências nos planos da «regulação e fiscalização no âmbito da circulação rodoviária e pedonal, colaboração com as autoridades judiciais e de polícia criminal, elaboração de autos de notícia ou de denúncia, instrução de processo de contra-ordenação, de

polícia ambiental e mortuária, de fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais».

Sem deixar de reconhecer alguma evolução relativamente aos projectos iniciais subscritos pelo Governo nesta matéria, João Amaral, em nome da bancada do PCP, criticou na proposta o que considerou serem as confusões nela existentes quanto às reais competências das polícias municipais. «É uma proposta que confunde mais segurança com a multiplicação de agentes policiais», do

mesmo modo que «confunde polícia de proximidade com proliferação de autoridades policiais», o que, inevitavelmente, na perspectiva do deputado comunista, face à «sobreposição de funções» previstas, se tornará numa fonte de «potenciais conflitos», com reflexos nos cidadãos que assim ficarão «à mercê de choques de competências».

Um exemplo concreto desta confusão deu-o ainda João Amaral ao lembrar o artigo 1.º da proposta, no qual se apontam as missões de segurança

interna com um dos objectivos das polícias municipais.

Contestando tal atribuição, o parlamentar do PCP lembra que «a primeira função e razão de ser das polícias municipais é serem o serviço de polícia administrativa do município, para fiscalizarem os regulamentos de competência municipal». Criadas as polícias municipais, João Amaral ainda admite que seja desejável «potenciar a sua utilização, dando-lhes outras funções como no estacionamento ou na regulação do trânsito». Mas

tudo o que exorbite este quadro de partida, adverte, «contraria os poderes próprios das forças de segurança».

Depois de considerar absurdo o número de 20 mil agentes que o Governo admite vir a serem recrutados para as polícias municipais, João Amaral conclui pela necessidade de introduzir uma «reforma radical» no diploma, por forma à sua recondução às regras constitucionais, ao respeito dos direitos dos cidadãos, à exacta delimitação de funções com as forças de segurança».



O objectivo das Polícias Municipais não é o cumprimento de missões de segurança interna, como o Governo parece querer sugerir. A sua função e vocação é serem o serviço de polícia administrativa do Município

Segurança e saúde no trabalho

Despacho ilegal provoca reacções

A autorização concedida pelo secretário de Estado das Relações Laborais para o funcionamento de empresas privadas na área da segurança e saúde no trabalho está a gerar controvérsia e motivou já um pedido da bancada comunista para a realização de uma reunião da Comissão Parlamentar de Trabalho para esclarecimento do assunto.

Em causa está, concretamente, a inexistência de qualquer avaliação prévia ou exame à capacidade técnica das duas empresas escolhidas para prestar aqueles serviços. É que, como observa o deputado Alexandrino Saldanha na carta em que requer a referida reunião, a legislação obriga a que tal decisão seja devidamente fundamentada e deferida

por despacho conjunto dos ministros do Trabalho e da Saúde.

Acresce, no caso em apreço, que o próprio Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT) terá dado um parecer contrário ao funcionamento daquelas empresas.

É este conjunto de questões que Alexandrino Saldanha quer ver urgentemente esclarecido de viva voz no Parlamento, tanto mais que, acrescenta, declarações recentemente proferidas pelo secretário de Estado sobre esta matéria em entrevista a um órgão de comunicação social «levantam as maiores perplexidades».

Parlamento Europeu Custos da PAC podem ser renacionalizados

O Parlamento Europeu, reunido em sessão plenária na semana passada, em Bruxelas, deu o seu parecer sobre as propostas de reforma da Política Agrícola Comum (PAC) apresentadas pela Comissão Europeia, no âmbito da Agenda 2000, abrindo caminho à renacionalização dos custos da Política Agrícola Comum (PAC).

A posição assumida pelo PE é particularmente preocupante pelo facto de, no que se refere ao financiamento, abrir a possibilidade de introdução do princípio do co-financiamento da PAC, dando seguimento a uma proposta apresentada pelo deputado Arlindo Cunha, em sede da comissão parlamentar da agricultura. Como referiu na sua intervenção o deputado do PCP, Honório Novo, «com esta porta aberta por este deputado português será certamente mais fácil proceder-se à renacionalização dos custos da PAC, agravar-se-ão ainda mais as discriminações e as consequências negativas para a coesão interna, desrespeitar-se-ão os próprios Tratados e por-se-ão em causa princípios básicos de solidariedade».

De acordo com a proposta da Comissão, a aplicação da noção de co-financiamento implicará, para o período de 2000 a 2006, uma despesa de 25-30 milhões de contos por parte do Estado português. Para além de, neste processo, os parlamentos nacionais serem confrontados com a inscrição orçamental obrigatória desta despesa, perderão competências decisivas que detêm e nem sequer poderão participar na definição das políticas correspondentes.

As decisões aprovadas pelo PE, apesar de atenuarem alguns aspectos mais negativos das propostas da Comissão, não respondem à necessidade de uma reforma real da PAC. De facto, este conjunto de propostas segue e aprofunda as orientações da reforma de 1992, agravando as discriminações entre agricultores, regiões e produções que esta introduziu (ao que tudo indica, o escândalo despoletado em 1992 pelas estatísticas que mostravam que 20% dos agricultores usufruíam de 80% das ajudas, pode inclusive agravar-se), com consequências profundas na diminuição das explorações agrícolas, na desertificação do mundo rural e na pauperização das pequenas e médias explorações e da agricultura familiar. A proposta de reforma da Comissão Europeia continua a privilegiar as culturas continentais (carne, leite e cereais) em detrimento das culturas mediterrânicas, prosseguindo orientações que prejudicam claramente países como Portugal.

Uma participação crítica, determinada e construtiva

Os deputados do PCP, que votaram contra as propostas de regulação da Comissão e respectivos pareceres do Parlamento Europeu, apresentaram um conjunto de alterações aos documentos em discussão. O facto de efectuarem uma avaliação negativa dos documentos em discussão, não impediu, antes incentivou, a apresentação de propostas realistas e responsáveis com o objectivo de contribuir para a implementação de outra orientação à actual reforma da PAC.

Uma delas, com o objectivo de rejeitar o princípio do co-financiamento por violar o princípio da solidariedade financeira da PAC e o próprio Tratado da União Europeia, foi recusada pelo plenário, com o apoio da generalidade dos demais deputados portugueses.

Com o objectivo de pôr termo aos actuais desequilíbrios na distribuição das ajudas, os deputados do PCP apresentaram uma proposta que preconizava a modulação das ajudas com base na mão-de-obra assalariada e familiar, podendo os Estados-membros utilizar mesmo outros critérios, desde que aceites pela Comissão. As poupanças nacionais assim geradas seriam destinadas aos pequenos e médios agricultores e para a concretização de medidas agro-ambientais. Simultaneamente, ao nível comunitário, propunha-se uma modulação que criasse um limite máximo de ajudas de 240 mil euros por agricultor (aproximadamente 48 mil contos), acompanhado de um aumento das ajudas para os agricultores que recebiam menos de 5 mil euros (cerca de mil contos). Refira-se que, actualmente, só em Portugal, há 74 agricultores a receber 66 milhões de escudos por ano (!), situação que, a atender aos resultados destas votações, corre bem o risco de se manter. Escusado será dizer que a proposta do PCP foi rejeitada.

Em relação às culturas arvenses, o PE decidiu pelo aumento da taxa de pousio obrigatória de 0% para 10%, rejeitando uma proposta dos comunistas portugueses que pretendia estabelecer uma percentagem máxima de retirada para o pousio voluntário. A proposta que preconizava o aumento dos pagamentos por tonelada das proteaginosas e cereais foi igualmente rejeitada, acabando por não haver qualquer aumento.

Na discussão sobre a carne de bovino, o plenário acolheu uma proposta do PCP que estabelece um maior controlo da reserva nacional, devendo estas permanecer em regiões montanhosas e desfavorecidas. Ao mesmo tempo, deve-se garantir que, sempre que um produtor cesse a sua actividade e não transfira a produção, os seus direitos reverterão para a reserva nacional.

Outra das alterações aprovadas, que contribuiu para atenuar ligeiramente as propostas da CE, foi o financiamento de medidas de apoio à comercialização de produtos regionais tradicionais.

NATO Ultimato a Belgrado

A posição da NATO em relação ao conflito do Kosovo não podia ser mais elucidativa: ou as forças em conflito se entendem... ou a NATO lançará ataques aéreos contra objectivos na Jugoslávia.

Na verdade, trata-se de um ultimato a Belgrado para que aceite as propostas do Grupo de Contacto (Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Rússia, Alemanha e Itália) sobre a concessão de uma «grande autonomia» ao Kosovo. Se não houver acordo sobre a matéria até dia 19 de Fevereiro, as armas da NATO entram em acção.

O Grupo de Contacto reuniu em Londres, na sexta-feira, e fez o seu ultimato. Três dias depois, em Bona, o secretário-geral da NATO, Javier Solana, e o chanceler alemão, Gerhard Schroeder, manifestavam-se de acordo quanto à manutenção da pressão militar sobre as partes implicadas no conflito do Kosovo para que encetem negociações de paz, advertindo que esta é a «última oportunidade para alcançar a paz no Kosovo».

Por partes implicadas entende-se, numa visão mais do que tendenciosa do conflito, as autoridades sérvias, já que no sábado Solana anunciou ter recebido do Conselho de Segurança da ONU um mandato para desencadear ataques aéreos contra objectivos do território jugoslavo se as exigências da comunidade internacional não forem respeitadas.

«Não será necessária qualquer nova decisão formal do conselho da NATO» para lançar os ataques, sublinhou Solana.

A decisão levou o governo jugoslavo a pedir na segunda-feira uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, noticiou a agência Tanjug.

Na óptica do governo jugoslavo, a decisão da NATO constituiu «uma clara ameaça para a soberania e a integridade da República Federal da Jugoslávia (RFJ - Sérvia e Montenegro) enquanto país independente, membro das Nações Unidas», e «constitui uma violação dos princípios da Carta da ONU».

Belgrado recorda que, na sua qualidade de «organização militar regional, a NATO não tem autorização do Conselho de

afirmaram hoje fontes diplomáticas citadas pela agência Interfax. Para Moscovo, o envio de uma força internacional depende de duas condições prévias: a assinatura de um acordo entre as partes em conflito e o consentimento expresso de Belgrado para o envio do contingente.

Segundo as mesmas fontes, as autoridades russas têm conhecimento dos planos do Ocidente, mas duvidam «em

Bósnia, se fez calar as armas, está longe de ser um dado adquirido; as tropas estrangeiras continuam no terreno, sem perspectivas de retirada.

Entretanto, as autoridades de Belgrado e os independentistas do Kosovo foram instados a enviar representantes às conversações de paz no próximo sábado em França, convocadas pelos seis países do Grupo de Contacto.

Em Pristina, capital do Kosovo, o mediador norte-americano para a crise kosovar, Christopher Hill, e o enviado especial da União Europeia, o austríaco Wolfgang Petritsch, têm tentado, sem êxito até ao momento, reunir numa única delegação, de uma dezena de elementos e com uma plataforma comum, as diversas tendências separatistas. Uma tarefa dificultada pelo autodesignado Exército de Libertação do Kosovo (UÇK), que diz não aceitar outra



«Grande autonomia»

Segundo o ministro da Defesa britânico, Robin Cook, a «grande autonomia» do Kosovo defendida pelo Grupo de Contacto para a ex-Jugoslávia prevê manter em Belgrado «as competências nos domínios da política e defesa externa, da política monetária, das alfândegas e da fiscalidade federal».

«As novas instituições do Kosovo exerceriam uma grande autonomia, incluindo os domínios da polícia e da segurança interna», explicou Cook, que deverá co-presidir à conferência de paz com início marcado para o próximo sábado em Rambouillet, perto de Paris, se as partes em conflito aceitarem a intimação do Grupo de Contacto.

«As comunidades sérvias e albanesas seriam ambas totalmente protegidas, em virtude do direito conferido pelas instituições eleitas para preservar a sua cultura nacional, a sua língua e a sua educação», disse Cook, confirmando por outro lado que a fórmula autonómica preconizada pelo Grupo de Contacto seria objecto de nova análise daqui a três anos, sob a égide da comunidade internacional.

Segurança nem o direito de utilizar a força contra países soberanos e independentes, membros da ONU». Neste contexto, o governo «decidiu pedir uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, para que sejam tomadas as medidas apropriadas em conformidade com a Carta da ONU e impedida uma agressão armada contra a RFJ».

O figurino bósnio

De salientar que, para garantir a aplicação dos acordos de paz, ainda inexistentes, a NATO propõe-se enviar para o Kosovo uma força composta por 30.000 homens; embora Javier Solana não confirme este número, admite que o resultado final «não estará muito longe» disso. Só pela parte da Alemanha, segundo declarações do secretário de Estado da Defesa alemão, Walter Kolbow, será disponibilizado um contingente de entre 4.000 e 5.000 soldados.

Diferente é a posição do Governo russo, que considera prematuro e «sem sentido» discutir o envio para o Kosovo de uma força internacional de paz, semelhante à existente na Bósnia-Herzegovina,

termos gerais da mera aplicação mecânica do modelo de pacificação bósnio ao Kosovo», e só encarariam o envio de tropas russas para a zona sob bandeira das Nações Unidas ou da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Cabe recordar que a «pacificação» da

solução que não a total independência da região em relação a Belgrado.

Por seu lado, o Parlamento jugoslavo foi chamado a apreciar as propostas do Grupo de Contacto, esperando-se para hoje uma resposta.

Os amigos iraquianos dos EUA

A política norte-americana de apoio aos grupos oposicionistas do Iraque está a provocar acesa polémica ente o Departamento de Estado, o Pentágono e a CIA, que não se entendem quanto aos futuros destinatários dos 97 milhões de dólares disponibilizados por Washington.

O caso é tanto mais caricato quanto se sabe que os três principais grupos inicialmente escolhidos para receber os dólares já declararam publicamente não estarem interessados no apoio americano, enquanto o dirigente de um outro grupo, Ahmed Chalabi, do Congresso Nacional Iraquiano, é procura-

do na Jordânia sob acusação de ter desviado cerca de 20 milhões de dólares de um banco que depois faliu, para além de ter sido acusado por correligionários seus de não prestar contas de como é que o dinheiro angariado pela organização tem sido gasto.

O Congresso Nacional Ira-

quiano foi uma das organizações apoiadas secretamente pela CIA nos anos a seguir à guerra do Golfo.

Entretanto, no fim-de-semana, aviões norte-americanos e britânicos voltaram a atacar alvos militares no sul do Iraque, a partir de bases na Turquia, Arábia Saudita e Koweit.

Angola E a guerra continua

Em Angola assinala-se hoje o 38.º aniversário do início da luta armada para a independência. A paz continua a ser um objectivo por concretizar, e o país encontra-se «uma vez mais mergulhado numa guerra de graves proporções levada a cabo por homens comandados pelo criminoso Jonas Savimbi, com o apoio de mercenários de várias nacionalidades», no dizer de uma declaração governamental emitida em Luanda.

De acordo com o Governo angolano, a guerra atinge duramente as populações, agrava a miséria e o sofrimento do povo e é maior porque crescem as evidências do envolvimento e ingerências de alguns países africanos no conflito político-militar angolano.

«Tal como na madrugada de 4 de Fevereiro em 1961, o povo angolano deverá erguer-se unido contra o inimigo comum, a exemplo do que fizeram recentemente com brio e valentia os combatentes do Cuíto, Huambo, Malange e de outras regiões do país», salienta o documento.

O Governo garante que não poupará esforços no apoio às Forças Armadas, na sua acção de defesa da pátria até à liquidação de todos os focos de instabilidade de nacional e na consolidação das instituições democráticas.

A sociedade civil e as organizações humanitárias, refere o documento, são chamadas a aliar-se aos esforços do Governo angolano para enfrentar esta nova situação de guerra, que «já causou vários mortos e feridos e atraiu para a desgraça centenas de famílias em busca de melhor segurança, mantendo-as na condição de deslocados na sua própria terra».

No seu comunicado, o Governo apela a uma luta sem tréguas contra o inimigo comum que semeia o luto, a dor e adia a paz e tranquilidade, e adia a paz e tranquilidade, «sem olharmos às convicções políticas ou religiosas de cada um para que o povo tenha um futuro melhor, bem-estar e prosperidade».

Um outro apelo é lançado a todo o povo, de Cabinda ao Cunene, no sentido de se redobrar a vigilância, engajando-se com afinco nas tarefas da defesa e da produção, com vista a materializar o programa do governo que visa superar a actual crise socioeconómica que o país atravessa.

Novo governo

O Presidente José Eduardo dos Santos empossou no sábado passado o novo governo angolano. O elenco governativo tinha sido anunciado e nomeado no dia anterior, altura em que Eduardo dos Santos, discursando perante a Assembleia Nacional (ver caixa), deu conta da sua decisão de suspender temporariamente o cargo de primeiro-ministro e passar a acumular essas funções.

«A nossa primeira prioridade é o combate pela paz ou, por

outras palavras, fazer guerra para atingir a paz», disse o Presidente, garantindo que as Forças Armadas Angolanas (FAA) vão passar a ter todo o apoio para continuar o combate contra as forças da UNITA de Jonas Savimbi, a fim de poderem «consolidar as vitórias» que têm obtido na defesa da integridade territorial e segurança no país.

A segunda prioridade anunciada por José Eduardo dos Santos é a criação de condições estruturais favoráveis ao relançamento da economia. «O aumento da produção tem que ser, a partir de agora, uma orientação fundamental com um esforço de recuperação da produção material, alargamento da zona de segurança em todo o país e implementação de programas favoráveis», disse.

Eduardo dos Santos anunciou a criação imediata de um grupo de trabalho para estudar as condições e medidas tendentes à aplicação daquelas directrizes, integrado pelos ministros das Finanças e do Planeamento, pelo governador do Banco Nacional de Angola e por repre-

sentantes de outras estruturas governamentais ligadas à economia.

O novo Governo integra, de acordo com o estipulado nos acordos de Lusaca, quatro elementos da UNITA renovada.

Reacções

Para a UNITA de Jonas Savimbi as medidas tomadas por Luanda para fazer face à situação de guerra que se vive no país não passam da «queda da máscara de 'democrata' que José Eduardo dos Santos envergava desde 1991».

Num comunicado datado de segunda-feira, do Bailundo, o Comité Permanente da Comissão Política da UNITA refere que, nesse período, o presidente angolano apenas se adaptou «aos ventos da democracia que, também em Angola sopraram, graças ao sacrifício consentido pelos verdadeiros patriotas, sob a bandeira da UNITA e a liderança do dr. Savimbi, na luta

contra o corpo expedicionário russo-cubano».

A UNITA considera que a decisão de José Eduardo dos Santos de concentrar «todos os poderes nas suas mãos, se ajusta perfeitamente à natureza do seu regime e não visa senão a sua legalização», pelo que, neste contexto, «não resta à Resistência Popular senão apri-morar a sua organização, por forma a agigantar-se até que José Eduardo dos Santos volte à razão».

Posição bem diferente foi a posição tomada pela Assembleia Nacional angolana, que a 27 de Janeiro aprovou por unanimidade uma resolução apelando «a todos os órgãos de soberania, instituições do Estado e aos cidadãos no sentido de accionarem todos os mecanismos e procedimentos legais que levem à responsabilização nacional e internacional, criminal e civil, de Jonas Savimbi e de todos os seus colaboradores directos». Recordar-se que na

Assembleia têm assento sete dezenas de parlamentares da UNITA.

Uma outra moção aprovada igualmente por unanimidade na Assembleia responsabiliza pelo reacender da guerra a Missão de Observação da ONU em Angola (MONUA) e a comunidade internacional. «Manifestamos a nossa indignação e revolta pela forma complacente, muitas vezes conivente e discriminatória, como a comunidade internacional tem agido no desempenho do papel que lhe foi conferido pelos acordos de paz, facilitando o rearmamento, preparação e reorganização da guerra em Angola por Jonas Savimbi», refere o texto. A moção recomenda que «seja dada por finda a missão da MONUA» e apela ao Governo para que exija às Nações Unidas a divulgação dos resultados do inquérito sobre as circunstâncias que levaram à morte do anterior representante especial da ONU em Angola, Alioune Beye.

Cabinda ameaçada

Fontes das Forças Armadas governamentais na província de Cabinda, norte do país, citadas pela Lusa, revelam a presença de grupos da UNITA dispostos a atingir a cidade e a localidade do Soyo, no Zaire.

Um dos principais objectivos desses grupos é a destruição os campos e a base de exploração petrolífera de Malongo, da empresa norte-americana «Cabinda Gulf Oil

Company», e a produção do crude na vila do Soyo, disse a mesma fonte governamental, acrescentando que as forças de Jonas Savimbi são apoiadas por mercenários ruandeses, ugandeses, baniamulengues da República Democrática do Congo e por tropas residuais dos depósitos presidentes Pascal Lissouba e Mobutu Sesse Seko, equipadas com artilharia pesada, incluindo infantaria blindada.

O discurso de Eduardo dos Santos

O nosso país está a viver um momento particularmente difícil, devido à guerra reiniciada por Jonas Savimbi e a sua ala belicista, com todas as consequências negativas que daí advêm para a vida das populações, para o funcionamento regular das instituições democráticas e para a integridade territorial do país.

Vejo, pois, com profunda preocupação que crescem as evidências do envolvimento e ingerência de alguns países africanos no conflito político-militar angolano e, por outro lado, constato também que persistem os elementos conjunturais externos que vêm agravando nos últimos tempos a precária situação económica, financeira e social do país.

Se no plano económico e financeiro a fase de recessão que a economia angolana atravessa não pode estar dissociada da queda brusca do preço do petróleo no mercado internacional e da instabilidade que afecta os principais mercados financeiros internacionais, no plano político-militar os últimos desenvolvimentos caracterizados pelo rearmamento de Savimbi e o apoio militar concedido às forças que pretendem derrubar os governos nos congos Democrático e Brazaville indicam-nos de modo inequívoco a existência de um plano concertado para a desestabilização das regiões Central e Austral do nosso continente.

Com efeito, somos nós os angolanos que, em primeira mão, devemos encontrar e seguir o caminho que nos conduza ao estancamento da crise, à sua superação e ao relançamento das bases para uma paz efectiva e duradoura, condição indispensável à estabilidade política, à segurança das populações e à promoção do desenvolvimento e bem-estar dos angolanos.

Na qualidade de Presidente da República a quem a Constituição atribui a responsabilidade de dirigir o Estado, definir a sua orientação política, presidir ao Conselho de Ministros e exercer o Comando supremo das Forças Armadas Angolanas, decidi, ao abrigo do



previsto na Constituição e após consulta ao Primeiro-Ministro, ao Presidente da Assembleia Nacional e ao Tribunal Supremo, adoptar algumas medidas que julgo pertinentes e indispensáveis para restabelecer a normalidade constitucional em todo o território nacional e vencer a grave e profunda crise que o país atravessa.

Entre essas medidas cabe-me o dever de sublinhar a constituição próxima de um Governo estruturado e dimensionado para responder eficazmente ao ingente desafio de gerir esta situação.

Neste quadro tomei a iniciativa de orientar a reorganização dos órgãos colegiais do governo, com o objectivo de agilizar o seu funcionamento e garantir a sua operacionalidade e eficácia, de modo a assegurar a unidade da cadeia de mando e a atribuir à Comissão Permanente do Conselho de Ministros a responsabilidade quotidiana de gestão da crise militar, política, social e económica.

Enquanto durar esta situação excepcional e até que seja reposta a normalidade constitucional não será provido o cargo de Primeiro-Ministro e o Presidente da República dirigirá o Estado, o Governo e as Forças Armadas, tal como estabelece a nossa Lei Fundamental.

Como igualmente já referi, não nos parece necessário, nesta fase, declarar o estado de sítio, na medida em que isso pode pôr em causa os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e as conquistas democráticas do povo angolano.

Entretanto, e com a estrita observação das normas e procedimentos estabelecidos por lei, o Governo, as Forças Armadas e o Poder Local serão orientados oportunamente para mobilizar e enquadrar os esforços, os recursos e as boas vontades de toda a sociedade, com o objectivo de permitir que no mais curto espaço de tempo possível possamos vencer a crise, alcançar a paz, consolidar a reconciliação nacional e relançar a economia.

Como Comandante em Chefe, tenho acompanhado com muita atenção o evoluir do conflito militar e estou convencido de que as Forças Armadas, apoiadas pela população e demais forças de defesa, segurança e ordem interna, vão vencer a rebelião savimbista e restaurar a administração do Estado em todo o território nacional.

(Luanda, 29 de Janeiro de 1999)

Eleições na Croácia

Nikita Valentice, vice-presidente do partido Democrática Croata (HDZ), no poder, negou no fim-de-semana a eventual antecipação das eleições legislativas, agendadas para o final do ano. O HDZ, que dirige sozinho o país desde a independência em 1991, tem vindo a perder apoio devido a uma série de escândalos, o descontentamento social e conflitos internos agravados pela suas declaradas simpatias nazis. O HDZ detém 75 dos 127 lugares da Câmara de Deputados.

Manifestação na Índia

Mais de 4.000 pessoas participaram sábado em Nova Deli numa manifestação organizada por intelectuais, artistas, defensores dos direitos humanos e destacados políticos, em protesto contra os ataques de extremistas hindus contra a minoria cristã na Índia. A manifestação, que coincidiu com o 51.º aniversário da morte de Mahatma Ghandi, o inspirador do movimento pela paz assassinado por integristas hindus, realizou-se uma semana depois de um missionário australiano e dois filhos, de nove e seis anos, terem morrido queimados quando extremistas hindus incendiaram o carro onde dormiam. Os dirigentes das igrejas cristãs acusam o primeiro-ministro Vajpayee de fazer muito pouco para acabar com a onda de violência anticristã que grassa no país. A oposição vai mais longe e acusa o governo de actuar em conivência com os extremistas.

Plano de paz para a Etiópia

O Conselho de Segurança da ONU aprovou sexta-feira, por unanimidade, uma resolução de apoio ao plano de paz patrocinado pela Organização de Unidade Africana (OUA), para regulação do conflito entre a Etiópia e a Eritreia. A resolução exprime a «grave preocupação» do Conselho face ao risco do reinício dos combates. Os dois países têm aproveitado a trégua que se regista desde finais de Junho de 1998 para intensificar a colocação de tropas e material de guerra junto à fronteira comum de cerca de mil quilómetros de extensão. O plano contempla, designadamente, a retirada das tropas eritreias das posições que ocupou a 6 de Maio de 1998, a instalação de uma força de paz e de observação e a formação de uma comissão neutra encarregada de dirimir o conflito.

A Assembleia Regional da ORL realiza-se num ano político particularmente exigente.

As grandes batalhas que devem mobilizar todo o Partido são as batalhas eleitorais para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República.

Por isso as diversas iniciativas e actividades, quer as dirigidas ao reforço do Partido – contacto com os trabalhadores, assembleias, dinamização de organismos de base – quer as comemorações das grandes datas (aniversário do Partido, 25 de Abril, 1.º de Maio), quer também a campanha de fundos e a Festa do Avante!, quer ainda a actividade na Assembleia da República, devem procurar mostrar nos contactos, no debate de ideias e nos factos, com verdade a importância do reforço do PCP, a importância da intervenção do PCP.

O país precisa de uma viragem à esquerda e não da continuação da política neoliberal, da continuação da política de concentração de riqueza, de acentuação das desigualdades e de exploração, embora embulhada numa retórica discursiva de “preocupação com o social”.

Nos discursos, temos as “lágrimas” para com os desfavorecidos e os reformados. Na prática, os míseros aumentos.

Enquanto no Orçamento o governo com o apoio do PSD e do PP concede cerca de 300 milhões de contos de benefícios fiscais às actividades especulativas e ao capital financeiro, para os trabalhadores da Função Pública o governo acha-se muito magnânimo, aumentando o salário mínimo em 4,1% e os trabalhadores da Função Pública em 3%, deixando até entender que se chegou a 3% por ser ano eleitoral, senão ainda seria menos.

E toda a gente sabe que estes valores servem, depois, como valores de referência negativa para a política salarial no sector privado.

Enquanto o governo prossegue o leilão de riquíssimas empresas públicas entregando milhões aos grandes senhores do dinheiro, estes impõem a lógica do máximo lucro em detrimento do interesse público, isto é, à custa dos orçamentos familiares e dos interesses dos serviços públicos.

É o caso, por exemplo, da energia eléctrica em que a EDP tem de previsão de lucros vários milhões de contos e continua a praticar tarifas das mais elevadas da União Europeia apesar da diminuição verificada no seguimento da pressão e iniciativa do PCP.

É também o caso, por exemplo, das telecomunicações em que os portugueses pagam as tarifas da rede fixa mais caras da Europa medido, em paridade de poder de compra, para que a Portugal Telecom arrecade mais de 80 milhões de contos de lucro em 1998.

Os factos são tantos e de tal ordem que são mesmo dirigentes socialistas e analistas políticos da área socialista que afirmam e cito “que o país não pode continuar a assistir à mudança de governos mantendo-se a mesma política” ou que, como diz outro socialista, para lá do “diálogo” e da “sensibilidade social”, não se vê em que é que, no essencial das políticas públicas, a “nova esquerda” que está no poder se distingue da “nova direita” que esteve no poder.

Não somos nós, por exemplo, os que afirmam mas sim um analista da área socialista, que diante dos empresários, o governo parece uma múmia sorridente, ou que «o nosso país é na Europa o mais desigualitário na distribuição de riqueza» como afirmou recentemente no Porto, o deputado socialista António Reis.

De facto, na opinião do governo, não há dinheiro para aumentar condignamente os reformados, não há dinheiro para dar resposta aos problemas de saúde e as listas de espera; para dar resposta às necessidades de um melhor ensino; dinheiro que já não falta para benefícios fiscais, para os perdões de dívida, para as “negociatas” com o capital financeiro, para as sucessivas derrapagens orçamentais: Linha do Norte, Gás, Saúde, JAE, EXPO, etc.

É por isso que não é de estranhar que Nogueira Simões (vice-presidente da CIP) tenha declarado a um Semanário (“Independente” de 31.12.98), que «no aspecto social, este governo tem sido mais liberal que o anterior».

Grandes mistificações em curso

Durante este ano as operações de mistificação e de cosmética vão intensificar-se.

Os partidos que constituem a AD tudo vão fazer para apagar os seus conflitos, as suas convergências, os seus apoios às questões mais fundamentais do governo PS, a começar pelas votações nos Orçamentos de Estado. E tudo vão fazer para aparecerem agora em ano de eleições como grandes opositoristas à política do governo, como dois partidos com grandes preocupações com o social, com os reformados, como os mais desprotegidos, com os pobres.

Partidos que ao longo destes três anos nunca defenderam qualquer aumento de salários, que pelo silêncio e não só sempre concordaram com os níveis salariais fixados para os trabalhadores da Função Pública, que sempre estiveram de acordo com os níveis fixados para o salário mínimo; que nunca apoiaram qualquer greve, que nunca condenaram os milhões entregues ao grande capital financeiro nas privatizações em benefícios fiscais, querem agora aparecer muito preocupados com os mais desfavorecidos.

Atente-se na demagogia do CDS/PP quanto às pensões de reforma.

O CDS/PP apregou aos sete ventos que iria propor no Orçamento do Estado para 1999 aumento das pensões de reforma e o seu

Alqueva, rendimento mínimo, pré-escolar, IRS, apoio aos toxicodependentes, 40 horas

Acção do PCP deixa marca positiva

Intervenção de Carlos Carvalhas na 4.ª Assembleia Regional da ORL

Presidente de dedo em riste afirmava, com grande cobertura televisiva, que com a sua proposta os reformados teriam um Natal bem melhor!

Mas, de facto, a proposta que apresentou foi uma mistificação que apenas servia interesses propagandísticos de natureza eleitoralista. Jogando com a mentira aos reformados o que o CDS/PP propôs foi em primeiro lugar, “que fica o governo autorizado a...”, isto é, não propôs o aumento das pensões, mas sim que o Governo o poderia fazer... se ele, governo o quisesse! Ora, isto não é nada, porque o governo pode aumentar as pensões sempre que quiser, sem necessitar da autorização do quer que seja e, nomeadamente, da Assembleia da República. O aumento das pensões é um acto do Governo que está sempre na disponibilidade da vontade política deste governo.

O segundo sofisma, a segunda mentira do CDS/PP é que – para além de deixar um hipotético aumento das pensões de reforma dependente da vontade política do governo – condicionava esse eventual aumento das pensões à “existência de poupança resultante da aplicação da cláusula de reserva”. Isto é, só haveria aumento das pensões se houvesse poupança na dita cláusula de reserva. Se não houvesse então não haveria qualquer aumento... mesmo que o governo o quisesse fazer!

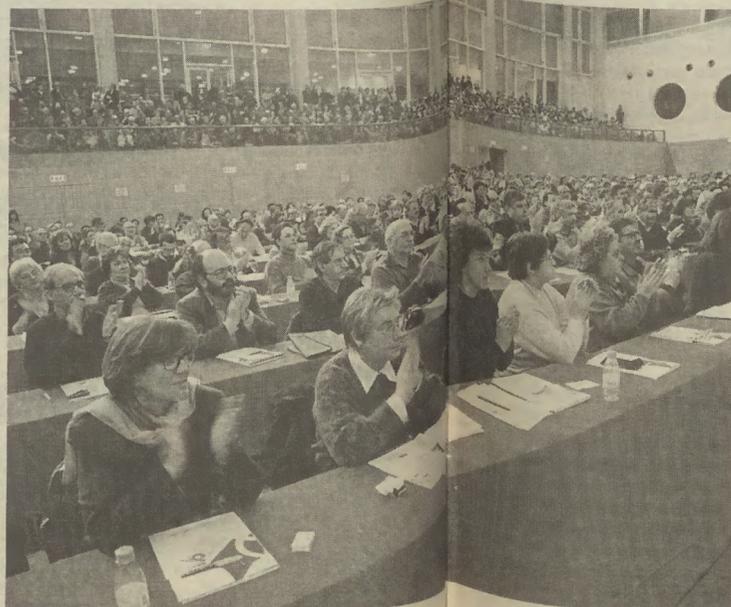
Mas mais. Como só no final da execução orçamental de 1999 se pode saber se houve ou não houve qualquer poupança na cláusula de reserva, isto significaria que mesmo que houvesse poupança e o governo tivesse vontade política de fazer aumentos de pensões, isso só seria possível no ano 2000, e não no ano de 1999 como o CDS/PP tentou ludibriar os reformados.

Há de facto quem não tenha escrúpulos. Certamente que vós estais de acordo que o PCP continue a lutar por melhores reformas mas que recuse liminarmente a demagogia, a mentira e a hipocrisia.

Mas não é só o PSD e o PP que vão intensificar a demagogia. O PS vai também acentuar a retórica social; lançar operações de cosmética (como foi o caso das quotas) para fazer esquecer posições passadas (como foi o caso do aborto) e disfarçar a sua ambição de poder absoluto, para ficar com as mãos livres para prosseguir a sua política neoliberal.

Vai utilizar o aparelho de Estado e os meios do Orçamento para as suas campanhas, tal como já está a fazer, e vai procurar fazer esquecer as suas posições sobre as 40 horas, sobre o aborto, as ameaças do pacote laboral, as promessas de paixão sobre a educação, as promessas sobre a qualidade da justiça para todos, as promessas de envolvimento das populações na decisões sobre a defesa e promoção do ambiente; as promessas da igualdade, entre homens e mulheres e que se traduziu em políticas que na prática mantiveram discriminações no trabalho, fragilizaram direitos e agravaram défices de participação em igualdade.

Podemos dizer com verdade, que as mais importantes decisões, propostas de lei e medidas mesmo parcelares, com um cunho positivo tomadas por este governo, têm a marca da proposta, da pressão, da intervenção e da luta dinamizada pelo PCP. Foi assim com a decisão de se avançar com o Alqueva, com o Rendimento Mínimo de subsistência, com o pré-escolar, com o aumento extraordinário das pensões, com as alterações ao IRS que vão permitir que pela primeira vez muitas famílias não paguem imposto, com a rede nacional de apoio aos toxicodependentes, com a redução do horário de trabalho para as 40 horas,



com a diminuição das tarifas de electricidade, com o relativo protelamento do pacote laboral, com indemnizações a agricultores.

Foi muito o que de positivo foi obtido e conquistado e muito também, o que de negativo foi evitado e derrotado devido à intervenção do PCP.

O PCP marcou a diferença na defesa de interesses concretos dos portugueses, na condenação e denúncia dos aspectos mais graves da política neoliberal do governo e mostrou que há outro caminho além do rotativismo entre o PS e o PSD.

O reforço da CDU, a alteração da relação entre o número de eleitos da CDU e do PS no sentido da CDU, é o factor determinante para uma viragem à esquerda na política nacional.

Os que querem condenar a política de direita prosseguida pelo PS, não se devem refugiar na abstenção mas sim reforçar com um voto de afirmação aqueles que com coerência, com persistência, com seriedade, com a firmeza de convicções respeitarem os seus compromissos e lutem pelo aprofundamento da democracia e pelo desenvolvimento com a sua dimensão social e ambiental.

Da mesma maneira, dar mais peso à CDU no Parlamento Europeu é dar força aos que defendem intransigentemente os interesses nacionais, aos que entendem que Portugal não pode continuar a assistir alegremente à liquidação da sua agricultura e das suas pescas, aos que se batem por uma Europa com dimensão social, aos que lutam pela renegociação do Pacto de Estabilidade e pelo controlo democrático contra a ditadura do Banco Central Euro-



peu, aos que se empenham com outras forças comunistas e progressistas, por um novo rumo na construção europeia, uma Europa, uma Europa de emprego com direitos, de justiça social, paz e cooperação.

Pelos direitos conquistados por novos direitos – a luta continua

Por razões históricas e pelo peso económico do distrito, o movimento operário e sindical continua a ter aqui um destacado papel no desenvolvimento da acção e da luta social no grau de organização e intervenção do movimento sindical e das Comissões de Trabalhadores, no reforço da acção, da organização e da influência do nosso Partido.

Temos a consciência das profundas alterações que se verificaram nas empresas e sectores em resultado das privatizações, da destruição do aparelho produtivo, da substituição dum parte significativa da classe operária combativa, consciente e possuidora de direitos por outra mais recente, mais precarizada e mais ameaçada pela ofensiva a nível das empresas e no plano legislativo.

Temos a consciência do peso da terciarização em crescendo, das alterações de consciência e de valores, bem como da maior “intellectualização dos processos produtivos”. Isto exige por parte do Partido, não a rotina ou o conformismo perante as dificuldades, mas antes rasgo e audácia para encontrar formas inovadoras de intervenção junto dos trabalhadores, mantendo isso como linha de trabalho prioritária conducente ao reforço da organização e recrutamento para as fileiras do Partido de novos trabalhadores e de trabalhadores novos.

A acção, a luta que se desenvolveu no Distrito de Lisboa neste tempo que mediou desde a última Assembleia de Organização Regional de Lisboa confirmaram as reais possibilidades de tais objectivos.

A luta e as acções de massas promovidas pela União de Sindicatos de Lisboa e Coordenadora das CT's da Região, as poderosas greves de sectores de transportes, designadamente dos ferroviários, da Carris, do Metro, da TAP e dos camionistas, a novidade que constituiu a luta nos hotéis de Lisboa, a luta entre outras, na Petrolgal, na Petroquímica, dos trabalhadores do Chiado, da Triunfo, das comunicações, da energia, das cimenteiras, em muitas empresas metalúrgicas, a luta persistente dos trabalhadores dos Cabos d'Ávila, a luta

dos professores, dos enfermeiros, da Administração Central e Local, partindo dos problemas concretos ou inseridos na luta mais geral com destaque para a resposta notável contra o pacote laboral do Governo PS, demonstraram que há um caminho a percorrer com confiança pelo nosso Partido, visando o seu reforço e o aumento da sua influência a todos os níveis.

Pelos perigos que decorrem dos novos desenvolvimentos do pacote laboral em que o Governo PS avança agora com uma grave alteração à Lei das Férias, a par da ameaça pendente da proposta de trabalho a tempo parcial, importa que o nosso Partido intervenha, esclareça, organize o protesto, não tanto ou não só para que os trabalhadores reconheçam aos comunistas o honroso papel de melhores lutadores, mas para que lutem connosco, para que estejam connosco seja numa luta concreta, seja na vida do nosso Partido, seja nos actos eleitorais como garantia segura e sólida de que quanto mais força tiver o PCP, melhor se concretizarão as suas aspirações, melhor se defenderão os seus direitos.

A Lei das Férias é um monumento de hipocrisia e de cinismo, que nem o cavaquismo no seu auge teve o desplante de avançar.

Não somos nós que o afirmamos.

Como entender, por exemplo, interroga-se o director do Diário de Notícias, que «um governo do PS patrocine uma proposta de alteração do regime de férias tão desfavorável para os trabalhadores como é, de facto, a que veio a público há meia dúzia de dias? Julgará o governo que não se percebe de imediato, que este projecto acaba com a garantia dos 22 dias úteis, em favor de um sistema que troca um eventual benefício de dois dias úteis por uma penalização que pode ir até aos 12 dias úteis?».

De facto, esta lei é uma vergonha, como vários camaradas aqui referenciaram.

Quando se comemora o 25.º aniversário do 25 de Abril, que consagrou um mínimo de 21 dias de férias posteriormente alargado para 22, o governo resolve liquidar este direito a quem faltar por doença, a quem faltar por assistência à família descontando nas férias e no subsídio de férias.

A regressão social aqui está, mais uma vez, pela mão do PS. Nós não ficaremos calados nem de braços cruzados. A denúncia e a luta vão continuar até que esta lei seja remetida para o lugar de onde nunca devia ter saído: o caixote do lixo.

Para aqueles que ainda querem acreditar que este governo tem uma grande sensibilidade social, uma grande consciência social, tal como ele se rotula a si próprio, aqui está mais um caso a ilustrar o amplo desprezo que lhes merecem os trabalhadores e sobretudo as jovens gerações de trabalhadores e trabalhadoras. Do mesmo partido que deu o dito pelo não dito em relação ao aborto, do mesmo partido que para efeitos eleitorais procurou estabelecer as quotas para a participação da mulher na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, do mesmo partido que ainda não regulamentou o projecto de lei do PCP sobre “Protecção às mulheres vítimas de violência”.

Do mesmo partido que se orgulha privatizar mais que o PSD, que fez a escolha da Bolsa e dos banqueiros e que portanto deixa à margem os sindicalistas, os trabalhadores, os reformados.

Querem-nos fazer acreditar que este é o caminho possível, que haverá amanhã mais crescimento... O que haverá sim é mais pobreza, mais desigualdades, e ricos cada vez mais ricos. Nestes dois anos, aumentaram os bilionários e segundo a revista “Fortuna” o valor do património líquido das 10 maiores fortunas do país passou de 1.612 milhões de contos em 1997, para 2.391 milhões em 1998!

Um aumento de fortunas, em milhões de contos superior a 30%! E qual foi o aumento dos reformados, dos trabalhadores da Administração Pública, dos assalariados em contos?

Se o mercado dita as leis sem constrangimentos, prevalece a lei do mais forte, os meios urbanos serão ainda mais duros para os pobres, os desenraizados e os que vivem nos subúrbios. Depois surgirão as explosões sociais urbanas, os guetos das barracas e dos bairros clandestinos, a marginalização, a insegurança, a proliferação da droga e a xenofobia.

O económico e o social não são duas sequências separadas como pretende fazer crer o Governo.

Um PCP mais forte

O novo impulso, que colectivamente decidimos no sentido do reforço da organização, da renovação e do rejuvenescimento, teve na ORL avanços importantes que devem continuar para – abrir mais decididamente o trabalho das organizações locais do Partido para os problemas concretos dos trabalhadores e das populações.

As medidas tomadas pela ORL, nomeadamente a criação de organismos específicos para a ligação aos trabalhadores, o contacto com trabalhadores e trabalhadoras em centenas de empresas do distrito, mostraram ser um caminho muito positivo e de grandes potencialidades que é necessário prosseguir.

A acção em curso para o reforço da organização teve também uma resposta em todo o Partido a nível nacional, que se traduz já na realização de 200 Assembleias das Organizações, o recrutamento de mais de 1.500 membros, cerca de 50% dos quais com menos de 30 anos, o restabelecimento do contacto e ligação de muitos camaradas.

E ter-se-ia ido mais longe se não se tivesse como tivemos, de multiplicar as forças pelas diversas batalhas, como foi o caso dos referendos. Fez-se um grande esforço que tem dado resultados. Agora é necessário sustentar o já conseguido para se partir para outro patamar do “novo impulso”.

É necessário prosseguir com a renovação e o rejuvenescimento com a responsabilização de mais camaradas, com a dinamização dos organismos de base, com uma efectiva ligação às populações, aos seus problemas e às suas aspirações.

Para aqueles que gostariam de ver o partido acantonado, desmobilizado, paralisado, também os comunistas de Lisboa respondem com determinação e confiança voltados para fora e para a intervenção, propõem-se entre outros grandes objectivos, recrutar mais 250 novos militantes desde hoje até ao 25 de Abril; comemorar com força as grandes datas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, realizar um grande jantar em 23 de Abril e desenvolver com força a grande jornada de luta em 4 de Fevereiro, pela contratação colectiva, contra o Pacote Laboral, por mais direitos e mais salários.

As grandes linhas que os comunistas da ORL apontam para o desenvolvimento do trabalho em relação à classe operária e aos trabalhadores, quer em relação ao rejuvenescimento e renovação, bem como à valorização dos militantes e à necessidade de se encontrar as formas de envolver na intervenção, no debate e trabalho concreto o maior número de camaradas, são entre outras, linhas que me parecem de grande importância. E do mesmo modo a necessidade que apontam de se intensificar e elevar o nível de debate político e ideológico.

Como aqui afirmou na intervenção inicial o camarada Andrez, “temos no Partido capacidades que estão longe de estar aproveitadas”. Há que aproveitá-las.

Como todos sabemos a organização não é um fim, mas tão-somente um poderoso instrumento que permite dar corpo aos nossos ideais, que tal como vocês afirmam no vosso projecto de Resolução Política, constituem um projecto longo de emancipação social, mas que animam e marcam a intervenção quotidiana dos comunistas, nas pequenas e grandes lutas, do presente, pela defesa dos direitos conquistados, pela conquista de novos direitos, pela satisfação de novas aspirações e por uma efectiva cidadania democrática.

A beira do século XXI, há fundadas razões para se lutar com determinação pela transformação social, com as massas populares que são uma força decisiva nessa transformação.

A beira do século XXI, há fundadas razões para se afirmar que para se realizarem as ideias humanistas é preciso tornar humanas as condições em que o homem vive.

A beira do século XXI, em que o capitalismo está de novo e em cada vez mais regiões mergulhado numa profunda crise financeira e económica, há fundadas razões para pensarmos que é possível construir uma sociedade mais humana, mais justa e mais fraterna, em que o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos.

A beira do século XXI, há fundadas razões para afirmar que há neste país uma grande força política necessária e insubstituível, que trava as batalhas do momento tendo por horizonte o socialismo, um grande e generoso colectivo de homens, mulheres e jovens que não baixa as bandeiras da liberdade, da democracia, da fraternidade, de justiça social, o Partido Comunista Português!

Interesses

No Barreiro economicistas contra a vontade das populações

A decisão do Governo expressa pela ministra do Ambiente de instalar no Barreiro a estação de pré-tratamento de resíduos tóxicos (ETRI), integrada no projecto de eliminação de resíduos industriais pelo sector cimenteiro, é prepotente, irresponsável e lesiva dos direitos mais elementares de qualquer cidadão.

Prepotente porque em nenhum momento no desenrolar deste processo, até ao anúncio público da decisão em 28 de Dezembro passado, o Governo manifestou qualquer interesse em ouvir as muitas vozes discordantes que se manifestaram contra a intenção de instalar naquele local a ETRI, nem daqueles, e foram muitos, que no mínimo levantaram fortes e fundamentadas interrogações.

Durante o processo de consulta pública que decorreu entre 31 de Agosto e 23 de Novembro, vozes prestigiadas e credíveis de especialistas nas áreas do ambiente, da Saúde, do ordenamento do território, entre outras, deram conteúdo técnico e científico ao protesto, juntando-se a milhares de cidadãos anónimos que trouxeram consigo a experiência de vida durante décadas, num ambiente degradado provocado pelo crescimento industrial do grupo CUF na área da química pesada desde o final do século passado no complexo industrial do Barreiro. Foi bonito e simultaneamente motivador ver milhares de jovens do ensino secundário gritarem bem alto, nas ruas do Barreiro, ao lado dos mais velhos, que não queriam passar por tudo aquilo que os seus avós e os seus pais passaram. Foram anos de degradação ambiental com índices de poluição atmosférica e marítima dos mais elevados do país que levaram a que, alguns anos antes do 25 de Abril e com a PIDE por perto, se tivesse desenvolvido aquela que poderá ter sido a primeira iniciativa de protesto realizada em Portugal contra a degradação

mercado frequentado diariamente por milhares de utentes e a 900 metros do local está prevista a instalação dum estabelecimento de ensino politécnico. Mais grave ainda é o facto de serem omitidos nos dados que pesaram na decisão os perigos do facto de no parque empresarial do Barreiro subsistirem empresas que apresentam risco industrial relevante, de acordo com o Plano de Emergência Externa do Complexo Industrial do Barreiro, elaborado sob a égide do Serviço Nacional de Protecção Civil em 1993.

Não está em causa, nas posições que têm sido assumidas quer pelos órgãos autárquicos, quer pelo PCP, posições que são acompanhadas pela esmagadora maioria das populações do Barreiro e parte significativa do concelho da Moita, o objectivo consensual na sociedade portuguesa que é o de tratar os resíduos industriais produzidos no país e muito menos se pode inferir dessas posições qualquer motivação egoísta do género: "façam-no, mas não à nossa porta" é que no meio de toda a discussão à volta da localização da ETRI tem passado despercebido o facto de já hoje no Barreiro serem tratados resíduos em quantidade superior à produzida localmente através de 9 empresas já licenciadas ou em fase de

roviária nacional e ao transporte marítimo através de um excelente porto localizado a poucas centenas de metros, ficando desta forma facilitada a importação de resíduos de outros países. Não vale a pena o Governo vir dizer que não autoriza, porque a vida tem confirmado que hoje dizem e defendem uma coisa e amanhã dizem e defendem exactamente o contrário. Não é por acaso que o presidente da SCORECO já afirmou que a capacidade instalada de co-incineração nas duas cimenteiras é superior à quantidade de resíduos existentes em termos nacionais.

O Governo do PS, que se apresenta como o campeão do diálogo, transformou o processo de consulta pública numa autêntica farsa, indignando milhares de pessoas que de acordo com a lei deveriam ter sido ouvidas antes de ser tomada qualquer decisão sobre a matéria. Hoje não existem dúvidas que a decisão não só já estava tomada antes do início da consulta, como nem sequer tinham admitido no pseudo-estudo de impacto ambiental qualquer outra localização. Esta atitude, indigna num Estado Democrático, não só põe em causa direitos fundamentais, como aprofunda o ambiente já instalado entre os portugueses de grande desconfiança, o que vai certamente dificultar ainda mais a procura de consensos sobre a forma e os locais para o tratamento.

O Governo do PS, que se apresenta como o campeão do diálogo, transformou o processo de consulta pública numa autêntica farsa.

Qualquer solução que venha a ser encontrada não pode deixar de ter em conta o esforço que tem vindo a ser feito pelos órgãos autárquicos, em especial a Câmara Municipal, com o apoio dos agentes económicos e sociais, de requalificação urbana e ambiental, procurando atrair para o concelho indústrias não poluentes geradoras de postos de trabalho para assim não só compensar os milhares de empregos perdidos desde meados da década de 80, como desta forma fixar a população à sua terra e atrair novos habitantes. Este esforço precisa de ser acarinhado e apoiado e não de medidas que possam pôr em causa os seus objectivos. Como escreveu o professor Jorge Garpar, é agora no preciso momento em que o concelho do Barreiro começa a recuperar na qualidade da habitação, na melhoria do espaço público e no emprego, que se anuncia a instalação de uma estação de pré-tratamento.

No passado dia 20 de Janeiro, a Assembleia da República aprovou por maioria uma recomendação ao Governo no sentido de suspender o processo de co-incineração de resíduos em cimenteiras e revogar as decisões respeitantes à escolha dos locais para queima e tratamento. Este é um passo fundamental para

se iniciar um debate público e nacional sobre a problemática dos resíduos industriais. Até agora o Governo mostrou-se incapaz de se libertar dos compromissos assumidos com os grupos económicos que detêm as cimenteiras em Portugal e responder positivamente à recomendação da Assembleia. Às populações do concelho do Barreiro e de parte significativa do concelho da Moita não restam outras alternativas que não sejam a mobilização e a dinamização da luta para obrigarem o Governo a reconhecer direitos conquistados. Como sempre temos dito, aos trabalhadores e às populações a melhor forma de defender direitos é exercê-los, começando neste caso pelo direito à indignação.



ambiental. Milhares de pessoas subscreveram então um abaixo-assinado, num tempo em que se circulava nas ruas da então Vila do Barreiro com um lenço na cara a tapar a boca e o nariz porque mal se podia respirar, ou em que os jogos de futebol eram interrompidos em dias de sol radioso porque não se conseguia ver a bola nem os jogadores. Certamente não era por causa do nevoeiro, mas dos gases que saíam das fábricas de ácido sulfúrico ali mesmo ao lado.

Mas a decisão é sobretudo irresponsável, porque o Governo e em particular o Ministério do Ambiente sabem que, num raio de 2000 metros a partir do local escolhido para instalar a ETRI, vivem 45.000 pessoas, a 750 metros funciona um hiper-

licenciamento por parte do Governo, existindo sérias dúvidas não só em relação à fiscalização dos resíduos que ali são tratados, mas também no controlo que é feito aos níveis de poluição provocados pelas unidades de tratamento. Há cerca de ano tive a oportunidade de participar numa reunião com trabalhadores de várias empresas do complexo empresarial da Quimiparque, onde foram feitos relatos preocupantes sobre as condições em que são tratados os resíduos, nomeadamente na Quimitécnica, empresa que faz parte do grupo Mello.

Neste contexto é legítimo interrogar o Governo sobre se a decisão de localizar a Estação de Tratamento naquele local, não terá mais a ver com o facto de ter acesso directo à rede fer-

XI Congresso do PS

■ Carlos Gonçalves

Vai o PS, no próximo fim-de-semana, abandonar o modelo das «Convenções Nacionais» e fazer o seu primeiro Congresso na era Guterres. As novidades serão poucas, o conteúdo manter-se-á quase exclusivamente instrumental e o estilo será de hiperpersonalização e espectáculo. No fundo, este XI Congresso é o desenvolvimento (previsível) das manipulações estatutárias e expedientes politiquieiros que caracterizam o controlo «guterrista» sobre o PS e o corolário (inevitável) das políticas prosseguidas.



O «big show» do «guterrismo»

Foi em Fevereiro de 1992, já lá vão sete anos, que o X Congresso do PS, por quase 70% de votos, elegeu Guterres para secretário-geral e deu à respectiva lista para a Comissão Nacional 61,7% do apoio dos delegados, contra 36,7% da lista de Jorge Sampaio.

Na altura, quatro meses depois da segunda maioria absoluta «cavaquista» e em período de nojo do PS, vários comentadores, de forma simplista ou com subtilezas de análise, caracterizaram o congresso com o eufemismo de «viragem ao centro».

Manipulação estatutária

A «conspiração interna» de Guterres, habilmente conduzida, e que se consumou na derrota de Sampaio no congresso, contou com a cobertura de certos círculos ocultos de poder e teve expressão na convergência com os «soaristas» de «primeira» e «segunda geração», já então, entre outros, Manuel Alegre e João Soares.

Uma das primeiras medidas internas da nova direcção, implementada logo em Junho de 92 na 2ª Convenção Nacional, foi a alteração dos Estatutos, que Guterres se recusara a discutir no congresso quatro meses antes.

Os Estatutos então aprovados sujeitaram o PS tradicional ao estrito controlo do «guterrismo», houve na altura quem falasse de «estalinismo» e de «espoliação da democracia».

Deixou de haver congressos, substituídos por convenções nacionais a que competia apenas «debater programas e questões políticas».

A Comissão Nacional de cerca de 250 dirigentes, eleita num sistema complicado de círculos distritais, na dependência duma candidatura a secretário-geral e da sua proposta duma quota nacional, passou a ser o «órgão deliberativo máximo», com poder para eleger todos os outros órgãos dirigentes e aprovar a Declaração de Princípios, o Programa e os Estatutos do PS.

De então até hoje, e está em curso a terceira eleição de órgãos directivos desde 1992, não voltou a haver listas alternativas à de Guterres para a Comissão Nacional, nem qualquer outro candidato a secretário-geral.

As lutas internas pelo poder passaram a ser geridas pelos «guterristas» e pela integração nas respectivas listas. Assim aconteceu em 94, já na preparação das legislativas de 95,

quando entraram «sampaístas» e «gamistas» e se alargou o Secretariado, ou em 96, com novo alargamento deste órgão e a criação da sua Comissão Permanente, ou, como agora se anuncia, com a entrada dos «plataformistas» e das «quotas» de mulheres.

Em Maio de 96, na 6ª Convenção, a direcção «guterrista» reconheceu o «menor sucesso mediático», que não o «déficit democrático», do modelo estatutário das convenções e prometeu alterar os Estatutos para voltar aos congressos.

Em Março de 98, com a «oposição interna» em parte incerta, o poder e a gestão instrumental dos «jobs» seguros e garantidos, Guterres e o seu «núcleo duro» decidiram abrandar um pouco a sua tutela do PS e aprovar novos Estatutos conformes aos seus objectivos.

Tinham constatado, após várias reprises pífias e adiamentos *sine die*, não haver condições nem figurantes para nova encenação dos «Estados Gerais», assim resolveram que o congresso seria um grande espectáculo em ano de eleições.

Pelos novos estatutos, o congresso recupera parte do poder perdido em 92, como a eleição da Comissão Nacional e outros órgãos e a aprovação dos documentos fundamentais, enquanto o secretário-geral, eleito pelos militantes antes do congresso, reforça a sua tutela pessoal de todo o sistema e a Comissão Nacional regressa às suas competências originais.

É esta a receita do «guterrismo» para, mantendo o poder bem seguro, dar da democracia interna uma imagem q.b. e otimizar a espectacularidade do congresso numa fase decisiva da pré-campanha eleitoral.

A política e as politiquices

A política do PS, no que é mais fundamental e decisivo, está caracterizada pelos olheiros mais insuspeitos - diversos dos seus agentes e aproveitadores - como a continuação da do PSD. Não há razão para os desmentir, antes lembrá-lo quando o procurarem escamotear para encenar pseudodiferenças.

Este é um Governo de procuração dos grandes interesses, que tem como orientação o serviço aos «mercados» e executa nas políticas essenciais os respectivos dogmas. Aí pontificam os seus sacerdotes e «cristãos novos» de que todos os dias se verificam os serviços a este ou aquele grupo em particular.

Aliás, talvez para isso tenham rolado as cabeças de dois ministros da Economia até à «estabilidade» de Bicesse em que vivemos.

Este Governo, como agora se diz, «vampiriza» a direita, retira-lhe as causas e os apoios-chave, incluindo os da hierarquia católica mais conservadora, que Guterres provou servir com eficácia contra o próprio PS.

Só quando o Governo PS/Guterres não consegue travar as movimentações populares, ou quando, constrangidos pela relatividade da sua maioria, são obrigados a votar com o PCP, é que acontece uma ou outra medida aceitável.

O resto pouco mais são que expedientes politiquieiros e *marketing* político, em muitos casos herdados do «cavaquismo» e de Edson Athayde.

Por exemplo, a gestão «científica» de «jobs» e clientelas, *lobbies* e círculos ocultos, pelos diversos níveis do poder, criando um enorme pântano de interesses, uma espécie de corporação de tachos, capelinhas e (bons) negócios, sustentada pelos dinheiros de todos nós.

Ou o papel instrumental dos independentes de diversas origens, forjando a imagem de «abertura» do Governo, mesmo quando, e é o caso da «plataforma», são só mais um grupo do PS que faz render o aliciamento orientado.

Ou a imagem do «chefe» com os seus atributos de encomenda, «dialogante», «prudente», «inteligente» e distanciado das guerras do partido, mas sem ele seria o «caos» (de Cavaco), numa qualquer versão *soft*.

Ou ainda os factos políticos e «tabus», como os de Mário Soares ou Guterres para a Europa, que valendo coisa nenhuma para os interesses reais dos portugueses, visam condicionar a «agenda política» e alterar as regras do jogo a favor da equipa do Governo.

O «big show» Guterres

Este é um congresso instrumental, um megacomício pré-eleitoral, que decorre no tempo certo conforme estes objectivos e não, nem agora, nem em nenhuma das datas previstas neste ano de atraso, para discutir algo de essencial.

Guterres, secretário-geral já eleito com 96,65% de votos(!), é o promotor da única moção de orientação global, que como tal pode ser votada em congresso e de que se diz «evitar as polémicas» e ser «politicamente neutra».

As outras moções são todas «sectoriais» e a única que é projectada como pretensamente alternativa, a de Manuel Alegre, embora cheia de sábias palavras contra a «diluição ideológica» ou a «governamentalização do PS» e em favor do «Estado providência» e do «diálogo no seio da esquerda», não assume a crítica às opções essenciais prosseguidas, nem sequer à revisão constitucional ou às derrotas impostas por Guterres ao PS nos referendos, e não formula uma proposta que seja que confronte a moção oficial de Guterres/Vitorino.

Não admira que assim seja, Alegre é membro do actual e certamente do futuro Secretariado de Guterres e, segundo reza a imprensa do fim-de-semana, reviu e alterou a sua moção com o próprio secretário-geral. Ainda vão acabar todos a votar as moções uns dos outros, como já deixou entender Jorge Coelho.

Sem Alegre e mais uns poucos, o XI Congresso do PS seria um acto litúrgico de autoglorificação, um simples desfile de titulares e candidatos à «classe política».

Alegre vai ter neste congresso o papel de animador à esquerda, o *compère* dos dignitários do «guterrismo», certamente com cobertura televisiva directa. Será o atestado da «consciência tranquila» do PS e, prosaicamente, a peninha no chapéu congressual do «guterrismo».

De resto será o «big show» de Guterres, com dois ou três momentos de «suspense», como convém nestas coisas.

Será que Guterres vai optar por um «número dois»? E será o ministro Coelho, recém-chegado à reflexão filosófica, ou o «porta-voz» Vitorino, recém-chegado de Macau, como noutras vezes à beira de eleições?

E como será que vão resolver as quotas das mulheres? Alteram ou não os novos Estatutos? Será desta que o Secretariado chega aos 50?

Enfim, só magnos problemas que muito interessam ao país e ainda mais aos «boys and girls» dos «jobs» do situacionismo.

E chega finalmente o último dos discursos, o «grande final» de Guterres, domingo em directo, em todos os canais e no horário nobre, e dirá solenemente: «Queremos uma maioria inequívoca, porque, a não ser assim, será a instabilidade e muitas outras desgraças», ou dirá antes: «Queremos uma maioria absoluta pelas mesmíssimas razões?»

«Enormíssima dúvida» esta de não saber como vai o «guterrismo» perder a vergonha a este respeito.

Talvez por isso, ou por algum resto de solidariedade democrática com os socialistas, ocorre-nos que vale a pena, inequivocamente, salvar o PS da maioria absoluta.

Sobre comunismo hormonal e outros

Há quem não compreenda como se possa ser comunista hoje. Alguns desses nunca compreenderam como era possível ser-se comunista, ou só o compreendiam a partir de critérios muito seus que eram a negação da compreensão do que é ser comunista; outros foram mudando eles próprios para chegarem a esta irredutível incompreensão. Não devemos ter a ilusão de que lhes possamos explicar por que é que somos comunistas, mas devemos, talvez, aceitar este desafio, que de outros vem, para nos lembrarmos e avivarmos por que é que somos comunistas.



■ Sérgio Ribeiro

Aproximam-se eleições e repete-se, em relação ao Partido Comunista, uma manobra que já bem conhecemos e a que temos vindo a resistir. Embora, por vezes, com rombos na embarcação.

O PS torna-se na «grande esquerda», abrangente, paternal, acolhedora, e (re)aparece uma «pequena esquerda» cheia de projectos e de vitalidade. Completam-se as duas dinâmicas na busca de nos diminuirmos o espaço. Ou por nos quererem apagar por via de absorção no que se apresenta como grande, abrangente, acolhedor, ou por nos quererem diluir no que não teria dimensão nem voz activa mas seria o tal desejado som de grilo para não deixar adormecer completamente as consciências.

É a altura de aparecerem a juntar-se à «grande esquerda», com a máquina mediática a funcionar na máxima força, os «ex», os

que foram silenciados e ignorados e caluniados quando, a critério dos condutores daquela máquina, lhes pareciam comunistas impenitentes, e que ganham estatuto de estrela, por vezes cadente tal a vertiginosa passagem que fazem, quando é oportuno publicitar que o deixaram de ser, do Partido. Estrelato ou protagonismo a que também são promovidos camaradas que suspeitem estar, dentro do Partido, em fricção ou em processo susceptível de centrifugação.

É este também o momento de aparecerem, com menor mas ainda assim apreciável impacto mediático, as «novas esquerdas», algumas já muito velhas e experientes nesse serviço de serem a «esquerda oportuna» que, feitas as contas, vem tirar força à esquerda. Com iniciativa ou apadrinhamento de personalidades e inteligências (de personagens inteligentes ou de inteligentes personagens, todos/as muito independentes...) que não perdem o burilado discurso de esquerda compatibilizado com uma exemplar, e desde logo contraditória por tão individualista, convivência e cumplicidade com o poder, ou os poderes, da direita e da «grande esquerda».

Exemplifique-se

É bem verdade que quem não tem cão caça com gato e, sem conotação qualitativa mas temporal, dir-se-ia que se hoje não há dissidentes do Partido vão-se repescar os de ontem, até porque assim talvez se contribua para que, daqui a pouco, se verifique a dissidência de alguns que se anda a tentar, por meios encantatórios, para que dissidentes sejam.

Como temos de reconhecer, estas manobras são de ida e volta. Não somos, o Partido, um grupo fechado a influências. Somos um colectivo de mulheres e homens, nem melhores nem piores que os outros homens e mulheres - embora tenhamos de ser diferentes, como gosto de ouvir e de dizer...-, pelo que temos os nossos problemas «cá por casa» e somos permeáveis ao que, de fora, nos é atirado para dentro dos muros.

Um dia, já lá vão dez anos, escrevi a um então camarada uma carta de que me não esqueci, embora ele a deva ter, decerto, junto a outros papéis e memórias que estava a enviar para o lixo. Sem grande esperança de ser lido, escrevia-lhe que, sendo ele brilhante, os adversários políticos, na impossibilidade de lhe apagarem o brilhantismo com que defendia as suas/nossas posições, o estavam a adular, lhe faziam um cerco em que ele se comprazia. Terminava a carta com uma talvez abusiva e certamente tardia advertência: de tão brilhante, fizeram-te vedeta, como vedeta és instrumento, vê lá onde é que vais parar...

Por «lá» pára, numa apagada e baça tristeza!

Não se trata de uma camisa ou de uma farda

Houve quem escrevesse que ser comunista na juventude é tão natural como ser social-democrata na idade madura e conservador na velhice. Assim terá sido e será para muitos, numa discutível analogia com o processo bio/etário.

Mas também há, como respondeu o «nosso Nobel» ao sr. pivot da televisão francesa, uma espécie de comunismo hormonal. Não se seria comunista por inocente vontade de mudar o mundo nos ardores da juventude, ou por cálculo, ou por referências historicamente conjunturais, mas por nos ter entrado na massa do sangue uma impossibilidade de aceitar o mundo como está e porque, tendo de viver nele - e fazendo-o com toda a alegria e assumida única oportunidade de vivo ser -, sentir um imperativo de procurar fazer o mundo mais justo socialmente, mais humano. Como poderia ter escrito menos injusto socialmente, menos desumano.

Esse imperativo, lançado no sangue e no cérebro por via hormonal, faz com que ser comunista seja, também, ter adoptado uma concepção de vida, uma forma de estar e de actuar, um quadro de referências. É curioso ter transcrito esta frase de um dos muitos comentários que se servem de declarações do sr. eng. Veiga de Oliveira, novel militante socialista - e proveito lhe faça, e tranqüilidade lhe dê -, para engrossar o coro mediático e demonstrar a tal incompreensão (inocente ou não) sobre o que é ser comunista.

Escrevia esse comentador que a corajosa decisão (própria da agora descoberta «qualidade pessoal» do sr. eng. que ministro foi, não só de Vasco Gonçalves, como se diz para dar maior realce subliminar ao seu luto, nojo de 10 anos e oportuno ressuscitar, mas também de Pinheiro de Azevedo pois foi-o dos IV e VI governos provisórios) se justificava, como acto de «humilde dignidade», porque «(com a queda do muro e correlativos) foi toda uma concepção de vida, uma forma de estar e de actuar, um quadro de referências que ruiu com estrondo».

Vamos por partes...

Os comunistas adoptaram um concepção de vida, uma forma de estar e de actuar, um quadro de referências. Quadro de referências que são os valores e princípios próprios dessa concepção e forma de estar e de actuar, e que são também - para o bem e para o mal - as lutas e experiências feitas em seu nome. Concepção de vida, forma de estar e de actuar que não podiam ruir ao ruir uma parte, e não a mais importante, do seu quadro de referências. Ponto final.

Quem era comunista por o seu exclusivo ou dominante quadro de referências ser o que se estava a tentar construir noutros lugares do mundo em nome dessa concepção de vida e dessa forma de estar e de actuar e, eventualmente também, a perspectiva de uma próxima tomada de poder à sombra desse quadro, naturalmente que deixou de ser comunista com a queda do muro de Berlim e tudo o que isso significou. Que não foi pouco!

A genial leitura que Marx faz do processo histórico, e do capitalismo em particular, a partir de contribuições várias e a ter de, evidentemente, ser permanentemente actualizada, continua uma interpretação do mundo que escora a vontade (e a obrigação) de ajudar a transformá-lo. Não devem, essas interpretação e vontade, ser os caboucos de um quadro de referências, de lutas e de experiências mas, sobretudo, de princípios e valores, de um quadro de referências para uma outra forma de estar e de actuar?

Aliás, ninguém terá chegado a comunista pelo simples facto de existir uma União Soviética. Chegou-se a comunista porque se sentiu na carne e nos ossos as injustiças, porque, ao olhar à volta, se sentiu vontade de mudar e, depois, se reflectiu sobre o modo de para tal contribuir. Por mim falo, que sou comunista por «culpa» do povo português (e de todos os povos do mundo) e do tal senhor Marx e seus companheiros do Manifesto, do Manifesto de há 150 anos e de hoje.

Não se contribua para confusões...

O capitalismo não é o fim da humanidade. Não o esqueceu Veiga de Oliveira (e honra lhe seja feita). Mas não se contribui para que a humanidade passe a uma outra etapa escamoteando as contradições do capitalismo e ajudando-o a superá-las precariamente, como não é procurando acordos que nos façam - também a nós - esquecer ou desvalorizar o sistema de relações sociais que Marx sistematizou e denunciou e são a causa das injustiças e da desumanidade. E deve sublinhar-se que, quando a realidade impõe o regresso ao pensamento e às análises de Marx, seria incompreensível que fôssemos nós a abandoná-lo para ganhar uma qualquer capacidade negociadora.

Quando, ao inaugurar-se, a AD se «traveste» de social, quase a merecer o *m-l* que caracterizou certos grupos nos idos tempos em que todos e tudo era, no mínimo, social e socialista, uma das nossas preocupações maiores deve ser a de não nos deixarmos diluir na amálgama que tudo confunde entre a direita que só fala em reformas e pensões, a «grande esquerda» do diálogo, também daquela espécie de diálogo social que serve para adiar as inevitáveis lutas sociais, e as «pequenas esquerdas» das aparições e discurso intermitentes e inconsequentes, por vezes muito radical, por vezes nem por isso.

Estaremos, quem assim pensa, à procura de manter ou chegar a uma pureza (bacteriológica ou outra)?, da pureza que nunca estimámos ou aspirámos ter? Recuso o expediente simplista da arranjar simetrias que se anulem, que nada têm a ver com luta de contrários e que não ajudam ao debate fraterno por mais aceso que possa ser.

Talvez como em poucos outros momentos históricos, há que ser afirmativo e pedagógico, sem cedências no quadro de referências de princípios e valores. Só assim manteremos a nossa identidade e os outros nos levarão a sério. Os outros partidos, particularmente aqueles com quem sempre devemos estar abertos para relações de respeito mútuo e batalhas comuns, e, sobretudo, os trabalhadores e o povo. Que são a nossa força e razão de ser.



Transnacionais e deslocalização

■ João Chasqueira

O voo das rapinas

Têm-se avolumado com preocupante frequência nos últimos tempos os casos de unidades produtivas pertencentes a transnacionais que fecham as portas no nosso País. Conhecidos são também variadíssimos exemplos de desinvestimento. Ao deslocarem a produção para outras zonas do planeta, as multinacionais deixam sempre atrás de si um rasto de dificuldades e problemas nas regiões que abandonam, o maior dos quais, habitualmente, é o do desemprego. E pouco lhes importa que a deslocalização implique a quebra de compromissos e acordos assumidos e celebrados com o Estado português, na base dos quais receberam fortes apoios e benefícios na ordem dos muitos milhões de contos.

A motivação para este comportamento é sempre a mesma: maximizar a taxa de lucro e de remuneração do capital. Para tanto, vale tudo. Não importa como, à custa de quê ou de quantos. Independentemente do espaço geográfico. E muito menos se é à custa da violação de direitos mais elementares, como a exploração do trabalho infantil. Nem se ficam afectados – quantas vezes irremediavelmente – recursos naturais ou ambientais.

Claro está que não faltam justificações para este estado de coisas por parte dos devotos do neoliberalismo. Na era da globalização, «competitividade», «capacidade de captação de investimentos estrangeiros», «vantagens comparativas», entre tantas outras, são expressões recorrentes por si utilizadas para evidenciar o que consideram ser a inevitabilidade dos processos de deslocalização.

Mas o que torna tudo isto ainda mais chocante e dramático é que esta postura de rapina a que se entregam as multinacionais é conduzida, como lembrou no Parlamento há 15 dias o deputado comunista Lino de Carvalho, com a «arrogância própria de quem sabe que os seus interesses e estratégias dominam cada vez mais as manchas rosas ou laranja do poder político».

Com a agravante – e esta é a questão essencial do problema – de os governos (exemplarmente testemunhado pelo caso português) nada fazerem para travar as políticas de desregulamentação do investimento directo estrangeiro ou para impor regras aos gigantescos movimentos especulativos de capitais.

Os casos seguidamente elencados, reportando-se a situações ocorridas em Portugal (não se incluem aqueles sobre os quais recaem fortes suspeitas quanto à existência de planos para o encerramento de unidades e despedimentos de trabalhadores, como sejam a Philips ou a Yazaki Saltano), ilustram bem a dimensão do problema, remetendo-nos, inevitavelmente, para a absoluta necessidade de alguma coisa ter que vir a ser feita no domínio da deslocalização de empresas.

Como exige o PCP que, para o efeito, apresentou recentemente um projecto de resolução preconizando medidas dirigidas não apenas nesse sentido como também em relação à criação de regras que disciplinem o investimento directo estrangeiro.

Nestlé

Esta multinacional comprou a Tofa, situada em Linda-a-Velha, Oeiras. Após alguns anos de exploração desta unidade fabril nos sectores dos cafés e de confeitaria, desactivou em finais de 1995, início de 1996, estes sectores produtivos, de que resultou a liquidação de mais de 60 postos de trabalho.

A produção foi deslocalizada para Espanha, tendo as instalações da fábrica Tofa sido transformadas em centro de distribuição e comercialização das marcas dos produtos anteriormente produzidos naquela unidade fabril.

Mas as aquisições da Nestlé não se ficam por aqui. Compõem uma história pouco dignificante feita de despedimentos e encerramento de empresas. Que o digam os mais de 50 trabalhadores da fábrica de chocolates **Rajá**, unidade de produção que algum tempo depois de adquirida pela Nestlé foi também objecto da decisão de encerramento. A grande maioria dos trabalhadores foi para o desemprego e a produção da **Rajá** deslocalizada para Espanha.

Mais recentemente foi a fábrica de **Iogurtes Longa Vida**, em Matosinhos, que viu a sua produção desactivada, com a sua transferência para outro país e a consequente liquidação de mais de uma

centena de postos de trabalho. O mesmo destino teve a fábrica **Fin-dus**, do sector de congelados.

Grupo Nabisco

A empresa **Royal Brands**, pertencente a este grupo transnacional, dedicava-se à produção de bolachas – as famosas **Bolachas Belinhas** – e pudins. Em 1995 decidiu encerrar a produção da sua unidade na Outorela, Carnaxide (Oeiras), lançando no desemprego mais de 40 trabalhadores, com recurso às chamadas «rescisões por mútuo acordo». Tunis, em Espanha, foi a cidade para onde se deslocou a empresa, antes com uma forte e crescente implantação no mercado português devido à procura dos seus produtos de reconhecida qualidade.

Recorde-se que, para responder ao aumento da sua produção, a empresa chegou a apresentar um projecto de ampliação das suas instalações, que veio a ser aprovado pela Câmara Municipal de Oeiras, cuja concretização, todavia, nunca se iniciou.

Hoje, as instalações fabris foram transformadas em armazéns funcionando como centros de distribuição e de comercialização das marcas anteriormente produzidas no nosso País.

ERU-Portuguesa

De capital estrangeiro, esta empresa está situada na Abóbada, Cascais. Produtora de queijos, em Dezembro de 1998, a administração decidiu acabar com a produção, lançando no desemprego mais de 50 trabalhadores, também aqui lançando mão das apelidadas «rescisões por mútuo acordo». A Holanda foi o novo país de acolhimento para produzir o que antes saía da unidade instalada em Portugal.

Esta empresa tem dívidas para com o Estado português e sabe-se ter recorrido ao «Plano Mateus». Por si utilizados foram também verbas provenientes dos chamados «fundos estruturais» para ampliação e reestruturação da linha de produção, fixada na fábrica da Abóbada.

Desconhece-se qual o destino dado às instalações, sabendo-se apenas que a maquinaria foi retirada do nosso País com destino à Holanda. Fala-se, no entanto, que vão ser transformadas em armazéns para distribuição e comercialização da marca.

Ford – Azambuja

Há informações de que a fábrica de montagem de Azambuja deixará de produzir o modelo **Transit** a partir de meados do ano 2000, sem que se vislumbrem quaisquer alternativas credíveis para lá dessa data.

No entender dos trabalhadores não existem quaisquer motivos de ordem técnica, económica ou de estabilidade laboral que justifiquem o eventual encerramento da fábrica. A dar-se, observam, só «por motivos de natureza meramente política».

Tanto mais que, como sublinham em documento aprovado em plenário realizado em 24/7/98, o modelo **Transit** está a ser produzido a cerca de 45 por cento da capacidade instalada, sem com isso perder competitividade com as instalações que laboram próximo dos



limites da sua capacidade. Acresce que os indicadores externos mostram que a fábrica da Azambuja lidera em termos de qualidade há mais de cinco anos, havendo dados seguros que indicam que os «valores de investimento para produzir a nova **Transit** - produto já identificado pela **Ford** em substituição da actual – são competitivos com os da colocação desse volume noutras fábricas europeias».

Foi com surpresa, pois, que os trabalhadores receberam a notícia de que a empresa tinha decidido proceder à deslocalização para Genk (Bélgica) e Southampton (Inglaterra), o que, a concretizar-se, para além de «não ter suporte técnico ou económico, iria contrariar recomendações da União Europeia sobre deslocalização da produção».

Indelma, Indústrias Electro-Mecânicas, SA

Sediada no Casal do Marco (Seixal), a **Indelma** ces-

sou a sua linha de produção instalada desde 1992 na unidade de Porto Alto (Samora Correia). O motivo invocado para o encerramento e consequente despedimento colectivo de 53 trabalhadores foi o facto de o produto produzido – «cablagens» eléctricas para automóveis –, exigindo uma forte utilização de mão-de-obra intensiva e alegadamente sujeito «a tomadas de decisões transnacionais muito influenciadas pelos próprios clientes», ter obrigado à concentração do produto numa só fábrica existente na Polónia, onde o custo da mão-de-obra é cerca de 50 por cento mais baixo.

Siemens

Com sede em Alfragide, a **Siemens** decidiu, em comunicação dirigida à Comissão Sindical em 1/3/96, encerrar a sua fábrica no Casal do Marco (Seixal), onde eram produzidos dijuntores, interruptores e quadros eléctricos. «A falta de encomendas e a pressão da concorrência internacional» foram as razões invocadas para o encerramento total da produção, a qual levou à eliminação de 400 postos de trabalho. Soube-se depois que o verdadeiro motivo teve a ver com o objectivo de transferir a produção para a Grécia. Antes, a **Siemens/Indelma** recebera cerca de um milhão de contos para modernizar as empresas e criar empregos no âmbito do Sistema de Incentivos de Base Regional, incluído na Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal. Durante o período em que operou no nosso País, entre 1992 e a data do encerramento, aquela unidade da **Siemens** beneficiou ainda de grandes apoios comunitários e do Estado português destinados à formação profissional e à criação de emprego.

Texas Instruments – Samsung Electronic

Instalada na Maia, esta multinacional tem um contrato-programa assinado com o Estado português no qual assume o compromisso de manter o investimento até 2004, pelo qual, de acordo com informações vindas a público, terá recebido, no mínimo, em apoios, quatro milhões de contos.

Rompendo com todos os compromissos assumidos, a **Texas Instruments** comunicou no final do ano passado que encerraria a sua fábrica até 31 de Março próximo, promovendo o despedimento colectivo dos seus 748 trabalhadores.

Somente a globalização poderá evitar o fim da

Em Havana, um plenário incomum reuniu-se de 22 a 25 de Janeiro para estudar e debater a globalização e problemas do desenvolvimento. Nesse Encontro com características inéditas participaram 600 destacados economistas estrangeiros vindos de 50 países, um punhado de personalidades eminentes e representantes de 16 organizações internacionais na maioria ligadas à ONU. O calendário e o ritmo assombraram os convidados especiais e os observadores. Durante cinco dias as jornadas de trabalho iniciadas pela manhã entraram noite adentro. Fidel Castro, que presidiu, lançou ao mundo um alerta: ou a humanidade encontra rapidamente respostas adequadas para a envolvente crise económica e social e de civilização que a ameaça ou se afunda numa catástrofe apocalíptica.

Seria lógico que um acontecimento de tão extraordinário significado tivesse merecido atenção prioritária dos grandes *media* internacionais. Não foi, porém, o que ocorreu. As grandes cadeias de televisão e os principais jornais do Ocidente industrializado ignoraram o Encontro de Havana. A Conferência foi deliberadamente sabotada. Os debates sobre a Globalização eram à partida muito incómodos para poderes que erigiram o neoliberalismo em religião.

Nos seus reduzidos serviços sobre o acontecimento, as agências noticiosas privilegiaram, aliás, as intervenções em que os representantes do BIRD e do Banco Mundial fizeram em Havana a apologia da globalização neoliberal.

Das 140 comunicações enviadas aos organizadores - a Associação Nacional dos Economistas de Cuba e a Associação dos Economistas da América Latina e do Caribe - foram seleccionadas 54 para apresentação no plenário pelos autores.

Além dos quatro idiomas oficiais - o espanhol, o inglês, o francês e o português - falou-se em alemão, em italiano e em chinês...

Não foi pronunciada uma palavra agressiva; a polémica permaneceu sempre no terreno das ideias. A atmosfera de respeito pelo outro não impediu que as divergências e os antagonismos entre as posições sustentadas emergissem com nitidez. Esse era o objectivo. Para uns a globalização neoliberal carrega perigos enormes para a humanidade; para outros - a minoria - aparece quase como uma benção.

Entre os estrangeiros predominavam largamente neoliberais, keynesianos, neokeynesianos, estruturalistas e neo-estruturalistas. Como os cubanos pretendiam ouvir, apenas foi apresentada uma comunicação sua, a de Osvaldo Martínez.

Entre o realismo e a utopia

A atmosfera, sentiu-se, foi moldada pelo próprio conteúdo das intervenções durante os debates. Pouco a pouco subiu das palavras a rejeição do modelo que está a ser imposto à humanidade. O discurso foi, felizmente, muito diversificado. Oscilou entre o realismo e a utopia.

A crise brasileira, em pleno desenvolvimento, esteve, naturalmente, no fulcro dos debates. Numa das sessões, Fidel leu excertos dos textos das agências noticiosas.

Do Brasil chegavam notícias que corriam pelas bancadas do Palácio das Convenções. Na manhã de 22 soube-se, por exemplo, que o *Real* se afundava. Cerca de 500 milhões de dólares estavam a sair do país diariamente numa hemorragia assustadora. Em duas semanas a moeda caíra de 1,20 por dólar para 1,75 em desvalorização galopante.

O *euro* foi tema de acalorados debates. Esperança ou ilusão? As duas posições encontraram defensores no plenário. O francês Paul Boccard, do PCF, recusou ambas para apontar como terceira solução, a moeda única universal, o que motivou uma réplica imediata do argentino Jorge Beinstein, condensada numa pergunta realista: «Quem vai administrar essa moeda? Moeda é poder!»

A solidariedade chegou de todos os azimutes do planeta. Esteve presente na voz de Danielle Mitterrand, em comparências como a do general Vasco Gonçalves, em apelos ao internacionalismo militante como o do italiano Fausto Bertinotti, da Rifondazione Comunista Italiana.

Dois momentos particularmente emocionantes: as intervenções do brasileiro Lula e do nicaraguense Daniel Ortega. O primeiro trouxe à Conferência o sofrimento do povo brasileiro e a sua confiança no futuro; com o segundo subiu nas consciências a memória da epopeia sandinista, a repulsa pela agressão imperial norte-americana, mas também a amargura inseparável dos erros de uma revolução mal defendida.

Permanentemente, a opinião foi completada pela informação. Alguns números, esquecidos pelos *media*, assustam. Três multimilionários possuem fortunas que excedem o PIB, somado, de 48 países do Terceiro Mundo. Foi revelado que mais de 40% da população dos EUA está comprometida com a especulação bolsista. Muita gente tem dificuldade em entender o funcionamento tortuoso dos mecanismos do mercado sacralizado. Custa a perceber, também, como um país

com um nível tão baixo de poupança como os EUA tenha conseguido gradualmente construir uma situação que lhe permitiu impor o dólar como moeda de reserva universal. Por outras palavras: uma situação que faz da República norte-americana uma nação parasita.

Na maratona que foi a Conferência não houve sessões monótonas. Mas alguns temas, como era inevitável, suscitaram debates seguidos com um interesse especial. Por exemplo, as intervenções sobre o conceito e o funcionamento da globalização. Os latino-americanos insistiram muito na unidade. Sem que os povos do Continente, do México à Terra do Fogo, construam estruturas que facilitem a integração real, a sua luta contra a dominação imperial, económica e política, não poderá atingir o objectivo. Falou-se, por isso, muito do Merco Sul, da ALAI, da integração do Caribe. O aprofundamento e a clarificação das relações entre a União Europeia e os países da América Latina subiram com frequência ao debate, umas vezes com realismo, outras com tratamento romântico.

A palavra aos neoliberais

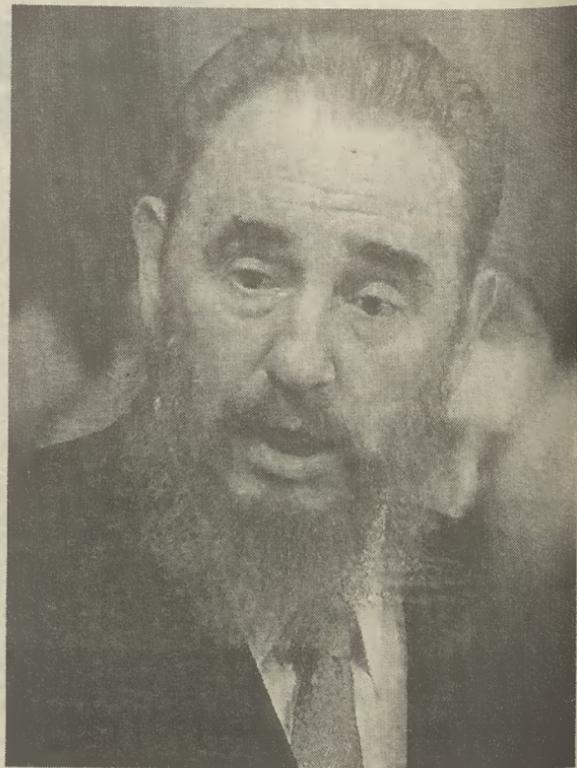
Os promotores da Conferência convidaram múltiplas organizações das Nações Unidas, assim como todos os galardoados com o Prémio Nobel de Economia e os principais jornais e revistas financeiras do mundo. Até o super-especulador George Soros recebeu convite para se deslocar a Havana. Dessa constelação de estrelas a maioria não compareceu. O FMI nem sequer respondeu, ao contrário de Soros que lamentou a impossibilidade de estar presente.

Dos membros da cúpula neoliberal que estiveram no Encontro de Havana dois polarizaram o interesse do plenário: o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os altos funcionários que representaram ambas as instituições apresentaram comunicações que suscitaram alguns dos debates mais interessantes e participados.

Ambos, obviamente, assumiram a defesa da globalização neoliberal. Utilizaram, entretanto, discursos diferentes, muito mais cauteloso o do Banco Mundial. Um desses senhores confidenciou, sorrindo, que se sentia como «cordeiro entre lobos»; o outro evocou um circo romano para expressar o seu estado de espírito.

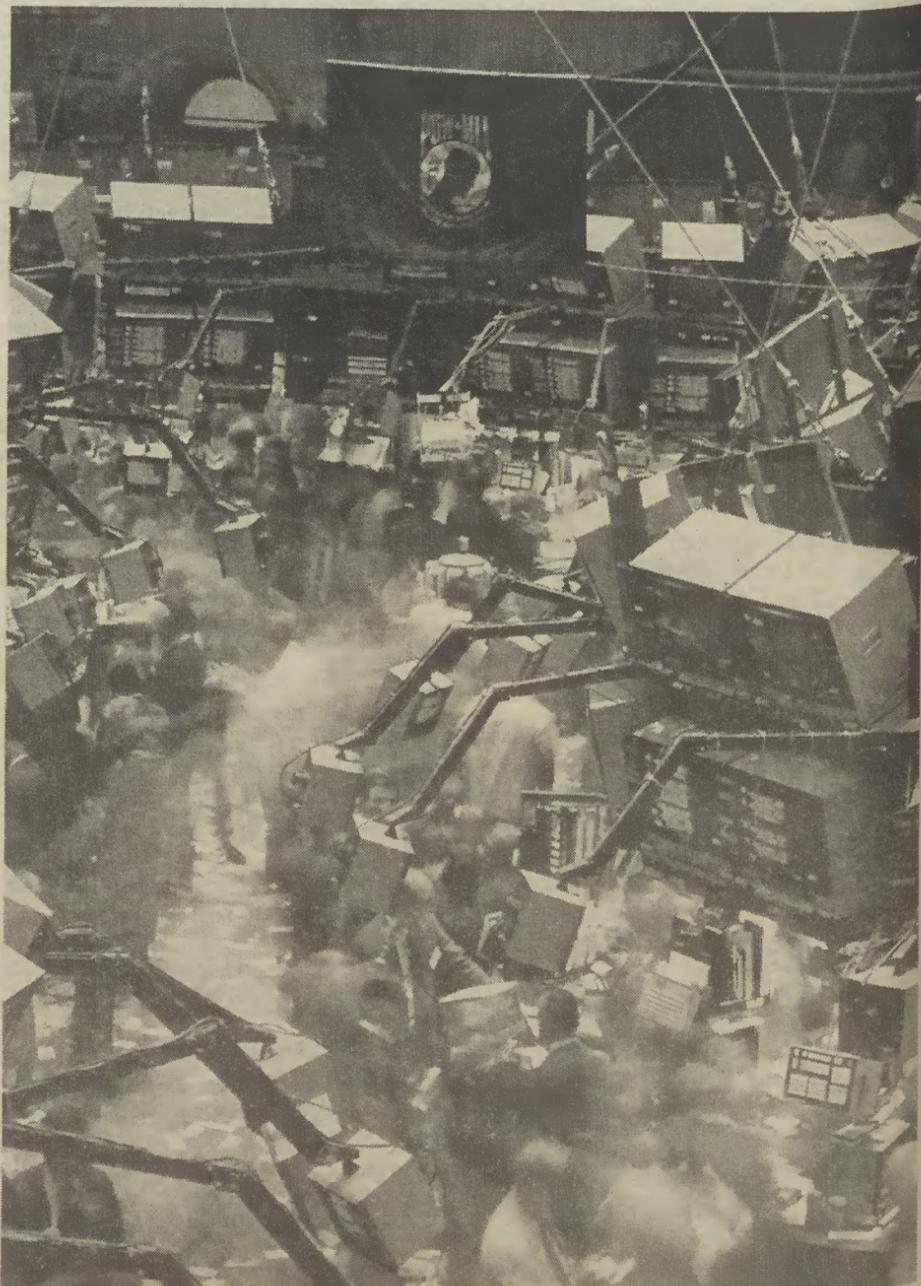
Falando pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Eduardo Lora não hesitou em fazer a apologia dos benefícios das políticas neoliberais, apresentando os erros e as sequelas negativas como acidentes de percurso. Sofista até ao exagero, foi buscar, a despropósito, a China como exemplo de um modelo de desenvolvimento equilibrado e seguro, não obstante o distanciamento ideológico do neoliberalismo.

- afirmou
**Fidel
Castro na
Conferência
de Havana**



Ouviu das boas. Um brasileiro de Santa Catarina, professor de Economia, trouxe para o anfiteatro o filme das consequências das políticas de ajuste do FMI: fome, desemprego, destruição da Segurança Social (onde existia algo merecedor desse nome), desindustrialização, privatizações selvagens, reforço da dependência, especulação desenfreada, corrupção endémica, aumento das dívidas interna e externa, aprofundamento do fosso entre ricos e pobres, etc.

O representante do Banco Mundial, Andres Solimano, um chileno com maneiras aristocráticas, utilizou uma tática mais defensiva. Admitiu erros como preço inevitável do que para ele é uma etapa no progresso da humanidade. Nas respostas comentou em pormenor o acessório e esqueceu as críticas de fundo à sua exposição.



socialista civilização

Fidel interveio para lhe desmontar o paternalismo. Começou por se dirigir ao «doutor» do Banco Mundial, mas quase logo, no seu estilo, passou ao *tu*. Agradeceu-lhe a presença e lembrou-lhe que não havia motivos para se sentir encurralado, pois ali todos podiam defender qualquer posição ou ideologia sem restrição alguma. Fez-lhe perguntas sobre a acção do Banco Mundial e as suas reais intenções no tocante ao Terceiro Mundo. Corresponhia a prática ao discurso filantrópico dos dirigentes? Lamentou também a ausência do FMI e de Soros. Não deveria estranhar a péssima imagem do FMI naquele Encontro. Para ser mais claro, leu um despacho da France Presse que reproduzia uma declaração feita ao diário argentino *Página 12* por Milton Friedman, o Prémio Nobel de Economia, chefe da Escola de Chicago. Nela, o inspirador da estratégia financeira de Pinochet e da política monetarista de Margaret Thatcher dizia textualmente: «o FMI deveria ser abolido porque faz mais mal do que bem à economia mundial». Informou então que Friedman enviara uma mensagem lamentando que compromissos assumidos o impediam de se deslocar a Havana. Sem comentário...

Finalmente, Fidel perguntou ao representante do Banco Mundial se havia estudado em Chicago. O jovem executivo informou que não, que não fora um *chicago boy*. Desarmado, perdeu a sobrançeria e o fio do discurso; achou mesmo útil declarar que regressaria a Washington com muitas interrogações suscitadas pelo que ouvira durante o Encontro. E desceu da tribuna (o pódio) para ir respeitosamente cumprimentar Fidel, num gesto que rompeu o protocolo.

O episódio é definidor da atmosfera especialíssima desta Conferência, que em determinados momentos fez lembrar o palco de um teatro shakespeariano.

Diversidade enriquecedora

Desde as comunicações académicas à intervenção política, passando pelo discurso ecológico e a reflexão filosófica sobre o neoliberalismo - o desfile pela tribuna foi de uma diversidade que enriqueceu os debates, evitando que a monotonia se instalasse no anfiteatro.

O francês Henri Alleg avivou a consciência dos participantes ao iluminar a tragédia que devasta a Rússia, vandalizada pela agressividade do neoliberalismo mais primário. O brasileiro Frei Betto (que no dizer de Fidel o força a comentar a Bíblia quando ele se lança no terreno da política) fez vibrar o plenário com a sua oratória humanista e revolucionária. O mexicano Arturo Huerta conseguiu imprimir força e transparência ao inventário dos males das políticas neoliberais. Ao cubano Osvaldo Martínez coube esboçar numa síntese brilhante e didáctica o panorama da globalização neoliberal e da crise económica e de civilização que a humanidade enfrenta.

Não faltaram intervenções de gente amiga da revolução cubana vinda da Suécia, dos EUA, do Canadá, da Índia, da China. E, naturalmente, fez-se ouvir a voz da África e o clamor dorido dos povos indígenas da América.

Fidel comentou passagens de muitas intervenções. Por vezes interveio com o objectivo de evitar que a Conferência se tecnicizasse, fechando-se em torno de temáticas da macroeconomia ou de inacessíveis subterrâneos da ciência financeira. Os debates que então suscitava reconduziam o rio da Conferência ao seu leito natural de que havia saído.

Na sua opinião, «a primeira de todas as artes e ciências, a mais difícil, é a política, porque são os políticos que tratam de iluminar o caminho, apesar de serem tão ignorantes e medíocres, mas não há outro ofício para se procurar a solução, para encontrar utopias ou fórmulas reais».

Ao longo da Conferência, Fidel foi sempre um anfitrião cavalheiresco e bem humorado. Mas, quando lhe pareceu necessário, mudou o discurso para se dirigir ao mundo como revolucionário, inflexível na defesa dos princípios e valores do socialismo e na condenação da estratégia da globalização neoliberal e das suas consequências para a humanidade.

Vergastou repetidamente o imperialismo norte-americano como grande inimigo da humanidade. Cuba rejeita o governo mundial imposto de Washington pela força do dinheiro e das armas. O dirigente cubano rejeita a desumanização da vida, a política de destruição das culturas e da herança milenar do processo civilizatório. Não só repudia o governo mundial da República norte-americana como apela à unidade dos povos, a uma globalização da solidariedade que



■ Miguel
Urbano Rodrigues

contribua para salvar o planeta da catástrofe para a qual avança a galope.

O Encontro de Havana findou com a leitura de um Documento-síntese do que nele foi afirmado e debatido. Roberto Verrier, o presidente da Associação Nacional dos Economistas de Cuba e da Associação dos Economistas da América Latina e do Caribe, falando em nome de ambas, leu, depois, uma convocatória. Conscientes da extrema gravidade de uma crise económica iminente e generalizada, as duas associações informaram que ali mesmo se iniciava o esforço de promoção de um II Encontro sobre Globalização e problemas do desenvolvimento. Foi sugerido que economistas de todo o mundo voltem a reunir-se em Havana de 25 a 29 de Janeiro do ano 2000 para aprofundar e ampliar os estudos e propostas ora apresentados.

Coube a Fidel encerrar a Conferência. Quando tomou a palavra passava das onze e meia da noite. Muitos dos participantes esperavam que falasse durante umas duas horas.

Surpreendeu o plenário. Informou que não iria proferir um discurso. Chegara à conclusão de que seria mais útil apresentar uma comunicação à Conferência, sob a forma de um diálogo consigo próprio. E seria uma comunicação quase telegráfica. Falou apenas durante 14 minutos.

Quando terminou veio-me à memória a sua intervenção numa Conferência dos Não-Alinhados em Nova Deli, há mais de 15 anos. Num discurso de conteúdo patético advertiu então a humanidade de que a dívida do Terceiro Mundo, crescendo como tumor maligno, não poderia ser paga e que iria converter-se num factor de agravamento das tensões mundiais. Esse discurso pioneiro atingiu o objectivo. Ficou a assinalar o início de um debate mundial sobre a irracionalidade das políticas que contribuíam para inchar monstruosamente a dívida dos países pobres aos países ricos, acelerando em vez de reduzir a drenagem das riquezas do Terceiro Mundo para os estados industrializados.

Esta Conferência de Havana ficará, tudo o indica, como o marco da arrancada para uma tomada de consciência das consequências perigosíssimas de políticas inseparáveis de uma estratégia de domínio mundial - a ameaça de uma globalização capitalista que coloca em causa, pela sua irracionalidade, a própria continuidade da aventura humana na Terra.

As perguntas de Fidel e as suas respostas

Enquanto se procedia à leitura do Documento final da Conferência, Fidel Castro tomava notas. Percebeu-se, depois, que redigia aquilo a que chamou a sua *comunicação telegráfica* aos participantes no Encontro.

Dessa breve intervenção, um conjunto encadeado de perguntas e respostas, reproduzimos a parte final:

A incrível e inédita globalização de que nos ocupamos é um produto do desenvolvimento histórico, um fruto da civilização humana; foi alcançada num período brevíssimo não superior a três mil anos, na longa vida dos nossos antepassados sobre o planeta. Eram já uma espécie totalmente evoluída. O homem actual não é mais inteligente do que Péricles, Platão ou Aristóteles, embora ainda não se saiba se é suficientemente inteligente para resolver os problemas de hoje, extremamente complexos. Estamos apostando em que poderá consegui-lo. Disso se ocupou a nossa reunião.

Uma pergunta: trata-se de um processo reversível? A minha resposta, aquela que dou a mim mesmo, é não.

Que tipo de globalização temos hoje? Uma globalização neoliberal; assim a chamamos muitos de nós. É sustentável? Não. Poderá subsistir por muito tempo? Absolutamente não. Questão de séculos? Categoricalmente não. Durará somente décadas? Sim, apenas décadas. Mas, mais cedo do que tarde, terá de deixar de existir.

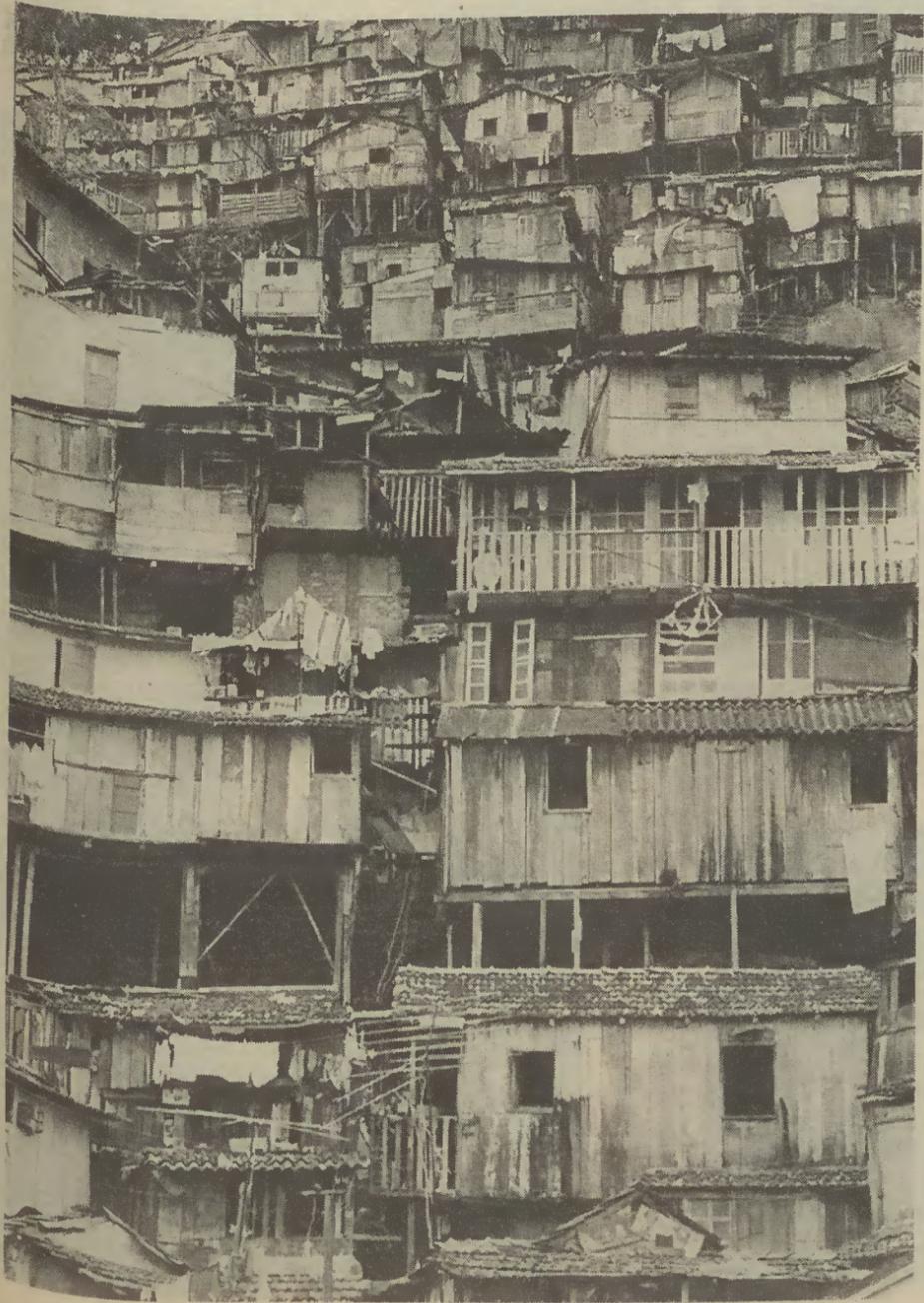
Porventura acredito ser uma espécie de profeta ou adivinho? Não. Sei muito de economia? Não, quase nada. Para afirmar o que disse basta saber somar, diminuir, multiplicar e dividir. Isso até as crianças aprendem na escola primária.

O que vai gerar a transição? Não sabemos. Será através de amplas revoluções violentas e grandes guerras? Parece improvável, irracional e suicida. Através de profundas e catastróficas crises? Infelizmente é

o mais provável, quase inevitável, e concretizar-se-á mediante diferentes vias e formas de luta.

Que tipo de globalização será? Não poderia ser outra senão socialista, comunista, ou como queirais chamar-lhe.

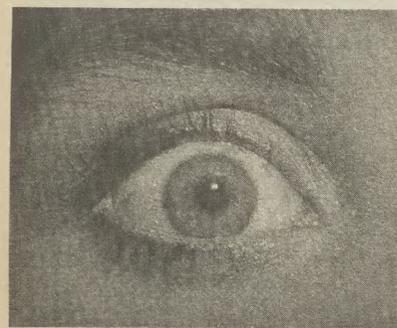
Dispõe a natureza de muito tempo, e com ela a espécie humana, para sobreviver à ausência de uma mudança similar? De muito pouco. Quem serão os criadores desse novo mundo? Os homens e mulheres do nosso planeta. Quais serão as armas essenciais? As ideias, as consciências? Quem as semeará, cultivará e as tornará invencíveis? Vós. Trata-se de uma utopia, de um sonho mais entre tantos outros? Não, porque é objectivamente inevitável e não existe alternativa. Já foi sonhado não há muito tempo, mas talvez prematuramente. Conforme disse o mais iluminado dos filhos desta Ilha, José Martí: «Os sonhos de hoje serão as realidades de amanhã.»



União Europeia Fronteiras herméticas e caça livre

■ Rui Paz

A política de segurança interna e externa da União Europeia assenta na exclusão e na repressão sem fronteiras – as palavras são de Elmar Schmähling, almirante da armada alemã. Segundo o almirante, «quanto menor é a vontade de analisar a verdadeira causa e os motivos geradores de possíveis ou reais situações de insegurança e eliminar o que lhes está na origem, tanto maior é a propensão para limitar os direitos humanos, as liberdades democráticas e organizar a repressão global contra a democracia e o Estado de direito».



O almirante Schmähling, ex-chefe dos serviços de informação das forças armadas alemãs (militärische Abschirmdienst), num artigo recentemente publicado na revista DISPUT, intitulado «Fronteiras Herméticas e caça livre», começa por alertar para o facto de os governos e os funcionários europeus estarem a construir uma estrutura financeira e económica onde a democracia não existe, sem que a opinião pública europeia se aperceba e lhe dê a devida atenção. Referindo-se ao artigo J.3 do Tratado de Amesterdão, 6.10.1997, sublinha o perigo que constitui o Conselho da Europa poder decidir «estratégias» e se necessário «ações conjuntas» sempre que considere que «importantes interesses comuns», isto é, «o controlo sobre matérias-primas, mercados ou transporte de mercadorias em qualquer parte do mundo estejam ameaçados».

Citando o actual Presidente da República da Alemanha, Roman Herzog, segundo o qual «o direito internacional dos povos terá de aceitar novas intervenções militares necessárias mesmo quando não dependentes da ONU», o almirante pergunta se não se trata de «caça livre out-of-area também para a União Europeia?», e acrescenta que após o acordo de Petersberg deram-se os primeiros passos para a concepção e concretização de intervenções militares de carácter agressivo no estrangeiro por parte da UE, com a constituição de um corpo de intervenção de 56 000 homens. Eurokorps, do qual além da Alemanha e do Luxemburgo também fazem parte países com experiência colonial como a França, a Bélgica e a Espanha. Schmähling conclui que o objectivo é a criação de uma segunda NATO que permita também à UE intervir universalmente sem necessitar das decisões do Conselho de Segurança da ONU.

Uma política sem controlo

Referindo-se à repressão interna dos cidadãos europeus, aquele oficial passa a analisar os perigos resultantes da Europol – uma polícia que não é controlada por ninguém, sobre a qual nenhum governo, juiz ou procurador da República poderão actuar. A Europol pode trabalhar juntamente com serviços secretos e recolher dados sobre cidadãos sem a menor razão, motivo ou suspeita. Estes dados dizem respeito à origem, raça, convicções políticas, confissão religiosa, saúde e vida íntima e sexual dos cidadãos. O almirante chama a atenção para o facto da própria social-democracia, já na anterior legislatura, através da maioria que detinha no Conselho Federal da Alemanha (Bundesrat), ter aprovado, juntamente com a democracia-cristã, a convenção Europol, apesar de saber tratar-se de uma polícia que não responde perante governos e parlamentos nacionais ou mesmo perante o Parlamento Europeu.

Schmähling recorda que o antigo ministro da Justiça e professor de Direito, Kay Waechter, já protestara junto do ex-ministro

do Interior do governo de Helmut Kohl pela projectada concessão de imunidade aos polícias membros da Europol, o que significaria que pela primeira vez os agentes de uma organização policial estariam totalmente livres de responderem perante a justiça pelas acções cometidas no quadro das suas funções. Criada com

o pretexto de combater o crime organizado numa Europa sem fronteiras, os ministros do Interior e da Justiça acabam de atribuir à Europol uma nova função, a luta contra «o terrorismo» sem que haja uma definição do que se considera ser «o terrorismo».

Mas o almirante prossegue alertando que «a visão aterrorizadora de um estado policial na Europa não fica por aqui. Os ministros do Interior dos governos europeus querem dotar a Europol de meios e prerrogativas próprias dos serviços secretos. O facto de as situações do Direito e da segurança interna dos vários países europeus serem muito diversificadas, permite que a Europol actue acima da lei, como no estado de sítio, e desenvolva a sua actividade sem fundamento democrático e à revelia do Estado de direito».

Democracia ameaçada

O almirante da Bundesmarine termina o artigo constatando que «o desinteresse dos cidadãos pela Europa» constitui «o maior perigo para uma Europa livre». Mas como poderão os cidadãos interessar-se por uma União Europeia conscientemente construída à sua revelia e contra eles e que até agora já produziu 20 milhões de desempregados e 50 milhões de pobres?

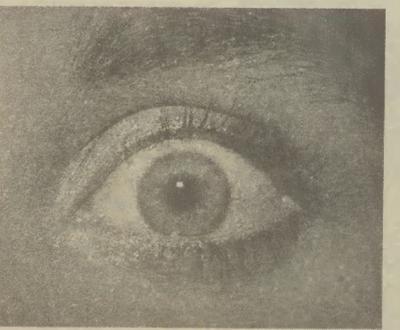
Quantas discussões bloqueadas, quantos problemas camuflados e referendos recusados pelos donos desta Europa e os seus servidores, a social-democracia, o «socialismo» de direita, os agentes das privatizações e usurpadores do trabalho, dos bens e da riqueza colectiva dos povos? Que seja a própria social-democracia actualmente no governo da grande maioria dos países europeus a atribuir ao principal responsável por esta construção europeia antidemocrática e esmagadora da cidadania», Helmut Kohl, o título de cidadão honorário da Europa é mais do que esclarecedor. Ao justificarem essa sua submissão, os apóstolos de Maasticht, do Euro e de Amesterdão invocam a necessidade de fazer frente aos Estados Unidos, mas o resultado tem sido a total americanização da Europa nos campos económico, social, dos direitos humanos, militar e repressivo.

Assim é natural que Mário Soares não possa estar de acordo com José Saramago quando o Prémio Nobel da Literatura afirmou em Estocolmo que as multinacionais reduziram a quase nada o que restava do ideal democrático.

Obedece e cala-te tem sido o lema desta «Europa conosco» e «das sociedades abertas» onde, segundo o fundador do PS, «a informação circula e nos influencia como nunca» (!).

Uma «democracia» tão «aberta» que não passa dos corredores dos ministérios, da arbitrariedade corrupta dos seus comissários e das torres de vidro opaco da banca e das multinacionais. Aí, sim, circula o único poder que tudo concebe e planeia, «informa» e esconde, decide e influencia.

(1) Público de 19.12.98.



Fracassos de Blair...

Perante as reservas do país, tornou-se essencial preencher o vazio ideológico do «New Labour» em que milhões de britânicos deixaram de acreditar. O primeiro-ministro, assim, apresentou-se inspirado por aquilo a que chamou «a terceira via», uma nova política que se distanciava dos «velhos» ideais do socialismo «ultrapassado» sem que ele fosse visto ajoelhar diante dos estados-maiores do imperialismo. Ninguém acreditou na estafada proposta, velha de séculos. Os conservadores riram-se do primeiro-ministro e expuseram, uma vez mais, a sua falta de princípios. Toda a Grã-Bretanha lhe virou as costas.

Mas os porta-bandeiras do mais cinzento dos oportunismos, de que Mandelson é o melhor exemplo, tal como o representante pessoal do primeiro-ministro, Alastair Campbell, apressaram-se a preparar para Tony Blair uma nova proposta que atingisse em cheio a alma do país. E surgiram com uma nova ideia que Blair subscreveu no seu discurso de 15 de Janeiro – a de que todo o povo britânico se integra numa vasta classe média, sendo o «New Labour» o partido que se expandiu no seio dessa classe. As reacções não se fizeram esperar porque basta penetrar o âmago do país viajando de comboio para poder perceber-se que o sistema de classes continua vivo e que a classe trabalhadora, aquela de que Blair foge e cuja existência nega, não só existe como empobreceu.

Assim, Derek Foster, deputado pelo círculo de Bishop Auckland e um dos mais antigos membros da Câmara dos Comuns, numa entrevista ao jornal «Sunday Sun», de Newcastle, declarou: «O primeiro-ministro anda a prostituir a tradição filosófica dos trabalhistas e partiu a linha comum que deveria unir-nos. O governo do «Novo Trabalhismo» não serviria para engraxar as botas àquele que a Grã-Bretanha elegeu em 1945 para levar Attlee ao n.º 10 de Downing Street. O senhor Blair, com a sua visão da classe média em expansão, substituiu o papel histórico daqueles que fizeram o verdadeiro «Labour» no seio do movimento dos sindicatos britânicos.»

Começaram a chover cartas nas redacções dos jornais. Mesmo «The Daily Telegraph», o de mais profundas convicções conservadoras, recebeu algumas de leitores distantes dos ideais do traba-



Da terceira via à sociedade sem classes

lhismo mas que não desconhecem a realidade. Vejamos algumas delas:

De Mr. J.M.S. Vaux (Devon): «No seu discurso, o primeiro-ministro confundiu classe média com rendimento médio. A classe média distingue-se por uma certa disciplina, boas maneiras e algum conservadorismo com «c» pequeno, atributos que não são evidentes entre o número crescente dos que recebem e vivem de um rendimento médio. Mr. Blair deveria compreender que se fôssemos todos da classe média, ele e o seu «gang» jamais teriam conseguido chegar ao governo.»

De Mr. David E. Bonwick (East Sussex): «Se somos todos da classe média, qual a razão por que nos não é possível gozar férias de Inverno nas Ilhas Seychelles (custo: 12.000 contos) como fez Mr. Blair e a família?»

De Mr. Francis Mason (Norfolk): «Lembro-me de ouvir o meu pai dizer,

há mais de 60 anos, que aqueles que discutem as classes sociais não pertencem a nenhuma.»

De Mr. Stephen Ellwood (Somerset): «Há qualquer coisa de errado no discurso do primeiro-ministro. Se todos pertencemos à classe média, então teriam deixado de existir a classe operária e a classe dirigente. Mas se estas duas classes já não existem também a classe média não pode existir.»

De Mr. Robert Kay (Herefordshire): «Mr. Blair, de um só golpe, alienou os milhões de cidadãos e votantes que acreditam, sinceramente, pertencer à classe trabalhadora. E alienou, também, muita gente da própria classe média. Só os poucos, como eu, que pertencem à classe burguesa e disso não se envergonham, não se sentiram afectados pelas palavras do primeiro-ministro. Mas esses são conservadores, votam sempre no partido «Tory» e nunca votariam em Tony Blair.»

Festa em Newcastle

O que estava na moda em 1995 era o Newcastle United. Trata-se de um grande clube de futebol, querido em todo o Nordeste de Inglaterra, um clube de profundas origens populares e operárias cujos futebolistas e adeptos possuíam matrícula comum – a da vida nos estaleiros, nas docas de ambas as margens do Tyne, nas minas de carvão do Northumberland. Mas o Newcastle foi comprado por Sir John Hall, um capitalista de grande sucesso a quem Margaret Thatcher garantira o título de «Sir». Este «businessman» era e é um homem singular. Costuma dizer-nos: «Português, já sabes que sou capitalista. Em tudo o que entro é para ganhar dinheiro.» Mas, depois, pensando melhor, remata: «Ficas a saber, porém, que nunca esqueci as minhas modestas origens.»

Então, os políticos trabalhistas Straw e Cunnigham atacavam o «champagne» e deliciavam-se nos aromas de largos havanos que em ca-

rios e da Justiça (Home Office), Jack Cunningham, hoje ministro a cargo do Gabinete (Cabinet Office Minister), e Enn Smith, agora «leader» da bancada trabalhista na Câmara dos Comuns. Já se sabia que após os emocionantes encontros de futebol que o campeonato de Inglaterra proporcionava, Sir John Hall e a esposa, Lady Hall, assim como os restantes dirigentes do Newcastle United, ofereciam lautos e deliciosos jantares inevitavelmente servidos com bons vinhos franceses e «champagne». Os convidados habituais eram os políticos trabalhistas de eleição garantida, dirigentes dos clubes adversários e jornalistas seleccionados entre os quais este correspondente do «Avante!» se encontrava e cujas simpatias marxistas Sir John conhecia.

Apenas Ann Smith, cujos filhos viviam em Newcastle e regressava a Londres às segundas-feiras, de comboio, reservava as suas atitudes e não se deixava enfraquecer



Ninguém acredita no Primeiro-Ministro

■ Manoel de Lencastre

Estamos a assistir aos primeiros actos de uma nova tragédia do Partido Trabalhista britânico. Agora, trata-se da derrocada, da queda ao abismo, do «New Labour» (novo trabalhismo) de Tony Blair, o primeiro-ministro que encanou o eleitorado e conseguiu satisfazer as suas ambições em 1 de Maio de 1997. Toda a Grã-Bretanha começa a abrir os olhos, finalmente, para a tragédia deste evangelista sem política definida, sem programa, sem ideias próprias. Blair, um jovem advogado «bonitinho» e de simpáticas maneiras, propusera-se transformar a vida britânica por meio de muitos sorrisos, gestos de boa vontade e rasoadas visões do futuro. Mas a realidade, essa implacável mestra da vida, está a mostrar-lhe sob formas diversas que os seus sonhos deixaram de corresponder aos imperativos e ao quotidiano de milhões de cidadãos e cidadãs.

O país e o mundo assistiram, perplexos, ao demoníaco papel deste primeiro-ministro «Labour» de quem se esperava só prosperidade e paz. Mas, colocando-se aberta e alegremente ao lado de Bill Clinton, mandou que voassem sobre os céus do Iraque os «tornados» assassinos e procurou, depois, projectar-se como defensor da democracia e «leader» da cruzada ocidental contra Saddam Hussein. Mas as listas de espera nos hospitais britânicos continuam, escandalosamente, a engrossar e o povo das Ilhas britânicas certifica-se que, afinal, o estrangulamento de que é vítima no centro do sistema do mercado, em vez de abrandar, intensifica-se. E pergunta-se: «Para que nos valeu votar em massa nos trabalhistas pela terceira vez desde o fim da Guerra?»

A demissão do todo poderoso ministro do Comércio, Peter Mandelson, o príncipe-negro do novo trabalhismo, já não surpreendeu. Sobre o seu estilo de vida circulavam histórias deprimentes e o empréstimo que obtivera de outro ministro amigo (mais de 100.000 contos), para comprar uma mansão em boa zona de Londres sem pagar impostos em relação ao capital pedido, correspondia, inteiramente, ao carácter do homem que abandonara os ideais do passado para abraçar os do capitalismo com a bandeira do «Novo Trabalhismo». Também não surpreenderam outras demissões – a do «Pay master General», Geoffrey Robinson, o homem que emprestara o dinheiro a Mandelson, e a do porta-voz da Tesouraria (ao serviço de Gordon Brown), Charles Whelan, um ex-comunista. Rico, na sua extraordinária experiência histórica, o povo britânico já compreendeu tudo. Ultrapassou as suas iniciais perplexidades e sabe que Tony Blair, no fim de contas, não passa de mais um primeiro-ministro «Labour» que preferiu viver segundo as «tradições» conservadoras e abandonou todas as promessas que fizera.

Clement Attlee, Harold Wilson, James Callaghan, foram os primeiros-ministros possíveis quando a Grã-Bretanha desejava, simplesmente, avançar. Blair, muito ao contrário, é o homem de quem o país exigia um total rompimento com o passado – não simplesmente, para poder avançar, mas com o objectivo de destruir, enfim, um país novo. Mas Blair, aconselhado por «spindoctors» que dele fizeram uma espécie de apresentador publicitário e tinham vendido a alma ao capitalismo, acabou por encontrar-se isolado numa densa e negra floresta cuja saída não sabe e não deseja encontrar. Surge aos olhos do país como figura própria de certos dramas sangrentos que deixam no palco dúzias de corpos mortos e um único sobrevivente, ele que julgara poder impressionar o mundo.

Encontro Distrital de Setúbal da JCP



Sábado, 6

das 14h30 às 18h, nos Penicheiros, com a participação de

Carlos Carvalhas

que intervirá na sessão de encerramento

JCP Porto

Ciclo de debates

A JCP em luta por um emprego com direitos

• «O PARTIDO, O MOVIMENTO SINDICAL E OS TRABALHADORES»
- debate com **DIAS LOURENÇO**
CT da Boavista, Sábado, 6 às 15h

• «AS PORTAS QUE ABRIL ABRIU»
- debate com **Jerónimo de Sousa**
CT da Boavista, Sábado, 13 às 18h

JCP prepara 6.º Congresso Plenários e iniciativas públicas

- **Toxicoddependência**
- debate e convívio no CT de Ermesinde: Sexta, 5, às 21h30
- **S. Pedro da Cova**
- debate sobre Educação Sexual: Sexta, 5
- **Racismo e xenofobia**
- reunião no CT de Coimbra
- **Sintra**
- Plenário concelhio: Domingo, 7, 15h30, CT do Cacém
- **Sacavém**
- Reunião (electiva): Quarta, 10, às 21h, no CT do PCP
- **Santarém**
- Debate sobre «História, Acção e projecto do Partido» na **Glória do Ribatejo**: Sexta, dia 5
- **Toxicoddependência**
- debate com **Francisco Lopes** em Lisboa: Terça-feira, 9, na sede nacional da JCP

68.º aniversário do Avante!

Em CASTELO BRANCO
Jantar comemorativo dia 12, no
Restaurante Xê-NU
com a participação
de **José Casanova**
(Inscrições até 9/2
no CT do PCP)

CDU

Cidade do Porto

Reunião de eleitos, candidatos e outros activistas: Sábado, dia 6 às 10h no CT do PCP da Boavista

Festa de Carnaval em Seia

no Centro de Trabalho - promovida pela Comissão Concelhia do PCP
Petiscos serranos - Artesanato da região
Noite de Carnaval - Sábado, dia 13

Insucesso e abandono escolar

Debate na Timbre Seixalense com a participação de **Manuela Esteves** e **Inês Castro**
Dia 6, às 15h

CDU

Castelo Branco

Plenário de eleitos e activistas da Cidade: Sexta, 5 às 21h no CT do PCP

PORTUGAL > 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

Hoje, Quinta-feira, 4 de Fevereiro
Política de Ambiente, o presente e o futuro
debate com a participação de **Isabel de Castro, Luís Sá, Pedro Canário, Rogério Roque Amaro, Rui Godinho, Viriato Soromenho Marques**
Lisboa, Hotel Metropolitan (Rua Soeiro Pereira Gomes) - 17h30

Sexta-feira, 5 de Fevereiro
Políticas para uma política de Esquerda
debate com a participação de **Fernando Rosas, Isabel de Castro, José Casanova, Luís Sá, Manuel Vilaverde Cabral**
Lisboa, Auditório da Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa (Lg. Chafariz de Dentro) - 21h30

Sábado, 6 de Fevereiro
O aparelho produtivo nacional e a economia comunitária e mundial
debate com a participação de **Belo Moreira, Lino de Carvalho, Fernando Sequeira, Quintino Aguiar, Arménio Carlos**
Lisboa, Hotel Altis / Sala Lisboa (Rua Castilho, 11) - 15h

Sexta-feira, 12 de Fevereiro
Liberdade e jornalismo
debate com a participação de **José Casanova, Rogério Rodrigues, Fernando Paulouro, António Abrunhosa**
Castelo Branco, Salão da Junta de Freguesia - 21h

Reuniões e plenários

• **Alcochete**
6.ª Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 6, das 10h30 às 18h, na Soc. Recr. de S. Francisco, com a participação de **José Paleta**

• **Viana do Castelo**
Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 6, às 15h, no CT de Viana

• **Caminha**
Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 6, às 15h, no CT de Caminha

• **Ponte da Barca**
Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 6, às 15h, no CT de Ponte da Barca

• **Ponte de Lima**
Assembleia da Organização Concelhia
Domingo, 7, às 10h, no CT de Caminha

• **Aveiro**
2.ª Assembleia Interconcelhia de Ílhavo e Vagos
Sábado, 6, às 15h, no Salão de JF de S. Salvador, com a participação de **Sérgio Teixeira**

• **Alpiarça**
Plenário concelhio de militantes, com a participação de **Jorge Cordeiro** - Sábado, 6, às 17h, no CT

• **Cascais**
Plenário de militantes residentes na Freguesia de Cascais sobre problemas da freguesia, com a participação dos eleitos na AF e do vereador da CDU, **Carlos Rabaçal** - Sábado, 6, às 15h30, no CT

• **Évora**
Assembleia geral do Sector dos Trabalhadores Intelectuais e Quadros Técnicos de Évora - Sábado, 6, a partir das 14h30, no CT

Plenário da Célula dos Trabalhadores Comunistas da CM - Terça, 9, às 18h, no CT

• **Ponte de Sôr**
Reuniões preparatórias da 1.ª Assembleia da Organização do Alentejo, a realizar no dia 28 de Fevereiro:
De Vale de Açor (às 15h, na Junta de Freguesia) e Galveias (20h30, no CT) - Dia 5
De células de Ponte de Sor (no CT, às 14h30 e 18h) - Dia 6 e dia 10 (às 18h)

• **Santarém**
Plenário de militantes com a participação de **Jorge Cordeiro** - Sexta-feira, 5, às 21h30, com a participação de **Jorge Cordeiro**

• **Torres Novas**
Reunião de militantes sobre a situação política e questões da actividade local, com a participação de **Francisco Lopes** - Sábado, 6, às 17h, no CT

• **Vila Franca de Xira**
Debate público sobre Acessibilidades, promovido pela Com. de Freguesia do PCP - Sábado, 6, às 21h, na Biblioteca Municipal
Plenário de militantes de Alhandra sobre o trabalho autárquico - Sábado, 6, às 15h30, no CT
Sobralinho - Inauguração da Sede, antecedida de almoço-convívio - Sábado, 6, às 13h

• **Viana do Alentejo**
Assembleia plenária de militantes, para eleição da Comissão de Freguesia, discussão do plano de trabalho para o reforço do Partido e preparatório da 1.ª Assembleia da ORA - Sábado, 6, às 17h30 no CT

Assembleia plenária de Aguiar, com a mesma ordem de trabalhos
Sábado às 20h30, no CT

5.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL

20 Fevereiro 1999

Assembleias plenárias preparatórias

ALMADA
Sector da Cultura - Quinta, 4, 21h30, CT Concelhio
Diversos (18h30, CT Concelhio), Cacilhas (CT Alb. Araújo, 21h), Monte da Caparica (CT do Monte da Caparica, 21h), Pragal (CT Pragal, 21h30) e Movimento Associativo (CT Concelhio, 21h30) - Sexta, 5

Almada (CT Concelhio, 15h), Charneca (CT Charneca, 15h), Laranjeiro (CT Laranjeiro, 15h), Pia / Raposo (CT local, 15h) - Sábado, 6
Feijó (CT Feijó, 15h), Costa de Caparica (CT da Costa, 15h), Sobreda/Vale Figueira (Com. Moradores Vale Figueira, 15h) - Domingo, 7

BARREIRO
CT, Portugal Telecom, SLE, EDP, CTT - Sexta, 5, 18h, no CT
Sector Químico - Sábado, 6, 10h
Palhais, Lavradio, Verderena, Barreiro, Santo André, Alto Seixalinho
Sábado, 6, 15h

MOITA
Arroteias/Alhos Vedros - Sexta, 5, 21h
Zona Norte/A e Pinhal da Areia - Sábado, 6, 16h

MONTIJO
Bairro do Areias e Alto Estanqueiro - Jardía - Sábado, 6, 15h30
Gameiro, Sapropor, TST
Segunda, 8, 18h, no CT

PALMELA
Pinhal Novo - Sábado, 6, 18h, no CT

SEIXAL
Trabalhadores das Autarquias
Sexta, 5, 17h30, no CT
Arrentela - Sábado, 6, 15h
Lisnave/Gestenave - Sábado, 6, 18h

SETÚBAL
Quadros Técnicos e Intelectuais, PME's, Movimento Cooperativo
Quinta, 4, 21h, no CT
Empresas e Sectores Socioprofissionais - Sexta, 5, 18h, no CT
Belos, Anunciada, S. Julião
Sábado, 6, 15h
Sado, S. Sebastião, CHE-Setúbal
Domingo, 7, 15h

Carlos Carvalhas amanhã na Zona Histórica de Lisboa

Na próxima sexta-feira, dia 5, o Secretário-geral do PCP visita, a partir das 15h, o Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa (C.I.C.L.), no Castelo de S. Jorge. A visita - feita a convite dos vereadores comunistas na CM de Lisboa - continua depois na Casa do Fado e da Guitarra, no Largo do Chafariz de Dentro. Carlos Carvalhas será acompanhado por uma delegação da DORL.

JORNADA NACIONAL DE ESCLARECIMENTO DO PCP JUNTO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Distribuição de um documento nacional nos locais de trabalho
Em Lisboa, na próxima semana:
Segunda-feira, 8 - das 12 às 13h30 - Minist. da Educação
24 Julho
Terça-feira, 9 - das 8 e 30 às 10h - Areeiro: Seg. Social, Instituto da Água
Quinta, 11 - das 12h às 13h30 - Minist. das Finanças, Terreiro do Paço

TELEVISÃO

Quinta, 4

RTP 1

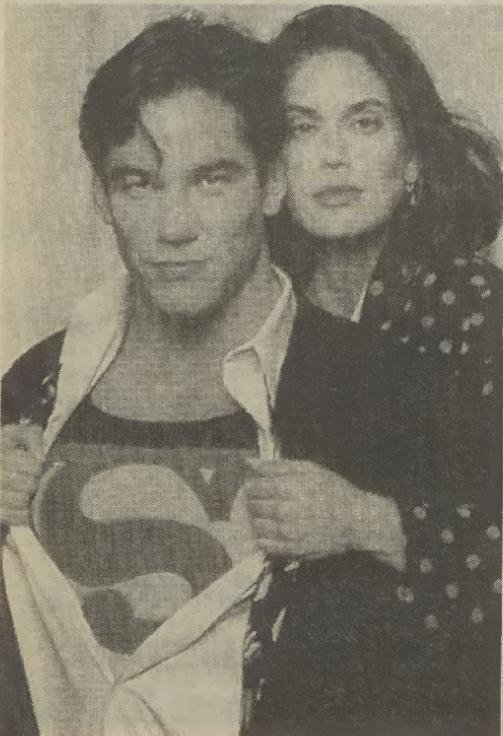
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.25 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Infomção
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 Maria Elisa
23.25 Anúncios de Graça
00.05 24 Horas
00.55 We Are Angels

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 As Mil Apatoses de Ziegfeld
(de Vincent Minnelli, EUA/1946, com William Powell, Cyd Charisse, Fred Astaire, Lucille Ball, Esther Williams, Gene Kelly, Judy Garland. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Eu, César
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 O Sol Nasce para Todos
(de John Ford, EUA/1953, com Charles Winninger, Arleen Wheland, John Russell. Ver Destaque)
00.25 CIA - Os Guerreiros Secretos da América

SIC

08.00 Buêré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite



Diz que tinha acabado....

21.05 BBC - Vida Selvagem
21.40 Torre de Babel
23.15 Esta Semana
01.00 Da Terra à Lua
02.00 Último Jornal
02.55 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosas
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Marés Vivas
20.00 Heróis por Acaso
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 Seleção Natural
(de Jack Sholder, EUA/1993, com C. Thomas Howell, Lisa Zane, Richard Hamilton, Cameron Dye. Fantástico.)
01.00 Picar o Ponto
01.50 O Mundo do Futebol
02.15 PSI Factor

Sexta, 5

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Uma Casa em Fancos
22.00 Jet Set
22.30 Serviço de Urgência
23.35 24 Horas
00.05 Máquinas
00.35 A Sangue Frio
(de Wallace Wolodarsky, EUA/1994, com Jason Priestley, Peter Riegert, Kimberly Williams, Robert Loggia. Comédia Policial)
02.15 NBA

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 O Sonho Americano
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Noites Brancas
(Debate sobre o documentário «O Capitulo em Falta do Diário de Anne Frank», seguido do filme Ontem à Noite Nada de Sexo, de Sophie Calle, Greg Shephard, Fr./1995, com Sophie Calle, Greg Shephard. Cinema Verdade)

SIC

08.00 Buêré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital



20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Futebol: Benfica-Farense
24.00 Donos da Bola
02.05 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
19.00 Marés Vivas
20.00 Heróis por Acaso
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Herança Maldita
(de Dominic Shiach, EUA/1998, com Richard Plummer, Fiona Loewi, Maria Conchita Alonso. Drama)
01.00 Picar o Ponto
01.50 Investigação Final
(de John Beid, Nova Zelândia/1994, com Tony Goldwyn, Kerry Fox, Robert Loggia, John Steiger. Guerra)
03.10 PSI Factor



Sábado, 6

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Top+
15.05 Saber & Fazer
15.35 Amigos
16.15 O Rapaz e o Mundo
16.45 Primeira Vez
18.05 Estrada Viva
18.40 Santa Casa
20.00 Telejornal
20.50 Futebol: Campomaiorense-Sporting
23.25 Miguel Ângelo ao Vivo
00.45 24 Horas
01.25 Caça ao Fantasma
(de Roland Emmerich, EUA/Alem.Gr.Br./1987, com Jason Lively, Jill Whitlow, Kim McDaniel. Comédia Fantástica)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Sem Fronteiras
13.00 Cidade Louca
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.50 Blak e Mortimer
19.20 2001
19.50 Os Simpsons
20.15 Horizon
21.05 Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 Crimes do Pior
00.35 Smith e Jones
01.00 Georgia
(de Ulu Grosbard, EUA/1995, com Jennifer Jason Leigh, Ted Levine, Mare Winningham, Max Perlich, John Doe, Jimmy Witherspoon. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buêré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Top Gun - Ases Indomáveis
(de Tony Scott, EUA/1986, com Tom Cruise, Kelly McGillis, Val Kilmer, Tom Skerritt, Michael Ironside. Acção)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Ai os Homens!
23.15 Mulher
00.15 Afrodísia
00.45 Antes do Amanhecer
(de Richard Linklater, EUA/1995, com Ethan Hawke, Julie Delpy, Erni Mangold, Dominik Castell. Ver Destaque)
02.50 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.35 Animação
13.30 Desporto
14.55 Acção em Acapulco
15.45 Despertar para o Amor
(de George Bloomfield, EUA/1995, com Cynthia Geary, David Beechroft, Sheila McCarthy. Romântico)
17.25 Sonho Perdido
(de Jack Blender, EUA/1996, com Tiffani-Amber Thiessen, A. Martinez, David Newson. Drama)
19.00 Corrina, Corrina
(de Jessie Nelson, EUA/1994, com Ray Liotta, Whoopi Goldberg, Joan Cusack, Don Ameche. Drama)
21.00 Directo XXI
22.00 Sementes de Traição
(de Arlene Sanford, EUA/1994, com Melissa Gilbert, George Dzundza, Shanna Reed. Drama)
24.00 Corrida de Morte
(de Dean Ferrandini, EUA/1995, com Aaron Norris, Michael Nouri. Acção)
02.00 PSI Factor

Domingo, 7

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
11.40 Atletismo - Cross das Amendoeiras
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.15 Sub-26
17.55 Novos Heróis
18.45 GLX
20.00 Telejornal
20.50 Casa Cheia
21.30 Débora
22.05 Docas 2
23.05 Domingo Desportivo
00.30 Perigo Iminente
01.25 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.30 A Europa de Comboio
12.10 Histórias do "Muro"
13.10 Ela Voltou
14.30 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.55 A História de Nikita
19.35 Bom Bordo
20.05 Os Simpsons
20.30 Onda Curta
(Escravos do Meu Poder. Curta-metragem)
21.00 Artes e Letras - Marlon Brando
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buêré
12.30 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Três Homens e Uma Menina
(de Emile Ardolino, EUA/1990, com Tom Selleck, Steve Guttenberg, Ted Danson, Nancy Travis. Comédia)
15.45 Buffy, Caçadora de Vampiros
17.55 Para Iris, com Amor
(de Martin Ritt, EUA/1990, com Robert De Niro, Jane Fonda, Martha Plimpton, Swoosie Kurtz. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.05 Polícias à Solta
21.30 Chuva de Estrelas
22.45 Hilda Furacão
23.45 Rápida e Mortal
(de Sam Raimi, EUA/1995, com Sharon Stone, Gene Hackman, Leonardo DiCaprio, Russell Crowe. Ver Destaque)
01.50 Último Jornal
02.25 Dra. Quinn
03.25 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Aventuras Selvagens
14.00 Sétimo Céu
14.50 Passado Sombrio
(de Mel Damski, EUA/1990, com Cheryl Ladd, Anthony John Denison, Jon Spano. Drama)
16.20 Águas de Fogo
(de Sidney J. Furie, EUA/1995, com Lou Gossett Jr., Jason Cadieux, Al Waxman, Joanne Vannicola. Acção)
17.55 Agentes (pouco) Secretos
(de Rafael Zielinski, EUA/1994, com Corey Feldman, Corey Haim. Comédia)
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 O Rosto da Lei
23.00 A Raiz do Mal
(de Arthur Allan Seidelman, EUA/1997, com Richard Crenna, Angie Dickenson, Molly Gross. Drama)
00.45 Kaos
(de Paolo e Vittorio Taviani, It/1984, com Margarita Lozano, Claudia Bigagli, Massimo Bonetti, Biagio Barone, Laura Mollica. Ver Destaque)

Marlon Brando, um dos actores do Séc. XX, no «Artes e Letras» de domingo

Segunda, 8

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Infomção
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.05 Sala de Conversas
00.15 24 Horas
01.00 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.30 Um, Dó, Li, Tá
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buêré

Terça, 9

RTP 1

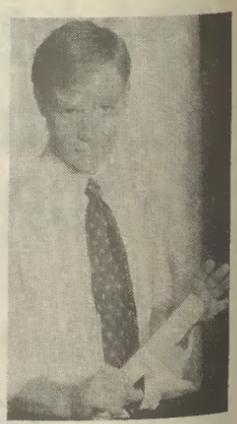
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
17.55 Futebol: Portugal-Suíça
20.00 Telejornal
21.00 Cromos de Portugal
21.35 Herman 99
23.35 A Guerra Fria
00.35 24 Horas
01.25 Seaquest, Brigada Submarina

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 O Vestido Cor de Fogo
(de Lauro António, Port./1984, com Jorge Vale, Acácia Thiele, Mariana Rey Monteiro, Josefina Silva, Guida Maria, Carlos Wallenstein. Drama).
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.15 O Tigre Siberiano
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buêré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querer



David Caruso, o «Rosto da Lei» na série da TVI

Quarta, 10

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
10.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.25 Futebol: Portugal-Holanda
21.30 Telejornal
22.25 Batman para Sempre
(de Joel Schumacher, EUA/1995, com Val Kilmer, Tommy Lee Jones, Nicole Kidman, Jim Carey. Ver Destaque)
00.45 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras



Da Terra à Lua, a série produzida por Tom Hanks, não se limita a contar os passos que o Homem deu no céu - vai também contando o que de importante se foi passando por cá

12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
00.10 Salazar
01.15 Último Jornal
01.50 A Mãe
(de Vsevolod Pudovkin, URSS/1926, com Vera Baranovskaja, Nicolas Batalov, Alexandre Cistjakov, Anna Zencova. Ver Destaque)
05.40 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
19.00 Marés Vivas
20.00 Heróis por Acaso
21.00 Directo XXI
22.00 A Justiça
23.00 Chantagem Fatal
(de Jonathan Sanger, EUA/1992, com Shannen Doherty, William Devane, Clare Carey, Lois Chiles. Drama)
01.00 Picar o Ponto
02.35 PSI Factor

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
19.00 Marés Vivas
20.00 Heróis por Acaso
21.00 Directo XXI
22.00 A Mão que Embala o Berço
(de Curtis Hanson, EUA/1992, com Annabella Sciorra, Rebecca De Mornay, Matt McCoy. «Thriller»)
24.00 Ally McBeal
01.00 Picar o Ponto
01.55 Lanterna Mágica
02.20 PSI Factor

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Zoom
23.45 Carlos Cruz
00.45 Dharma e Greg

SIC

08.00 Buêré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querer
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.05 Conversa da Treta
21.30 Cantigas de Mal Dizer
22.30 Torre de Babel
23.45 O Príncipe das Mulheres
(de Reginald Hudlin, EUA/1992, com Eddie Murphy, Halle Berry, Robin Givens, David Alan Grier. Drama)
02.10 Último Jornal
03.05 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
19.00 Marés Vivas
20.00 Heróis por Acaso
21.00 Directo XXI
22.00 A Mão que Embala o Berço
(de Curtis Hanson, EUA/1992, com Annabella Sciorra, Rebecca De Mornay, Matt McCoy. «Thriller»)
24.00 Ally McBeal
01.00 Picar o Ponto
01.55 Lanterna Mágica
02.20 PSI Factor

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

As Mil Apoteoses de Ziegfeld

(Quinta, 15.35, RTP2)

Sem ser das obras indiscutíveis de Vincent Minnelli (e partindo de um «argumento» para esquecer), estas *Ziegfeld Follies* têm, mesmo assim, a ilustrá-lo um pacote de vedetas de fazer inveja e, do conjunto dos vários números musicais, são de destacar aqueles protagonizados por Fred Astaire (*Limehouse Blues* e, sobretudo, *The Babbit and the Bromide* - este último com a participação de Gene Kelly), uma brilhante intervenção de Gene Kelly a cantar, como só ela sabe, *A Great Lady Has an Interview*,



Leonardo DiCaprio e Gene Hackman em «Rápida e Mortal», de Sam Raimi



Jane Fonda e Robert De Niro, intérpretes principais de «Para Íris, com Amor», de Martin Ritt

nem sequer faltando a imprescindível sequência verdadeiramente «pirosa» - esta a cargo da óbvia Kathryn Grayson a cantar *There's Beauty Everywhere*.

O Sol Nasce Para Todos

(Quinta, 22.50, RTP2)

O Sol Nasce Para Todos é uma das grandes obras de John Ford - e, diz-se, a sua favorita -, um verdadeiro hino à grandeza de carácter e à honradez, contra todos os atropelos à justiça e à dignidade humana. Constituído como que uma continuação de um seu filme anterior (*Judge Priest*), a personagem principal (mais uma vez o juiz William Pittman Priest) revela-se um homem que defende as justas causas e impede a violação da lei. E vêmo-lo, agora, propondo-se para a sua reeleição. Mas o caminho está toldado por acontecimentos que ensombram o quotidiano da pequena cidade: um negro que vai ser linchado, uma prostituta a quem é recusado um funeral digno, os antigos combatentes sulistas cujos ódios da Guerra da Secessão ainda fervem. Algumas sequências inesquecíveis.

Antes do Amanhecer

(Sábado, 00.45, SIC)

Um filme como se julgava que já não havia: um jovem americano cruza-se numa viagem de comboio com uma jovem francesa e, de repente, pede-lhe que saia em Viena e que passe na companhia um do outro a última noite da sua estadia na Europa. E tudo acontece como seria para desejar: ela

accede ao pedido, surge rapidamente uma grande identificação entre ambos, caem nos braços um dos outro e... serão felizes para sempre? É o que aqui não se diz, para não roubar o interesse. O par romântico é constituído por Ethan Hawke e Julie Delpy e a realização vem assinada por Richard Linklater.

Georgia

(Sábado, 01.00, RTP2)

A irmã mais nova de uma vocalista tem uma tremenda inveja da carreira desta mas parece não se dar conta de que nenhuma espécie de talento justifica uma tal postura. Diz-se que é a partir deste fio de história tão banal que o realizador Ulu Grosbard (igualmente um excelente encenador teatral) terá construído um filme interessante que tem, sobretudo, no argumento de Barbara Turner e na interpretação de Jennifer Jason Leigh dois dos pontos mais fortes. A confirmar.

Para Íris, com Amor

(Domingo, 17.55, SIC)

Alguns clichés choramingas, próprios do melodrama, tornam relativamente menor este filme de Martin Ritt, o qual, mesmo assim, apresenta o interesse das interpretações de duas vedetas de peso: Jane Fonda e Robert De Niro. A história conta-se em duas palavras. Uma mulher jovem, viúva recente e sofrendo ainda a tragédia que a atingiu, cruza-se fortuitamente com um homem que esconde consigo um segredo tão surpreendente quanto perturbante: as incidências da vida haviam feito dele um analfabeto. E é destes dois tipos de solidão que nasce, algum tempo depois, uma aproximação que se transforma progressivamente em amor.

Rápida e Mortal

(Domingo, 23.40, SIC)

O destaque está aqui apenas para avisar que, embora

enfeitado por nomes de espalhafato (como Gene Hackman e Sharon Stone, sem esquecer o inefável Leonardo DiCaprio), este western cómico em que se pretende glosar (agora através de uma personagem feminina) a figura de *O Homem Sem Nome* dos western-spaghetti de Sergio Leone não consegue os objectivos a que se propunha. Há dias assim...

Kaos

(Domingo, 00.45, TVI)

Adaptando ao cinema quatro pequenos contos de Luigi Pirandello, os irmãos Paolo e Vittorio Taviani, erguem uma obra de especiais motivos de atracção, em muitos momentos extremamente crua e comvente, que termina com um epílogo admirável, em que o próprio autor como que recorda o passado conversando com a imagem da mãe. Alguma crítica considera,

entretanto, que a encenação dos sketches que constituem o miolo do filme se arrasta algo penosamente numa quase permanente insistência nos mesmos registos e processos dramaturgicos.

A Mãe

(Segunda, 01.55, SIC)

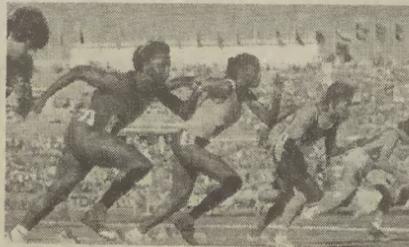
Filho de um pai alcoólico e de uma mãe precocemente envelhecida, Pavel é um operário revolucionário, ao qual são confiadas armas para a luta contra a repressão. Quando dos incidentes entre um grupo de provocadores e operários, o pai de Pavel é morto e este é preso. É então que se revela na mãe envelhecida uma consciência revolucionária, até que o filho foge da prisão e se junta à mãe para prosseguirem a luta, acabando por ser mortos às balas dos esbirros czaristas. Um filme clássico do grande cineasta soviético Vsevolod Pudovkin, tendo chegado a ser considerado, na célebre votação de Bruxelas (1958), um dos melhores doze filmes do mundo. A não perder.

Batman Para Sempre

(Quarta, 22.25, RTP1)

Eis, cronologicamente falando, o penúltimo *Batman* (1995) de uma mão cheia de quatro que já inspiraram vários cineastas, tendo como ponto de partida a célebre banda desenhada. Aqui, Val Kilmer incarna a personagem principal, sendo irresistíveis também os papéis de Tommy Lee Jones e Jim Carey, sem esquecer a sensual *mulher fatal* que é Nicole Kidman. Enfim, ideal, como se diz, para tirar a barriga de misérias!

CABO & SATÉLITE



Atletismo e Futebol de Salão

Os amantes do desporto terão nestes sete dias pelo menos dois motivos de interesse no cabo ou no satélite. Em primeiro lugar, na sexta-feira, as atenções vão para o Grande Prémio de Atletismo em Pista Coberta a realizar em Budapeste (Hungria). Uma das disciplinas mais aguardadas é, por exemplo, a de salto com vara, tendo em vista a forte concorrência entre atletas franceses, russos e ucranianos. Dias depois, na terça-feira 9, é a vez do futebol de salão, com um Torneio Internacional de Genebra (Suíça) com a presença do F. C. Porto, do Dinamo de Klev, do Servette da Suíça e do Marselha de França. Se as equipas levarem os principais jogadores, esperam-se quatro renhidas partidas. E que ganhe o melhor!
(Eurosport, sexta, das 18.15 às 20 horas; terça, das 18.30 às 20 horas)

Um cantor de culto



Até hoje inédito em televisão, o canal Arte vai transmitir no próximo sábado, pelas 22.25, incluído na sua série *Music Planète*, um documentário realizado à volta de uma figura de culto do rock contemporâneo: o australiano Nick Cave. Realizado em 94 com a sua colaboração e remontado para esta transmissão, o documentário apresenta documentos raros de arquivo (ainda dos tempos do grupo *The Birthday Party*, na Austrália), entrevistas e excertos de concertos. Para os fãs.
(Arte, Sábado, das 22.25 às 23.20)

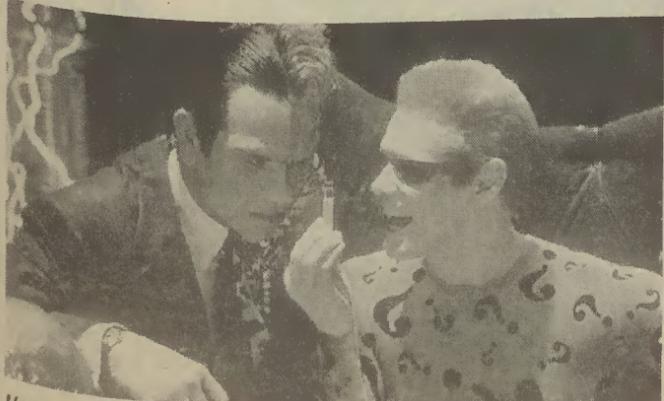
Guerra e Civilização

É já na próxima segunda-feira - e durante três dias, até quarta-feira 10 inclusive - que o canal Discovery irá transmitir, sempre à mesma hora, uma série que (se escrita e realizada com objectividade e espírito de independência) poderá ter grande interesse documental. Trata-se de *Guerra e Civilização* que nos vai falar da evolução do Homem e da relação que



existe entre o percurso da sua história e o desencadear dos conflitos armados. As «hostilidades» começam na Grécia antiga e vêm, desgraçadamente, até aos nossos dias. A confirmar.

(Discovery, segunda a quarta, das 20 às 21 horas)



Uma cena de «Batman Para Sempre», de Joel Schumacher, com Tommy Lee Jones e Jim Carey



Um escândalo à meia-noite

A julgar pelo que foi anunciado, vai já a mais de meio a transmissão pela SIC da série "Salazar", assinada por José Mendonça da Cruz. Embora de impacto atenuado pela circunstância de ser transmitida um pouco depois da meia-noite (não tão a desoras, contudo, quanto muitos outros programas de qualidade), é sem dúvida o maior empreendimento de propaganda da ditadura e do seu líder havido na TV portuguesa nos últimos vinte e cinco anos, se não desde sempre, e eu fico parvo, mais ainda do que é costume, com a passividade de sectores antifascistas portugueses perante o acontecimento, aparentemente esquecidos de quem cala consente, isto é, aceita e concorda.

Acredito, naturalmente, que haja quem suponha que ninguém dá pela coisa, mas isso é desatender, pelo menos, ao facto de que aquilo surge como obra de História, já oficiosa se não oficial, e ameaça tornar-se fonte e referência obrigatória para futuras abordagens do tema, tanto mais aparentemente credível quanto não desmentida.

A série reivindica-se do estatuto de isenção e neutralidade, o que desde logo não me parece de indiscutível legitimidade por não se me afigurar aceitável a neutralidade (no sentido de posição equidistante entre dois pólos) entre opressão e oprimido, iniquidade e sede de justiça, carrasco e vítima, Hitler e Jean Moulin). Porém, acontece que mesmo essa alegada neutralidade é de facto uma impostura, o que aliás é desmascarado pelos nomes dos quatro "consultores" da série identificados no genérico final de cada episódio, prudentemente passado nos ecrãs em alta velocidade: Franco Nogueira, Kaulza de Arriaga, Manuel Arouca e Maria José de la Fuente. Quer dizer: o autor não julgou necessário equilibrar as "consultas" a dois dos mais devotados apaniguados do regime e do ditador com pelo menos um nome de destacado resistente ao fascismo. De resto, transmitido já o quarto de seis episódios e percorridos os tempos de mais violenta repressão, ainda por lá não se viu um único comunista nem a menor explicação para tão escandalosa ausência. Pelos vistos, José Mendonça da Cruz comunga do parecer de um censor em exercício nesses tempos segundo o qual "o Partido Comunista Português não existe" (cit. em "Os Segredos da Censura", de César Príncipe). Como o que não existe não tem direito a ser ouvido nem no todo nem em parte, a série dispensou-se de ouvir quem muito bem podia ser um desmancha-prazeres.

As mentiras reeditadas

Não chega o espaço para abordar com vagar mínimo todas as verdades incontroversas, mais as por ela própria forjadas directa ou indirectamente. E indispensável, de qualquer modo, denunciar a constante utilização de imagens extraídas do documentarismo propagandístico da época sem identificação como tais, assim se repetindo e actualizando o efeito mistificatório que visaram, bem como a recolha de depoimentos abonatórios do ditador e da ditadura sem contraponto com testemunhos de sentido contrário (saliente-se, a propósito, que os opositores ouvidos, já de si geralmente moderados, produziram declarações que surgiram moderadíssimas, algumas mesmo de uma inocuidade e irrelevância surpreendentes, como as de Almeida Santos, de cuja inteligência e capacidade se esperava naturalmente outra coisa e que nem valia a pena ter incomodado para tão pouco). Quanto a outras aldrabices, e citando apenas as que é forçoso considerar de fundo, registem-se

pelo menos a atribuição a Salazar do milagre económico (escondendo que ele só impôs um equilíbrio orçamental financiado à força pelas classes mais exploradas) do milagre político da paz num mundo em guerra (estivesse Portugal situado na

Europa Central e então é que poderia ver-se o poder miraculoso do santinho), do milagre da "ordem nas ruas e nos espíritos" (graças à política torcionária e assassina, às fomes que criam suicídios e na tuberculosa generalizada, aos Tarrafais e aos carros do Aljube), da prodigiosa intuição política (que contudo não intuiu que o regime se iria afundar no pântano de guerras coloniais obviamente sem solução nem vergonha), no progresso do País em diversos sectores (como se em 40 anos do século XX o milagre não fosse ter ficado na mesma), no mais que já aqui não cabe mas outros decerto poderão lembrar e denunciar ainda melhor que eu.

Só uma palavra final para referir o tom quase hagiográfico dos dados de carácter biográfico relativos ao homem, abundantes e todos na esteira das tendências canonizantes, ou pelo menos beatificantes, que parecem confundir Salazar com o Padre Cruz, se não com Santa Teresa de Ávila. Ele era todo desprendimento dos bens terrenos, bons costumes antigos, apego à simplicidade: refeições frugais em horário campesino, manta nos joelhos para o aquecimento do corpo, missazinha imprescindível para o aquecimento da alma. Como se devêssemos pôr no altar escorpiões e sanguessugas por serem discretos e não se alimentarem de bifés do lombo.

TVISTO

■ Correia da Fonseca

Efeito de estufa

Muitas vezes não depende do rigor com que falamos, nem da precisão da escrita o facto de nos surpreendermos a ser interpretados de forma diversa em relação à intenção que nos levou a falar ou a escrever. A surpresa pode ser gratificante, no caso do discurso - do texto - literário. Em quantas ocasiões nos sucedeu reler uma obra, daquelas que nos acompanham pela vida fora, e darmos conta de que a interpretamos de modo diferente, ao sabor dos anos que decorreram? Ou, no que respeita aos autores literários, quantas vezes se lhe depa-ram leitores e leituras de obras suas que lhes desvendam a si, escritores, novos ângulos e visões inesperadas, a partir de uma escrita que lhes pareceu definitiva, fixada e encerrada «para sempre» em papel?

A interpretação de uma comunicação, que pode ser gravada - em papel, no celulóide de um filme, na fita magnética de um aparelho qualquer, no vinil de um velho disco, na pedra mais antiga -, ou que pode apenas ser lançada ao vento, esvoaçando logo as palavras ou as notas de música, essa interpretação é o que está no meio, o que interfere, o que realmente conta entre o dito e o ouvido, o escrito e o lido, a cor e os olhos. Nessa interpretação, o que mais conta é a intenção e o interesse, em ambos os extremos da comunicação. E nesses fios que os ligam, acontece que nos podemos enganar. Como será o caso da clássica história da rapariga que diz não e pretende dizer sim, ou do rapaz que acha que ela quis dizer sim e afinal era mesmo não.

Nasceram-me estas reflexões a propósito de um programa que vi há dias num canal de TV por cabo, discorrendo sobre o efeito de estufa e do «aquecimento global do planeta». Parece que, afinal, as conclusões dos cientistas eram erradas, mas que os «políticos» influentes de então - no tempo daqueles quatro cavaleiros de um apocalipse de trazer por casa que marcaram o final do século (Reagan, Thatcher, Gorbachov e Voitila) - acharam por bem propagandear. Que intenção movia os autores do discurso, que interesse tinham os governantes ao utilizá-lo?

Sabemos bem o quanto o poder é determinante em qualquer discurso, sobretudo no discurso dito mediático - o que, reivindicando o estatuto informativo, propaganda e pretende influir na consciência e na acção de quem o «sofre». Sabemos o quanto o discurso da «arte» lhe pretende fugir e quantas vezes o da ciência foi pago ao preço da liberdade ou da vida. Mas nenhum deles escapa à pressão do poder. Um poder que, se os não pode calar, «escolhe» e promove os que lhe interessam. Não par-

tilhamos, pois, a opinião do apresentador desse programa quando diz que os governantes aproveitaram o discurso da catástrofe por efeito de estufa, «pressionados» pela aceitação pública dos dados divulgados pelos cientistas. Achamos que estes serviam bem a intenção do poder nos países desenvolvidos, determinado em conter o desenvolvimento no resto do mundo e em explicar as dificuldades de crescimento no seu.

Repetia-se o que sucedeu em princípios dos anos 70. O aparecimento da OPEP (os países produtores de petróleo organizados que fixaram o preço do barril) fez disparar um discurso catastrófico e anunciou ao mundo - tão cientificamente! - o esgotamento para breve dos recursos de combustível fóssil (enquanto os soviéticos declaravam que só as reservas conhecidas, ao ritmo do consumo de então, dariam para mais 400 anos). Tal discurso pôs a Europa a andar de bicicleta e levou à consagração de uma nova

«figura» económica - o

«crescimento zero»...

Muito a propósito para explicar a crise económica e as dificuldades do imperialismo e para fazer aceitar ao povo como sendo do seu interesse poupar na

gasolina e admitir a «desaceleração» como inevitável e o desemprego como o menor dos males...

Temos, assim, intenção e interesse a moldar o significado do discurso. Andávamos aí reflectindo nisto e traçando paralelismos com o discurso político da nossa praça, povoado de recados, dissimulados interesses e segundas intenções, quando, nos *media*, irrompe a notícia: Mário Soares ia ser candidato; não apenas a deputado ao Parlamento Europeu mas à presidência do mesmo (na boa tradição da politiquice lusitana que faz de cada cabeça de lista um candidato a primeiro-ministro).

Perguntado sobre o assunto, Guterres terá dito: «O Dr. Mário Soares é tão bom, tão bom, que não me atrevo a convidá-lo.» Mário Soares, entretanto, respondia: «Eu cá ainda não fui convidado.» Paulo Portas declarava: «Se ele se candidatar, eu candidato-me contra ele.» Marcelo, sobre isto, disse que Portas «fez muito bem».

Interpretando, segundo o que nos parece ser a intenção de cada um, teríamos Guterres a querer dizer que «nem pensem nisso»; Soares a suplicar, «Convidem-me!»; Portas a esclarecer: «À frente da AD estou eu.»

Quanto a Marcelo, bastanos interpretar-lhe a cor da face: amarela.

E quanto aos leitores e eleitores? Que interesse têm eles nisso?

CRÓNICA

■ Leandro Martins



MUSICA

Espectáculos
em
Almada

Realizam-se hoje e amanhã, pelas 21.30, no Auditório do Fórum Cultural Romeu Correia (Almada) dois recitais pelo guitarrista José Peixoto que terá a colaboração do contrabaixista Mário Franco.



Apreciando a sua arte, o conhecido músico afirma: «Fundamental é ter sempre o juízo crítico accionado no sentido de actuar como inibidor do óbvio e do banal e balizador inconsciente do território onde as emoções se possam passear livre e o mais profundamente possível.»

Entretanto, no próximo sábado, no mesmo local e à mesma hora, será a vez do espectáculo «Amor É Tão Sabe», produzido por Tito Paris e que terá como figura de primeiro plano a cantora Ana Firmino, «uma voz temperada pelo tempo e pela experiência».

CLASSICA

Concertos na Gulbenkian

Em continuação da Temporada de Concertos 98/99 da Fundação Calouste Gulbenkian, realizam-se hoje e amanhã, no

Grande Auditório, respectivamente, às 21.30 e 19 horas, dois concertos com a colaboração da Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Muhai Tang e com os solistas Antonio Meneses (violoncelo) e Khatchatur Amirkhanyan (viola). Serão executados Quatro Interlúdios Sinfónicos da Ópera «Intermezzo», de Richard Strauss; «Schelomo», Rapsódia Hebraica para Violoncelo e Orquestra de Ernest Bloch; e Don Quixote (poema sinfónico), também de Richard Strauss.



O violoncellista Antonio Meneses

TEATRO

Brecht
na Comuna

Estreia-se hoje à noite na Sala 1 do Teatro Comuna e continuará em cena até 7 de Março a peça «Na Selva das Cidades», de Bertolt Brecht, numa tradução de Jorge Silva Melo, com cenários e figurinos de Rita Lopes Alves e luz de Pedro Domingos. É um espectáculo produzido pelo grupo «Artistas Unidos» e a interpretação estará a cargo de Américo Silva, António Simão, Bruno Bravo, Gracinda Nave, Helder Braz, Henrique Félix, Joana Bárcia, João Meireles, Joaquim Horta, João Santos, Luís Gaspar, Miguel Borges, Paul Claro, Pedro Carraca, Rogério Vieira e Teresa Roby.

NA de Bertolt Brecht
Selva
DAS cidades



até 27 de Março, no Auditório Lourdes Norberto em Linda-a-Velha, a comédia dell' arte «O Mentiroso», do dramaturgo italiano Carlo Goldoni com tradução de Gino Saviotti. Com uma encenação de

Armando Caldas, os cenários são de Octávio Clérigo, o desenho de luz de João d'Almeida, os figurinos de Ana Catarina Passos, a sonorização de Hugo Trocas e a iluminação de António Castro.

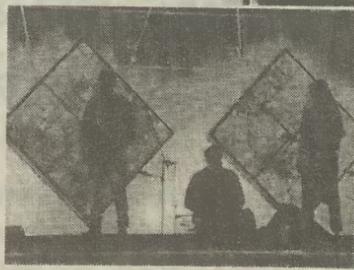
Goldoni
em Linda-a-Velha

O grupo de teatro «Intervalo» leva à cena, neste momento,

Um festival
bem original

É já amanhã à noite, sexta-feira 5, que começa no Grande Auditório do CCB, um festival em que estará presente a chamada *world music* e cujo título fala por si: «Festnia». Organizado conjuntamente pela UAU - Produção de Ideias e pelo Centro Cultural de Belém, este festival apresentará até ao próximo dia 28 de Fevereiro um conjunto de espectáculos com a participação de solistas e grupos de vários países do mundo.

Assim, logo a abrir, actuará o grupo Adufe (Portugal) num espectáculo criado pelo percussionista José Salgueiro e que terá a participação de Acácio Salero, Rui Vaz, Mário Delgado, as Adufeiras de Monsanto e a Trupe Boomerang. No sábado 6, actuará um dos melhores guitarristas espanhóis do flamenco, Tomatito; no domingo 7, será a vez de a música de Cuba estar presente, com o espectáculo Cubanismo! sob a direcção de Jesus Alemañy; e o festival prosseguirá com a Global Jungle Orchestra (músicos de vários países), a música brasileira de Chico César, a actuação de Herminia, Lura e Tito Paris (Cabo Verde), a



música indiana com Rájas-thân, o Zaire com o grupo de Papa Wemba, ainda Alain Stivell da França-Bretanha e, finalmente, os Matsurishu Taiko (Japão). Um série de espectáculos a não perder e aos quais aqui voltaremos.



CINEMA

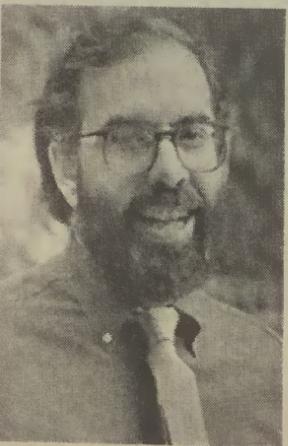
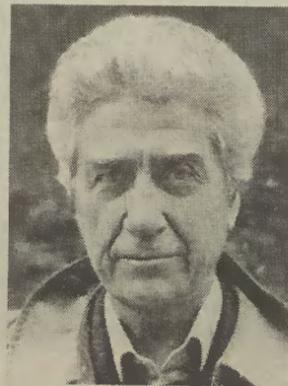
Um ciclo de temática invulgar

Com a colaboração da DECO (Associação de Defesa do Consumidor) que este ano festeja o seu 25.º aniversário, a

Cinemateca Portuguesa (R. Barata Salgueiro, Lisboa) está a apresentar na sua programação um conjunto de filmes cujo mote é bastante invulgar: «Os Consumidores e o Cinema» - segundo o programa, «um pequeno ciclo de filmes que mostram facetas e métodos que a indústria e o comércio usam para estimularem o consumo, sejam directamente publicitários ou não». Deste ciclo, o leitor ainda poderá ver, hoje, às 18.30 «O Meu Tio da América» («Mon Oncle d'Amérique», 1980) do realizador francês Alain Resnais e amanhã, à mesma hora, «Tucker, o Homem e o seu Sonho» («Tucker: The Man and His Dream», 1988), do norte-americano Francis Ford Coppola.

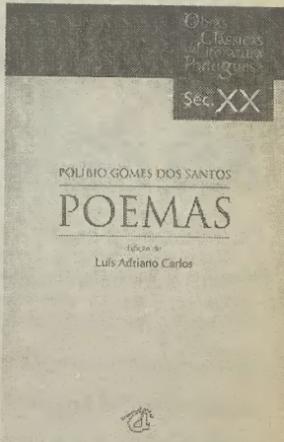
Cinema regressa
ao IFP

Uma boa notícia para todos os cinéfilos: depois de algum tempo de interrupção, é já este mês que a chamada 7.ª Arte regressa à sala de projecções do Instituto Franco-Português (Av. Luís Bívar, Lisboa), todas as terças-feiras às 19 horas. Assim, no próximo dia 9, no actual ciclo «O Fantástico», será projectado o filme «L'Enfer», de Claude Chabrol (1994) com Émanuelle Béart, François Cluzet, Nathalie Cardone e Andre Wilms.



Resnais, Chabrol e Coppola

LIVROS

Políbio Gomes
dos Santos
POEMAS

Se Políbio Gomes dos Santos não houvesse falecido há quase sessenta anos, este livro de poemas seus teria certamente outro nome, ou seria um livro muito mais extenso, como mereceria o autor desaparecido com apenas 28 anos de idade. É essa voz jovem, que se calou em 1939, que o livro *Poemas*, editado agora pela Campo das Letras e organizado por Luís Adriano Carlos, faz tornar ao nosso convívio de leitores, a recordar-nos a qualidade de um poeta que marcou o início do neo-realismo. Bem a propósito, este livro - uma segunda edição revista da colectânea publicada em 1981 - faz acompanhar a poesia de Políbio Gomes dos Santos, publicada em dois livros apenas (*As Três Pessoas*, 1938, e *Voz que Escuta*, 1944) de textos de Carlos Oliveira, José Marmelo e Silva, Vitorino Nemésio, Paulo Quintela e Joaquim Namorado.

DIÁLOGO
COM
EÇA DE QUEIROZDiálogo
com Eça de Queiroz

Assim mesmo, Queiroz, com V em lugar de U, e Z em vez de S, a dar um sabor mais antigo, como a colocar este livro no tempo em que Eça por cá andava a zurzir conselheiros e beatas, a promover conferências, a tornar-se incómodo ao poder burguês, a falar - escrever - sobre o mundo mesmo quando falava do pequeno torrão natal, não esquecendo Portugal mesmo quando falava de terras distantes. A fórmula escolhida pelo autor, A. Campos Matos, que, como Eça, nasceu na Póvoa do Varzim, não será nova, nisto de trazer à tribuna do presente uma voz que há muito se calou, embora seja a de um escritor que, como poucos, perdura. Eça de Queiroz influi ainda não apenas na forma literária como também a sua aguda visão do País e do mundo, a sua crítica e a sua ironia sobre a realidade de então com facilidade atravessam o século que agora finda e acertam em cheio em muito do que a vida ainda hoje é. Num trabalho aturado de quem conhece a fundo a obra e a intervenção queiroziana, A. Campos Matos constrói um diálogo, fazendo as perguntas a afirmações deixadas por Eça ao longo dos seus livros, crónicas e cartas. Uma edição da Caminho.

Agenda 2000

Alargamento da União Europeia
deve ter fundos adicionais

Os deputados do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu realizaram, na terça-feira passada, uma reunião conjunta para aprofundarem as questões essenciais relacionadas com a Agenda 2000 e equacionarem as soluções que melhor defendam os interesses de Portugal.

A reunião analisou as incidências para Portugal das soluções que venham a ser adoptadas no quadro da Agenda 2000 e considerou que esta é «indissociável» do processo de Alargamento da União Europeia, tendo importantes reflexos para o nosso país, designadamente no âmbito dos Recursos Financeiros da UE, dos Fundos Estruturais, do Fundo de Coesão e da Política Agrícola Comum.

Realçando os estudos que apontam Portugal como o país que mais sofrerá com o alargamento da União, Carlos Carvalhas - que apresentou as conclusões do encontro - referiu que ele acentua objectivamente o carácter periférico da economia portuguesa, uma vez que os novos Estados passam a concorrer com o nosso país em vários sectores produtivos e na captação de investimento, dificultando a abertura de novos mercados às empresas portuguesas.

Portugal «não deve obstar» à possibilidade de outros países aderirem à União Europeia mas o Governo português «tem a obrigação» de exigir que o alargamento se faça em articulação com a defesa dos interesses e direitos do País. Nomeadamente no momento em que os países mais ricos da UE, em particular a Alemanha, tendo conseguido a hegemonia política e económica com a criação da moeda única, aparecem a defender estritamente os seus interesses nacionais.

Para o PCP, é, pois, essencial que o Governo português seja intransigente com a defesa do

princípio da coesão económica social e com a necessidade de o alargamento ser feito acompa-

eventuais cedências noutros domínios.

No que concerne à Política Agrícola Comum, é imperioso recusar qualquer renacionalização dos seus custos e salvaguardar a especificidade da agricultura portuguesa, exigindo-se a reformulação do actual modelo da PAC e das Organizações Comuns de Mercado, de forma a permitir o

«está confrontado com um processo negocial difícil» mas critica o Governo português pelo que «parece ser a ausência de uma estratégia negocial». Considerando, porém, que está «em causa uma questão nacional de grande importância», defende «o profundo empenhamento de todas as instituições e forças políticas e sociais na defesa dos interesses do



Para o PCP, o Governo português deve exigir que o alargamento se faça em articulação com a defesa dos interesses do País

nhado de meios financeiros adicionais.

Em relação aos recursos próprios comunitários, os comunistas entendem que eles deverão ver aumentado o seu limite actual de 1,27% do PNB, sendo a contribuição para esses recursos assente num sistema progressivo baseado no PNB de cada Estado-membro.

No que respeita aos Fundos Estruturais, Portugal «deve opor-se» à redução do seu montante global a preços constantes, à introdução do critério da taxa de desemprego na afectação de verbas e à exclusão da Região de Lisboa e Vale do Tejo do Objectivo 1.

Quanto ao Fundo de Coesão - praticamente garantido -, em caso algum poderá ser apresentado como compensação para

reequilíbrio dos apoios entre agricultores, produções e países.

O PCP reconhece que, no âmbito da Agenda 2000, Portugal

País». Por seu lado, o PCP continuará empenhado em intervir com vista a um novo rumo para a integração europeia.

ATALHE
DE FOICE

São rosas...

Durante o seu já longo percurso político, o deputado Manuel Alegre ganhou a fama - e o proveito - de ser uma voz incómoda e desassomburada. Seja porque lhe ganhou o hábito, seja para não perder o jeito, sempre que o coração lhe bate mais forte e mais à esquerda ele aí vem a público dizer de sua justiça, lembrando na generalidade dos casos o que outros, parceiros de muitas jornadas, já esqueceram na gaveta.

Em vésperas de Congresso partidário, como seria de se esperar, o poeta voltou a atacar, desta feita com uma moção que traz no próprio título a sua 'marca de água': «Falar, É Preciso».

A temática, segundo as notícias vinda a lume, é diversificada. Desde a proposta de reflexão ao papel da esquerda e à necessidade de acrescentar mais esquerda à esquerda, passando pela defesa do Serviço Nacional de Saúde e da solidariedade social, a crítica ao sistema fiscal em vigor e ao euro-optimismo reinante no PS, está muito do que de essencial deveria preocupar e orientar o pensamento e a prática de um partido que se afirma socialista. E no entanto...

No entanto, há algo nesta moção, como noutras tomadas de posição anteriores, que soa a inconsequência. Ainda há bem pouco tempo, no calor da polémica em torno das co-incineradoras, Alegre veio a terreiro combater as opções do Governo para, logo de seguida, se render aos argumentos de Guterres e tomar como boas as promessas de estudo e outras panaceias com que o executivo procurou quebrar o ímpeto da oposição popular em tão delicada matéria.

Com a moção ao Congresso parece ter sucedido o mesmo. Segundo consta, após uma conversa com o primeiro-ministro o poeta rebelde esfriou os ânimos, e o que poderia ser visto como uma moção de política alternativa à moção oficial esvaziou-se para meras chamadas de atenção que os congressistas vão sem dúvida ouvir no Coliseu com complacência e mal disfarçada impaciência, para depois polidamente aplaudirem e esquecerem logo de seguida.

Bem pôde Manuel Alegre afirmar que «a democracia faz-se do falar sem medo» e inquietar-se com o facto de, como disse ainda no fim-de-semana, se estar «a debater pouco no Partido Socialista», que se a sua acção se ficar por aí não hão-de ser grandes os resultados.

Parafrazeando o próprio poeta, dá para perguntar: «Palavras? Só palavras?»

Manuel Alegre parece não ser capaz de escapar ao poder encantatório das palavras, das suas e das de outros - como o primeiro-ministro -, mesmo quando acaba por ser transformado num mero ornamento que se ostenta como aquelas jóias de família de que ninguém gosta, ninguém usa, mas que não se podem deitar fora. O que é no mínimo patético.

Hábil manipulador de palavras, Guterres tem sabido, mais do que esgrimir, apaziguar os ânimos dos contestatários e servir-se deles para compor o ramalhete do diálogo que tanto gosta de arvorar. Sempre que as circunstâncias o exigem, Guterres nem sequer hesita em tirar uma flor do ramo e ostentá-la na lapela. Rosa, de preferência. E sem espinhos, evidentemente.

■ Anabela Fino

Jornada nacional
da CGTP-IN
Manifestação
hoje em Lisboa

Trabalhadores dos mais diversos sectores manifestam-se hoje, quinta-feira, em Lisboa contra os projectos de lei do Governo que visam alterar profundamente as leis laborais.

A concentração está convocada para as 15,30 horas, no Rossio, e integra-se numa semana de luta iniciada na passada segunda-feira, no âmbito da qual se realizaram plenários e acções de esclarecimento por todo o país.

Em Setúbal, a União dos Sindicatos convocou igualmente para hoje, pelas 14,30 horas, no Largo do Quebedo, uma concentração de trabalhadores que defilarão depois até ao Governo Civil. No Porto, os Sindicatos promoveram ontem, quarta-feira uma concentração na capital nortenha.

Para além do pacote laboral, esta jornada destina-se a exigir «mais salários, menos horários, mais emprego, defender e melhorar os serviços públicos, a segurança social e a saúde».

TELEFONES

O Governo PS
repete escândalo
dos aumentos
de preços



A Portugal Telecom e o Governo aplicaram no ano passado um novo sistema tarifário. Introduziram a taxa de activação, fizeram um aumento brutal das chamadas locais de curta duração e da assinatura mensal.

Para 1999, em vez de corrigirem as injustiças existentes, decidiram tarifas que constituem mais uma inaceitável penalização dos orçamentos familiares.

Chamadas locais:
aumentam 8,2%, três vezes mais
que a inflação prevista para 1999.

Assinatura mensal:
aumenta 4,5%, o dobro da inflação esperada.

Taxa de activação: não é eliminada.

Introdução da tarifação ao segundo:
é adiada

Não é justo, não é aceitável.

PCP lança
campanha

O PCP tem em distribuição em todo o País um folheto contra as novas tarifas telefónicas e a taxa de activação, sublinhando que, apesar da publicidade da Portugal Telecom, os três milhões de utentes residenciais vão ser mais uma vez afectados pelo forte aumento das chamadas locais. O documento, que responsabiliza o Governo PS por este agravamento, propõe a aplicação imediata da facturação ao segundo e a

incorporação na assinatura mensal de pelo menos 50 impulsos, à semelhança do que já se verifica em outros países, ou do correspondente tempo de conversação, entre outras medidas.

